



ESTUDOS DE GÊNERO:

MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NAS RELAÇÕES DE PODER

Bruna Bejarano
Viviane Mocellin
(organizadoras)



EDITORA
ARTEMIS

2021

VOL II



ESTUDOS DE GÊNERO:

MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NAS RELAÇÕES DE PODER

Bruna Bejarano
Viviane Mocellin
(organizadoras)



EDITORA
ARTEMIS

2021

VOL II



O conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons Atribuição- Não-Comercial NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0). Direitos para esta edição cedidos à Editora Artemis pelos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento, desde que sejam atribuídos créditos aos autores, e sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comercial. A responsabilidade pelo conteúdo dos artigos e seus dados, em sua forma, correção e confiabilidade é exclusiva dos autores. A Editora Artemis, em seu compromisso de manter e aperfeiçoar a qualidade e confiabilidade dos trabalhos que publica, conduz a avaliação cega pelos pares de todos manuscritos publicados, com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

Editora Chefe	Prof. ^a Dr. ^a Antonella Carvalho de Oliveira
Editora Executiva	M. ^a Viviane Carvalho Mocellin
Direção de Arte	M. ^a Bruna Bejarano
Diagramação	Elisângela Abreu
Organizadoras	M. ^a Bruna Bejarano M. ^a Viviane Carvalho Mocellin
Imagem da Capa	Aklionka
Bibliotecário	Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Conselho Editorial

Prof.^a Dr.^a Ada Esther Portero Ricol, *Universidad Tecnológica de La Habana “José Antonio Echeverría”, Cuba*
Prof. Dr. Adalberto de Paula Paranhos, *Universidade Federal de Uberlândia*
Prof.^a Dr.^a Amanda Ramalho de Freitas Brito, *Universidade Federal da Paraíba*
Prof.^a Dr.^a Ana Clara Monteverde, *Universidad de Buenos Aires, Argentina*
Prof. Dr. Ángel Mujica Sánchez, *Universidad Nacional del Altiplano, Peru*
Prof.^a Dr.^a Angela Ester Mallmann Centenaro, *Universidade do Estado de Mato Grosso*
Prof.^a Dr.^a Begoña Blandón González, *Universidad de Sevilla, Espanha*
Prof.^a Dr.^a Carmen Pimentel, *Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro*
Prof.^a Dr.^a Catarina Castro, *Universidade Nova de Lisboa, Portugal*
Prof.^a Dr.^a Cláudia Neves, *Universidade Aberta de Portugal*
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos, *Universidade Federal da Grande Dourados*
Prof. Dr. David García-Martul, *Universidad Carlos III de Madrid, Espanha*
Prof.^a Dr.^a Deuzimar Costa Serra, *Universidade Estadual do Maranhão*
Prof.^a Dr.^a Eduarda Maria Rocha Teles de Castro Coelho, *Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal*
Prof. Dr. Eduardo Eugênio Spers, *Universidade de São Paulo*
Prof. Dr. Eloi Martins Senhoras, *Universidade Federal de Roraima*
Prof.^a Dr.^a Elvira Laura Hernández Carballido, *Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo, México*
Prof.^a Dr.^a Emilas Darlene Carmen Lebus, *Universidad Nacional del Nordeste/ Universidad Tecnológica Nacional, Argentina*
Prof.^a Dr.^a Erla Mariela Morales Morgado, *Universidad de Salamanca, Espanha*
Prof. Dr. Ernesto Cristina, *Universidad de la República, Uruguay*
Prof. Dr. Ernesto Ramírez-Briones, *Universidad de Guadalajara, México*
Prof. Dr. Gabriel Díaz Cobos, *Universitat de Barcelona, Espanha*
Prof. Dr. Geoffroy Roger Pointer Malpass, *Universidade Federal do Triângulo Mineiro*
Prof.^a Dr.^a Gladys Esther Leoz, *Universidad Nacional de San Luis, Argentina*
Prof.^a Dr.^a Glória Beatriz Álvarez, *Universidad de Buenos Aires, Argentina*
Prof. Dr. Gonçalo Poeta Fernandes, *Instituto Politécnico da Guarda, Portugal*
Prof. Dr. Gustavo Adolfo Juarez, *Universidad Nacional de Catamarca, Argentina*
Prof.^a Dr.^a Iara Lúcia Tescarollo Dias, *Universidade São Francisco*
Prof.^a Dr.^a Isabel del Rosario Chiyon Carrasco, *Universidad de Piura, Peru*
Prof.^a Dr.^a Isabel Yohena, *Universidad de Buenos Aires, Argentina*
Prof. Dr. Ivan Amaro, *Universidade do Estado do Rio de Janeiro*
Prof. Dr. Iván Ramon Sánchez Soto, *Universidad del Bío-Bío, Chile*



Prof.^a Dr.^a Ivânia Maria Carneiro Vieira, Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Javier Antonio Alborno, *University of Miami and Miami Dade College*, USA
Prof. Dr. Jesús Montero Martínez, *Universidad de Castilla - La Mancha*, Espanha
Prof. Dr. Joaquim Júlio Almeida Júnior, UniFIMES - Centro Universitário de Mineiros
Prof. Dr. Juan Carlos Mosquera Feijoo, *Universidad Politécnica de Madrid*, Espanha
Prof. Dr. Juan Diego Parra Valencia, *Instituto Tecnológico Metropolitano de Medellín*, Colômbia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Leinig Antonio Perazolli, Universidade Estadual Paulista
Prof.^a Dr.^a Livia do Carmo, Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Luciane Spanhol Bordignon, Universidade de Passo Fundo
Prof. Dr. Luis Vicente Amador Muñoz, *Universidad Pablo de Olavide*, Espanha
Prof.^a Dr.^a Macarena Esteban Ibáñez, *Universidad Pablo de Olavide*, Espanha
Prof. Dr. Manuel Ramiro Rodriguez, *Universidad Santiago de Compostela*, Espanha
Prof. Dr. Marcos Augusto de Lima Nobre, Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Marcos Vinicius Meiado, Universidade Federal de Sergipe
Prof.^a Dr.^a Mar Garrido Román, *Universidad de Granada*, Espanha
Prof.^a Dr.^a Margarida Márcia Fernandes Lima, Universidade Federal de Ouro Preto
Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida José de Oliveira, Universidade Federal da Bahia
Prof.^a Dr.^a Maria do Céu Caetano, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro Saraiva Pinheiro, Universidade Federal do Maranhão
Prof.^a Dr.^a Maria Lúcia Pato, Instituto Politécnico de Viseu, Portugal
Prof.^a Dr.^a Maritza González Moreno, *Universidad Tecnológica de La Habana "José Antonio Echeverría"*, Cuba
Prof.^a Dr.^a Mauriceia Silva de Paula Vieira, Universidade Federal de Lavras
Prof.^a Dr.^a Odara Horta Boscolo, Universidade Federal Fluminense
Prof.^a Dr.^a Patrícia Vasconcelos Almeida, Universidade Federal de Lavras
Prof.^a Dr.^a Paula Arcoverde Cavalcanti, Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rodrigo Marques de Almeida Guerra, Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares, Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Sergio Bitencourt Araújo Barros, Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Sérgio Luiz do Amaral Moretti, Universidade Federal de Uberlândia
Prof.^a Dr.^a Silvia Inés del Valle Navarro, *Universidad Nacional de Catamarca*, Argentina
Prof.^a Dr.^a Teresa Cardoso, Universidade Aberta de Portugal
Prof.^a Dr.^a Teresa Monteiro Seixas, Universidade do Porto, Portugal
Prof. Dr. Turpo Gebera Osbaldo Washington, *Universidad Nacional de San Agustín de Arequipa*, Peru
Prof. Dr. Valter Machado da Fonseca, Universidade Federal de Viçosa
Prof.^a Dr.^a Vanessa Bordin Viera, Universidade Federal de Campina Grande
Prof.^a Dr.^a Vera Lúcia Vasilévski dos Santos Araújo, Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Wilson Noé Garcés Aguilar, *Corporación Universitaria Autónoma del Cauca*, Colômbia

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E82 Estudos de gênero [livro eletrônico] : mudanças e permanências nas relações de poder: vol. II / Organizadoras Bruna Bejarano, Viviane Carvalho Mocellin. – Curitiba, PR: Artemis, 2021.
Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
Edição bilíngue
ISBN 978-65-87396-41-5
DOI 10.37572/EdArt_140821415

1. Igualdade – Gênero – Brasil. 2. Mulheres – Condições sociais.
I. Bejarano, Bruna. II. Mocellin, Viviane Carvalho.

CDD 305.42

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422



APRESENTAÇÃO

A coletânea “**Estudos de gênero: mudanças e permanências nas relações de poder**” surgiu da sugestão de autores de variadas áreas do conhecimento que se dedicam à compreensão de como as relações de poder que se estabelecem socialmente entre “masculinidades” e “feminilidades” influenciam praticamente todos os aspectos da vida.

Dados do *World Economics Forum* (Forum Econômico Mundial), publicados em dezembro de 2019, demonstram que, globalmente, ao ritmo atual, serão necessários aproximadamente 100 anos para que se alcance a igualdade de gênero, que é um direito fundamental essencial para a consolidação dos Direitos Humanos. Por outro lado, os dados também apontam que a desigualdade é fator de atraso econômico e social, e que os países com maior igualdade de gênero são também os países com maior IDH: Islândia, Noruega, Finlândia e Suécia lideram a lista dos países com maior paridade.

No relatório, o Brasil aparece na 92ª no ranking global, e ocupa a 22ª posição entre os 25 países da América Latina e do Caribe. Ou seja, apesar dos avanços conquistados nas últimas décadas, ainda há um longo caminho a percorrer, razão pela qual decidimos coordenar a elaboração de um livro dedicado aos diversos modos como os papéis e características atrelados ao gênero ainda são fator de desequilíbrio no acesso à vida política, à participação econômica, ao direito à saúde e educação, enfim, ao lugar social das pessoas.

É uma honra para nós, da Editora Artemis, podermos presentear o leitor com o Volume II desta coletânea, que traz textos sobre o papel da arte na construção (e desconstrução) de conceitos normativos e estereotipados sobre identidade de gênero, sexualidade e sexo (Capítulos I e II), transexualidade feminina na condição de encarceramento (Cap.III), violência obstétrica no Brasil (Cap. IV), liderança feminina e desigualdade de gênero no contexto organizacional (Cap. V) e, finalmente, dois relatos de estudos sobre relações e percepções de gênero no contexto educacional (Cap. VI e VII). Todos estes estudos contribuem para uma melhor compreensão das práticas sociais que atribuem papéis e identidades distintos a seus diferentes membros e como estas práticas estão ligadas às relações de poder e desigualdade.

Desejamos a todos uma proveitosa leitura!

Bruna Bejarano
Viviane Carvalho Mocellin

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

O.R.G.I.A, UN CUERPO ARTÍSTICO DE TRES CABEZAS: *LAS TENDENCIAS FEMINISTAS Y QUEER COMO FORMACIÓN EN NUEVAS EXPRESIONES ARTÍSTICAS*

[Bartolomé Palazón Cascales](#)

[Leticia Fayos Bosch](#)

DOI 10.37572/EdArt_1408214151

CAPÍTULO 2..... 12

TRANSFOBIA E SUJEITO TRANS: UMA ANÁLISE LÉXICO-DISCURSIVA EM “BIXA TRAVESTI”

[Dina Maria Martins Ferreira](#)

[Ikaro César da Silva Maciel](#)

DOI 10.37572/EdArt_1408214152

CAPÍTULO 3.....25

FEMINILIDADES TRANS E CÁRCERE: A HISTÓRIA DE UM PROJETO

[Rosalice Lopes](#)

[Giovanna Loubet Ávila](#)

DOI 10.37572/EdArt_1408214153

CAPÍTULO 4..... 39

VIOLENÇA OBSTÉTRICA NO BRASIL: CONCEITO, MOTIVAÇÕES E AS RECOMENDAÇÕES PARA PREVENÇÃO E COMBATE

[Anne Luise Pontes Cordovil](#)

[Dorinethe dos Santos Bentes](#)

DOI 10.37572/EdArt_1408214154

CAPÍTULO 5..... 48

TRAJETÓRIAS DE MULHERES LÍDERES DE DIFERENTES RAÇAS E NÍVEIS HIERÁRQUICOS

[Lucimar dos Santos Reis](#)

[Luciana Mourão](#)

DOI 10.37572/EdArt_1408214155

CAPÍTULO 6..... 68

GÊNERO E EDUCAÇÃO, NA ESCUTA DOS ADOLESCENTES UM APRENDIZADO

José Heleno Ferreira

Gabriel Henrique Duarte

Lorena Rodrigues de Sousa

Maria Inês da Silva

Marília Fraga Cerqueira Melo

Michele Mariano Rodrigues

Nilmar José da Silva

Sabrina Brombim Zanchetta

DOI 10.37572/EdArt_1408214156

CAPÍTULO 7 93

SENTIDOS ATRIBUÍDOS À SEXUALIDADE E GÊNERO POR PROFESSORES DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DA CIDADE DO RECIFE

Marina Magalhães de Andrade Lima

Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas

DOI 10.37572/EdArt_1408214157

SOBRE AS ORGANIZADORAS..... 105

ÍNDICE REMISSIVO 106

CAPÍTULO 1

O.R.G.I.A, UN CUERPO ARTÍSTICO DE TRES CABEZAS: LAS TENDENCIAS FEMINISTAS Y QUEER COMO FORMACIÓN EN NUEVAS EXPRESIONES ARTÍSTICAS

Data de submissão: 30/05/2021

Data de aceite: 18/06/2021

Bartolomé Palazón Cascales

Unidad predepartamental BB. AA.
Universidad de Zaragoza
Teruel, España

Leticia Fayos Bosch

Unidad predepartamental BB. AA.
Universidad de Zaragoza
Teruel, España

RESUMEN: La creación artística de O.R.G.I.A, un grupo artístico formado por Beatriz Higón, Carmen Muriana y Tatiana Sentamans, comienza su andadura en el año 2001. Se autodenominan feministas y *queer*, y sus trabajos giran en torno a cuestiones de género, sexo y sexualidad. En su producción artística ha empleado la performance, el vídeo, la escultura, el dibujo y la ilustración, definiéndose como un equipo multidisciplinar a la hora de desarrollar todo un repertorio transgresor de mitologías, imágenes y símbolos. Con un marcado carácter político, un claro objetivo reivindicador y un fuerte espíritu de lucha y crítica, persiguen la disolución de los conceptos normativos y estereotipados en cuanto a género, sexualidad y sexo se refiere, huyendo de las etiquetas y categorías estancas.

PALABRAS CLAVE: Arte. Identidad. Género. Queers. Feminismo.

O.R.G.I.A, A THREE-HEADED ARTISTIC BODY: *FEMINIST AND QUEER TRENDS AS TRAINING IN NEW ARTISTIC EXPRESSIONS*

ABSTRACT: The artistic creation of O.R.G.I.A, an artistic group formed by Beatriz Higón, Carmen Muriana and Tatiana Sentamans, began its journey in 2001. They call themselves feminists and queer, and their works revolve around issues of gender, sex and sexuality. In their artistic production, they have used performance, video, sculpture, drawing and illustration, defining themselves as a multidisciplinary team when it comes to developing a transgressive repertoire of mythologies, images and symbols. With a marked political character, a clear claiming objective and a strong spirit of struggle and criticism, they pursue the dissolution of normative and stereotyped concepts regarding gender, sexuality and sex, fleeing from sealed labels and categories.

KEYWORDS: Art. Identity. Gender. Queers. Feminism.

1 INTRODUCCIÓN

El grupo artístico O.R.G.I.A que presentamos en este artículo, es un ejemplo de beligerancia didáctica, activismo investigador

y catarsis estética, ya que sus intervenciones, talleres y toda su trayectoria, está marcada por una identidad trans, feminista y queer. La intención de este grupo artístico es descomponer, en cierto modo, el establishment artístico y los roles identitarios que circundan al mundo académico, artístico y social. Mediante talleres, exposiciones, performance y múltiples publicaciones, integran un corpus investigador y creativo que conforma el particular universo O.R.G.I.A, un interés constante de las relaciones entre historia, género, poder y sexualidad que veremos presentes en sus proyectos artísticos.

En ese sentido, entre las cuestiones que persiguen destacan la conquista de derechos civiles, la necesaria visibilidad de prácticas y colectivos, estigmatizados y discriminados, o la imperante influencia de la política, la religión y el estado en la sociedad, tratado desde el punto de vista foucaultiano.

La función social del museo, como contenedor y fuente de cultura y saber, será cuestionado e invertido, o la referencia a sociedades antiguas, como la egipcia, servirán como referente estético y cultural para alguno de sus proyectos subversivos y bastardos con la clara intención de remover las bases y preceptos de estas instituciones tan anquilosadas. (Figura 1)

Figura 1. *Follarse la ciudad*, 2009. Art project, técnica mixta, 34 x 67,5 x 51,5 cm.



Imagen cedida por O.R.G.I.A.

Entre las diferentes críticas que abordan en sus obras, destaca el taller *Bastos, copas, oros, espadas y dildos*, que pretende visualizar los vicios y prejuicios de la sociedad “clásica” patriarcal española, marcada por una clara herencia franquista. Otro de sus trabajos, *Flori-cultura subversiva*, surge en contra de la construcción de una sexualidad sólo enfocada a la reproducción y se abordan cuestiones como la representación sexual, la reproducción o la construcción de géneros estáticos y restrictivos, haciendo paralelismo entre sexualidad animal y humana.

En este artículo visitaremos algunos de sus proyectos, talleres e investigaciones, con el fin de construir un itinerario a través de su obra como reflejo de la realidad que supone O.R.G.I.A.

2 EL DRAG COMO HERRAMIENTA PLÁSTICA PARA LA CREACIÓN POLÍTICA

O.R.G.I.A emplea el Drag como recurso metodológico en varias de las series realizadas a lo largo de su andadura artística, como la *Serie verde* (2005) o la *Serie blanca* (2004). En dichas series emplean el término Drag para interpretar, mediante performance, la masculinidad promocionada durante el tardofranquismo (Torr, D, Bottoms, S 2010). Lo usaron como crítica contra la naturalización de esta construcción social, que en España se tradujo con la figura del padre de familia o cabeza de familia, o del “donjuanismo” de los años 60 y 70, cuyas libertades justificaban el empleo de la violencia. (Figura 2)

Figura 2. Fragmento de *Serie verde*, 2004. Lambda RC s/aluminio, varias dimensiones, edición (5).



Imagen cedida por O.R.G.I.A.

En su último proyecto MNH, el Drag emana durante la creación de la pieza *Egyptian First. Revisión del Loto Abierto 2014*, haciendo una clara referencia a la estigmatización de la masculinidad en el cuerpo de la mujer y el poder. (Figura 3)

Figura 3. *Horus y Apep* [cinturón funerario para petite mort], 2014. Latón, cuero, metacrilato y hierro, 54,5 x 62 x 12,5 cm.

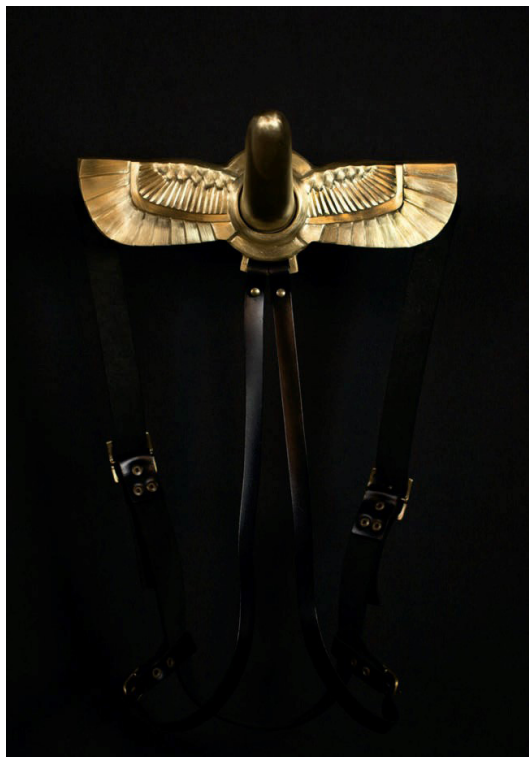


Imagen cedida por O.R.G.I.A.

3 BASTOS, COPAS, OROS, ESPADAS Y DILDOS. EN BUSCA DEL QUINTO NAIFE EN LA BARAJA ESPAÑOLA

El proyecto *Bastos, copas, oros, espadas y dildos*, aparece como una crítica a la dictadura franquista y a los medios de comunicación de la época que, a través del celuloide, muestran el poder con películas con gran carga moralista. Actúan como fetiches narrativos del trauma que suministra el propio régimen, el miedo a la mujer autónoma se refleja ridiculizando su sexualidad. Además, el proyecto pone en duda la escasa crítica y reflexión acerca de cómo se educa todavía actualmente.

En esta época de dictadura, la doctrina de la iglesia ejercía la represión sexual ante sus fieles. Periodo en el que el patriarcado nacional primaba por encima de cualquier deseo y en el que se veía a la mujer como medio de reproducción y la maternidad como

4 FLORI-CULTURA SUBVERSIVA

Flori-cultura subversiva es un proyecto largo y con constantes cambios que no ha cesado de reproducirse en diferentes ámbitos como el performativo o el happening sonoro, así como en conferencias y muralismo. Desde las diferentes perspectivas, aborda diversas experiencias vividas de opresión social y política que conforman identidades fluctuantes e inestables.

Flori-cultura se deshace de las visiones de la modernidad, así como de sus representaciones. O.R.G.I.A propone desobediencia visual con un enfoque político y una metodología que pretende alejarse de lo determinado, a través de las narrativas que han sido excluidas a lo largo de los años en el mundo occidental como las narrativas feministas y queer (Halperin, 2002). Partiendo de la naturaleza, realizan una interpretación de los órganos sexuales de forma múltiple, apropiándose de la clasificación dada por los naturalistas europeos del s. XVIII. El grupo adopta la representación de la historia natural, tanto a nivel oral como en sus diferentes manifestaciones artísticas utilizadas.

En su primer happening sonoro, realizado en la Fundación Ortega y Gasset, introducen una serie de ilustraciones de flores realizadas por ellas mismas y donde el colectivo emitía sonidos desde el balcón de la fundación. Criticando, de esta forma, el marco idílico del jardín relacionado con el amor cortés. O.R.G.I.A utiliza el jardín como un laboratorio (Figura 5), como un lugar donde se realiza la acción para dar visión a las sexualidades subversivas.

Figura 5. *Flori-cultura subversiva*, 2007. Instalación y happening sonoro, medidas y duración variables Jardines Sonoros. La Noche en Blanco de Madrid. Fundación Ortega y Gasset, Madrid.



Imagen cedida por O.R.G.I.A.

El siguiente acto que realizan es el de reapropiarse de la imagen de “mujer bicha” para pasar a ser una representación ruidosa, transgresora e incómoda para el patriarcado a través de la performance (VV. AA. *Barbarismos queer* y otras esdrújulas, 2017).

En otra instancia, el colectivo, imita a la enciclopedia introduciendo una serie de conceptos a los que le otorga creencia. Clasifican, nombran y redefinen los objetos naturales de forma provocativa. Además este proceso se apoya en una serie de ilustraciones botánicas de flores plurisexuales. Cada flor es una “micro-pasión política” como bien dice la feminista Beatriz Preciado. Con todo este proyecto, el grupo pretende jugar con el doble sentido entre la cultural y lo genital, desestigmatizando lo “correcto” para crear nuevos conceptos (Romero Caballero, 2017) (Figura 6).

Figura 6. *Flori-cultura subversiva*, 2013. Instalación medidas variables. Poéticas o prácticas ecofeministas... o cómo salirse del guión. MICGénero, Centro Cultural de España en México (Embajada España), México D.F.



Imagen cedida por O.R.G.I.A.

5 BAJO LOS FONDOS DE LA PIRÁMIDE INVERTIDA

Como el propio nombre indica, *Bajo los fondos de la pirámide invertida* es una muestra de lo oculto y lo prohibido. Esta exposición nos adentra en una cámara funeraria donde nos esperan todo una serie de elementos del Antiguo Egipto remasterizados y sexualizados. Dildos, prótesis, masturbaciones entre sirvientas,

flores de loto convertidas en vulvas, son algunos de los artilugios que se encuentran en este proyecto. No tratan de reactivar los modelos del pasado, sino de darles vida en el presente y el futuro, empleando el mismo tipo de materiales que utilizaban en el Antiguo Egipto para la realización de las piezas. El proyecto materializa lo oculto a la largo de los años a través de capiteles y elementos de ajuar funerario. Llevan el arte de Egipto al plano de la sexualidad y los elementos eróticos para así deconstruir el binomio género-sexo.

En su trabajo parten de la imaginería egipcia para recrear nuevos artefactos, que cuentan las partes de la historia que nunca han sido narradas y éstas quedaron ocultadas a lo largo de la misma. (Figura 7)

Figura 7. *Walk Like An Egyptian*, 2017-2018. Caliza y hierro, 50 x 60 x 11,5 cm.

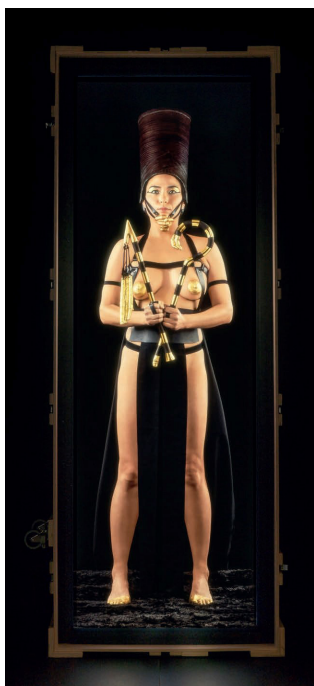


Imagen cedida por O.R.G.I.A.

Cabe destacar entre todas las piezas expuestas *La Faraona*, en la que O.R.G.I.A materializa a Haptsheput, faraona del Alto y Bajo Egipto, la cual adoptó todos los atributos masculinos de faraón para demostrar su poder político (Figura 8 y 9).

Figura 8. Imagen izquierda. *La Faraona* [sarcófago], 2017-2018, fotografía digital a color sobre duratrans siliconado tras metacrilato, caja de luz y caja de transporte, 234 x 97 x 28 cm.

Figura 9. Imagen derecha. Detalle de la obra *La Faraona* [sarcófago], 2017-2018.



Imágenes cedidas por O.R.G.I.A.

En una entrevista realizada a O.R.G.I.A., y que figura en el catálogo de este proyecto, el grupo ubica la cuna del Drag en el antiguo Egipto, debido a la exageración de la construcción de los roles de género. La ostentación de los artificios de los que disponía el faraón para mostrar su alto poder al pueblo, las largas pelucas y barbas, las faldas faraónicas, son todos elementos que hacen recordar el término “drag”. (VV.AA. *En los bajos de la Pirámide Invertida* 2019).

Singularidad especial cobra el concepto de luz en este proyecto. La intensidad de la luz y su utilización focal y en penumbra es manejada para dar sensación de solemnidad y embrujo. (Figura 9)

Figura 10. *Daga para petite mort* [Ajuar funerario para petite mort], 2010-2017. Latón, alabastro, cuero y metacrilato, 54,5 x 62 x 12,5 cm.



Imagen cedida por O.R.G.I.A.

O.R.G.I.A afirma en dicha entrevista, realizada por los dos comisarios de la exposición, que:

"no nos interesa tanto sembrar la duda sobre el objeto, sino sobre la historia, sobre cómo se construye. No queremos darle a nuestra obra esa pátina de objeto antiguo de época y hacerlo pasar por bueno. La metodología que usamos en este proyecto radica más en sembrar la duda sobre la historia que conocemos para que la gente se cuestione si todo lo que sabemos es lo que "realmente" ha pasado, o "todo" lo que ha pasado. Y crear piezas que exciten la imaginación. El objeto en sí mismo nos sirve para contar otras historias posibles. Nuestras piezas son ante todo dispositivos generadores de pensamiento crítico." (VV.AA. En los bajos de la Pirámide Invertida 2019).

A lo largo de todo el proyecto, el cuerpo aparece reiterativamente, pero no se puede circunscribir a nadie ya que los dildos y dedos pueden ser de cualquiera, resaltando así cuestiones como el género, sexo y sexualidad, pero también temas como el sistema de casta, el racismo o el flujo migratorio.

6 CONCLUSIÓN

O.R.G.I.A surge como una necesidad de sus creadoras frente a las imposiciones académicas, didácticas y sociales a las que, por fuerza, hay que poner en duda y

reformular. Para ello, han construido un universo creativo y estético particular que les ha permitido llevar a cabo una investigación constante, sostenida y creciente en el tiempo, como demuestra su dilatada trayectoria como grupo artístico e investigador.

Bases, dogmas y creencias, tanto religiosas, científicas o sociales como académicas, son dinamitadas y exploradas de nuevo, proponiendo narraciones en clave pospornográfica que permita la re-sexualización y repolitización de los cuerpos, y poder apropiarse de ellos. Las imágenes, los espacios y las acciones se convierten en sus armas de guerra para la lucha feminista y trans. Utilizan recursos con tintes de humor y realizan una arqueología de la sospecha que les permita repensar todo lo existente, generar un pensamiento crítico y construir un relato más rico, transversal e inclusivo y, por lo tanto, menos sesgado.

O.R.G.I.A “casi siempre busca la hibridación, la mutación y la confusión”. En su último proyecto busca el “mestizaje movido por la diáspora y la migración”.

El placer no es productivo, por eso se ve como algo negativo, ya que no genera riqueza ni poder. Sin embargo, sí produce una sociedad más hedonista, menos controlable y, a la vez, más libre. Por eso el placer siempre se ha querido limitar, restringir o someter, para así poder ejercer el poder sobre los pueblos y sus individuos. De ahí el interés en dominar el cuerpo, sobre todo el femenino, para controlar la reproducción, y con ello conseguir la mercantilización y la objetualización del cuerpo femenino. (VV. AA El aula invertida, 2015)

BIBLIOGRAFÍA

Halperin, David. (2002) *How to do the History of Homosexuality*. Chicago: University of Chicago Press Books, pp. 15-16.

ORGIA. (2005) Bastos, copas, oros, espadad, y dildos. Los reyes de la Baraja Española. Valencia. Universitat de Valencia.

Romero Caballero, Belén. (2017) “Flori.culturas subversivas. Maniobras ecológicas desde el Sur re-existente” [SUBVERSIVE FLORI.CULTURES. Ecological manoeuvres from the re-existing South]”; en *Re-visiones*, vol. 7, Universidad Complutense de Madrid. Versión íntegra en castellano y en inglés [última consulta 15/01/2017].

Torr, D. Bottoms, S. (2010) *Sex, Drag, and Male Roles: Investigating Gender as Performance (Critical Performances)*. The University of Michigan Press.

VV. AA. (2015) El aula invertida. Estrategias pedagógicas y prácticas artísticas des de la diversidad sexual. Alicante. Fundación La Posta. ISBN: 978-84-617-2865-7.

VV. AA. (2017) Barbarismos queer y otras esdrújulas. Barcelona. Edicions Bellaterra. ISBN: 978-84-7290-829-1.

VV. AA. (2017) Figuras del exceso, políticas del cuerpo. Atlas Fidex. Alicante. Universidad Miguel Hernández de Elche. ISBN: 978-84-16024-71-1.

VV. AA. (2019) En los bajos de la Pirámide Invertida. Murcia. Centro Puertas de Castilla y Ayuntamiento de Murcia ISBN: 978-84-16710-54-6

CAPÍTULO 2

TRANSFOBIA E SUJEITO TRANS: UMA ANÁLISE LÉXICO-DISCURSIVA EM “BIXA TRAVESTI”

Data de submissão: 20/06/2021

Data de aceite: 05/04/2021

Dina Maria Martins Ferreira¹

<http://lattes.cnpq.br/3056318729875145>

<https://orcid.org/0000-0003-2585-497X>

Ikaro César da Silva Maciel

Mestre pela Universidade Estadual do Ceará

<https://orcid.org/0000-0003-2666-4895>

RESUMO: Este artigo se propõe a apresentar a *práxis* social e os diferentes aspectos do mundo do sujeito social trans. Para esta investigação, utilizamo-nos do aporte teórico-

¹ Profa. Dra. Dina Maria Martins Ferreira (nome de autoria); Dina Maria Machado André Martins Ferreira. 2º pós-doutorado, em Ciências Sociais, pela Université Paris V, Sorbonne, em co-tutoria em Estudos da Linguagem, pelo Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp (2009-2010); 1º pós-doutorado em Pragmática, pelo Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp (2002-2003); doutorado em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1995); mestrado em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1988). Pesquisadora do Centre d'Études sur le Quotidien et les Actuels da Université Paris V, Sorbonne. Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual do Ceará. Autora de 5 livros, organização de 6 livros, capítulo de livros, artigos nacionais e internacionais, em torno de 80. Coordenadora de grupo de pesquisa na UECE e co-coordenadora de grupo de pesquisa na UNICAMP; parecerista de várias revistas, em torno de 20 e parecerista ad hoc da FAPESP e do MEC. E-mail: dinaferreira@terra.com.br.

metodológico da Análise do Discurso Crítica (FAIRCLOUGH, 2016a), sob a perspectiva de linguagem enquanto constitutiva da prática social. E em nossa rede argumentativa, adentramos em aspectos da identidade, de gênero e de performatividade (BUTLER, 2017; PINTO, 2002; MARTINS FERREIRA, 2018) do sujeito trans. Como nosso *corpus* analítico, temos a letra da música funk *Bixa Travesti* que oferece aspectos linguístico-textuais e discursivos sobre representações de si e do mundo. É pela categoria do léxico discursivo que ações, sentimentos, crenças, identificam como as atividades humanas são performatizadas no discurso – posição político-social do sujeito trans. Os resultados analíticos indicam a relevância da análise léxico-discursiva como forma de representar ideias e eventos, bem como a inevitabilidade de intensificar, dentro e fora da academia, debates e projetos que visibilizem e tornem mais justa as formas de vida de pessoas trans. **PALAVRAS-CHAVE:** *Práxis* social. Identidade de gênero. Transfobia. Transgênero.

TRANSPHOBIA AND TRANS SUBJECT: A LEXICO-DISCURSIVE ANALYSIS IN “BIXA TRAVESTI”

ABSTRACT: This paper aims at presenting the social *praxis* and the distinct aspects of the world of a transgender subject. In order to carry out this research we used the theoretical-methodological contribution of

Critical Discourse Analysis (FAIRCLOUGH, 2016a), from the perspective of language as constituted of the social practice. Throughout our argumentative discussion, we have considered identity, gender and performativity aspects (BUTLER, 2017; PINTO, 2002; MARTINS FERREIRA, 2018) of the transgender subject. As an analytical corpus there is the lyric *Bixa Travesti* which offers itself linguistic-textual and discursive conditions about representations of oneself and the world. It is through the lexical category that actions, feelings, beliefs identify how human actions are performed in the discourse – social-political positions of the transgender subject. The analytical findings indicate the relevance of the discursive-lexical analysis as a way to represent ideas and events as well as the inevitability of intensifying, in and out of the academy, debates and projects that envisage and make transgender people's lives fairer.

KEYWORDS: Social Praxis. Gender identity. Transphobia. Transgender. Lexicon discursive.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A música é uma forma de linguagem capaz de criar tanto vínculos afetivos entre pessoas quanto reivindicar diferenças identitárias. Trata-se de um produto cultural, social e simbólico que se adapta a diferentes meios de comunicação. Suas primeiras formas de produção, distribuição e consumo hegemônico foram a gravação em vinil e a transmissão radiofônica. Com o advento da internet, novas formas surgem como resultado deste novo espaço de difusão e circulação de textos, sons e imagens: o ciberespaço. (SANTINI; LIMA, 2001, p.2)

Neste ambiente de comunicação aberto, a interconexão mundial de computadores, atores sociais utilizam as redes para a produção e o compartilhamento de conteúdos. Esses múltiplos jogos de linguagem dão vazão a diversas formas de vida, “formas de os indivíduos agirem sobre o mundo e interagirem com ele, representan[do] aspectos do mundo e de si mesmos e construi[ndo] identidades sobre si e sobre outrem” (MELO, 2018, p.23).

Dessa forma, é dentro da música funk e seu universo social, mais precisamente a letra do funk *Bixa Travesti* que se ancora nossa análise. Apesar da melodia funk não fazer parte do ponto principal de nosso estudo, valem algumas observações da ordem histórica e polêmica. O funk não nasceu no Brasil, mas sim nos Estados Unidos pela influência do *soul music*. Chegou no Brasil nos anos 70, pela constituição de bailes na zona sul do Rio de Janeiro, zona nobre, e só adentrou nos subúrbios cariocas quando os bailes começaram a ser classificados como *bailes da pesada*. E apenas na década de 90 que o funk se nacionaliza, tanto pela batida quanto pelas letras, cujo viés cultural ganha peso. Hoje em dia, este produto cultural é tão divulgado que para alguns há vários subgêneros de funk (carioca, paulista, pop, ‘proibidão’, entre outros), no entanto as múltiplas subdivisões do

gênero se unem por características comuns: batidas por minuto, 'putaria acelerada', ritmo louco, uso de palavrões, expressões de sexo de forma explícita, ênfase ao corpo. Devido ao caráter sensual do funk, o senso comum, muitas vezes o classifica como música vulgar. O que não quer dizer que não possa ser um gênero reivindicatório de identidade, de transgressão e de embates político-sociais.

No que tange à análise da letra musical, utilizamos a Análise Crítica do Discurso (ADC), em que emergem perspectivas metodológicas para classificação de sujeitos e de sua *práxis* social. Ou seja, as categorias teórico-analíticas (Fairclough, 2006) são compostas por três níveis de abstração, (a) eventos sociais (texto), (b) práticas sociais (ordens de discurso) e (c) estruturas sociais (linguagem), tripé utilizado em prol de uma abordagem avaliativo-interpretativista, voltada para questões e relações sociais (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009). E sob a ótica do gênero e seus papéis sociais, Butler (2017) enfatiza que gênero não está prisioneiro a perspectivas biológicas, mas sim à estilização do corpo e à performatividade.

A música *Bixa Travesti* constitui-se de um documentário, lançado no 26º Festival Mix Brasil, em 2018, com direção de Claudia Priscilla e Kiko Goifman, com o protagonismo do sujeito trans feminino Linn da Quebrada. A seleção do funk *Bixa Travesti* teve como critérios o fato de o (a) título da música remeter diretamente ao tema identidade de gênero e (b) o de a letra fornecer modalizadores de exclusão social da ordem da transfobia.

2 SEXO E GÊNERO

Para reivindicar um reconhecimento social dos sujeitos fora da heterocracia, faz-se necessário esclarecer os conceitos de sexo e identidade de gênero. A distinção entre tais categorias foi o ponto de partida para que Butler (1990) questionasse o sentido da palavra 'mulher', que resultou em uma crítica ao modelo binário de homem/mulher, masculino/feminino.

Quando executamos a ação de nomear, ou seja, categorizar um corpo segundo o gênero, "não podemos esquecer que [...], de alguma forma, começa por um ponto biológico – a genitália do indivíduo –, não como um ponto estático, mas, sim, no patamar fisiológico do indivíduo" (MARTINS FERREIRA, 2018, p.83). Logo, recorreremos ao senso comum que baseia a noção de gênero como decorrido diretamente do sexo. Por exemplo, quando uma criança nasce diz-se – É uma menina! E quem determina esta nomeação é o sexo, independente do gênero que será construído pela *práxis* social. Daí se entender, a princípio, que a ideia de gênero seja culturalmente condicionado à genitália e seja naturalmente adquirido – um par uno debatido nas teorias feministas:

Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual "a natureza sexuada" ou "um sexo natural" é produzido e estabelecido como "pré-discursivo", anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura. (BUTLER, 2017, p.27, grifos do original)

Por uma crítica radical, Butler (2017) indica que o sexo, bem como o gênero, não são naturais, mas sim um meio construído socioculturalmente, e não estabelecido pré-discursivamente, como se houvesse *ontos* fora da linguagem. Na esteira desse pensamento, esta autora desmonta a ideia de um sujeito uno, porquanto, "a presunção aqui é que o 'ser' de um gênero é *um feito*" (BUTLER, 2017 p.68, grifos do original), isto é, a identidade e a expressão de gênero de um sujeito é que constroem o sentido em si. Mesmo que a repetição contínua da *práxis* social e da sacralização de comportamentos nos permita naturalizar e determinar as marcas de sexo e as designações de gênero, o rompimento e a (re)produção de novos atos de fala e de corpo modificam e (re)constroem, semanticamente, simbologias e significados para as designações:

A performatividade não é a capacidade de ação efetuada pelo enunciado; a performatividade é a capacidade de ação operada pelo ato de fala na sua materialidade plena – sonora e corporal. [...] A performatividade é o que permite e obriga o sujeito a se constituir enquanto tal. (PINTO, 2002, p.107)

O ato performativo – designado como ato de corpo e ato de fala – só é operacionalizado se as condições sociais da enunciação forem felizes. Isto é, o sujeito falante é levado em consideração como parte integrante da performatividade. O corpo é, então, a superfície de inscrição corporal por excelência.

Importante reforçar que os sujeitos são seres performativadores e performatizados, bem como suas identidades, ou seja, estas são efeitos dos seus atos que marcam maneiras de ser, vestir, falar e se comportar socialmente: "Identidades são construções exigidas pelos ritos convencionais que postulam o sujeito de maneira a garantir a possibilidade do 'nós' a partir da significação da existência prévia do 'eu'" (PINTO, 2002, p.109, grifos do original). Ideias contrárias a respeito de identidades estáveis e imutáveis, implicam efeitos sociais de controle e de repressão de indivíduos que transgridam as identidades propostas por uma ideologia dominante, como por exemplo, a heteronormatividade em relação à transfobia e à homofobia.

3 TRANSEXUALIDADE E TRANSFOBIA

Originária etimologicamente do grego *phóbos*, a palavra fobia, de acordo com o uso dicionarizado da língua portuguesa, refere-se ao sentimento exagerado de medo ou aversão, que leva ao evitamento de certos objetos, circunstâncias, sentimentos etc. Combinado ao prefixo *trans-*, o sentido do substantivo transfobia alimenta a carga negativa de aversão àqueles corpos que performatizam marcas do feminino em genitália masculina e vice-versa.

A população transgênero (compreendida por travestis e transexuais) é, historicamente, marginalizada, perseguida e estigmatizada devido à crença no senso comum que baseia a noção de gênero como decorrida diretamente do sexo. Julga-se que o natural é ter o gênero correspondente ao sexo de nascimento, perpetuando-se, assim, marcas sociais e sacralizadas relativas a eles. Entretanto, as experiências subjetivas dos indivíduos nos mostram que essa estereotipia naturalizante é falha, já que as pessoas trans mostram-nos uma experiência identitária que confronta a heteronormatividade.

Para Berenice Bento (2008, p.19), “a transexualidade é um desdobramento inevitável de uma ordem de gênero que estabelece a inteligibilidade dos gêneros no corpo”. Assim, transexualidade, travestilidade e transgênero seriam identidades que se destacam por salientar gestos que quebram a causalidade e a estabilidade entre sexo/gênero/desejo. No entanto, não podemos negar, para além das definições estáveis e/ou naturalizadas, a existência das possibilidades de performatividades que inoculam as designações masculino, homem, feminino e mulher de novos sentidos.

Mesmo com a inoculação de novos sentidos, subjetividades e narrativas de sujeitos não-heterossexuais são marcadas por dor e angústia por desejarem viver experiências que são interditas e invisibilizadas, cujos direitos básicos, como o de existir *pelo-que-sou*, são violados cotidianamente. Segundo dados da *Rede Trans Brasil* (2018), o Brasil ainda é o país que mais mata (em números absolutos) a população trans em todo o mundo, inclusive pela falta de políticas públicas que criminalizem atos de transfobia:

Segundo os dados do *Transgender Europe* (TGEU), que lançou uma atualização dos assassinatos no mundo em 12 de novembro de 2018. No período da apuração de 01 de outubro de 2017 a 30 de setembro de 2018, os números revelaram que no ano de 2018 foram registrados 369 casos de homicídios contra pessoas trans e ou pessoas de gênero diverso em contextos internacionais, sendo que o Brasil dispara em primeiro lugar com 167 casos, seguido por México com 71 casos e Estados Unidos com 28. (DOSSIÊ, REDE TRANS BRASIL, 2018)

O *Dossiê* relata que os maiores casos de transfobia começam contra os travestis, seguidos contra mulheres/homens trans e finalmente contra os de gênero não-informado. Nesse caso, os de gênero não-informado se referem àqueles noticiados apenas como

homossexuais, de faixa etária entre 21 e 25 anos (maioria abaixo dos 35 anos e com estimativa de vida baixa. Fazendo um recorte racial, o *Dossiê* apresenta a população negra como aquela que mais morre, contabilizando 27% de negros e 11% de pardos, o que reflete um genocídio da população trans negra.

O sofrimento e a sonegação dos direitos básicos extrapolam fronteiras entre imaginário e realidade, inclusive os meios de comunicação, em seus diversos gêneros discursivos, (46% que divulgam os casos), ao se referirem aos sujeitos trans, insistem, ao lado de sua identidade de gênero, em informar até o registro civil. Tais ações de exclusão e de preconceito refletem a necessidade de formação e propagação de processos educativos que combatam o conservadorismo hegemônico da heteronormatividade e as relações de poder da imprensa e de tantos outros meios comunicativos que tentam normativizar corpos apagando suas diversidades identitárias de gênero. (DOSSIÊ, REDE TRANS BRASIL, 2018)

Mais do que performatizar uma identidade de gênero, reivindicar ser um sujeito transgênero é um ato político que dá voz e visibilidade a uma causa social, contribuindo para a desconstrução de padrões socialmente impostos e de crenças em papéis de gênero consolidados no binarismo homem/mulher. Caminhar nessa direção política é uma forma de influenciar “os grupos sociais marginalizados, em que as pessoas que vivenciam a dimensão das transgeneridades (ou transgeneralidades), orientadas por políticas de cunho identitário, tornem a sua realidade cada vez mais visível” (JESUS, 2014, p. 119).

4 PERSPECTIVAS DO DISCURSO CRÍTICO E LEXICALIZAÇÃO

A Análise de Discurso Crítica (ADC) (FAIRCLOUGH, 2016) é uma abordagem teórico-metodológica transdisciplinar, que se filia à Teoria Social do Discurso, visto que aproxima os estudos da linguagem ao meio social. Esta visão dialógica nos permite entender o uso da linguagem como bilateral, porquanto a linguagem “tanto é constituíd[a] socialmente como também é constitutiv[a] de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença.” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p.26).

Entender o discurso como prática social significa compreendê-lo como uma ação em contextos específicos e historicamente situados: “Os usos contextualizados geram significados para além do que está escrito e produzem ações como os atos ilocucionários”. (BATISTA; SATO; MELO, 2018, p. 10). O discurso, portanto, molda as práticas sociais bem como é modificado e/ou reforçado por elas:

Ao usar o termo “discurso”, proponho considerar o uso da linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis institucionais. Isso tem várias implicações. Primeiro, implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir

sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de apresentação. [...] Segundo, implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre prática social e a estrutura social: a última é tanto uma condição como um efeito da primeira. (FAIRCLOUGH, 2016, p. 94-95, grifo do original)

Três aspectos dizem respeito aos efeitos construtivos do discurso: (a) a contribuição para a construção de diferentes identidades sociais; (b) a construção das relações interpessoais na sociedade; e (c) a construção de sistemas de conhecimentos e crenças compartilhados entre sujeitos, socialmente. Cada um desses efeitos relaciona-se, respectivamente, a uma função da linguagem: a função identitária diz respeito à representação da experiência, cujos enunciados remetem a identidades sociais reveladas no discurso; a função relacional corresponde às ações nas relações sociais e pessoais representadas na linguagem; e a função ideacional demonstra aspectos semânticos, gramaticais e estruturais do texto como fatores funcionais. (FAIRCLOUGH, 2016, p. 96)

Fairclough (2003a) propõe uma rearticulação das macrofunções de Halliday (1978) em três tipos principais de significação: acional, representacional e identificacional. O significado acional refere-se à maneira de ação e interação do sujeito social através de gêneros discursivos relativamente estáveis; o significado representacional está relacionado às diversas formas de representar o mundo pelo viés discursivo – “Os diferentes discursos não apenas representam o mundo ‘concreto’, mas também projetam possibilidades diferentes da ‘realidade’” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p.70-71) –; e o significado identificacional relaciona-se ao conceito de estilo, ou seja, às identidades dos atores sociais reveladas entre os textos. Os três significados atuam simultaneamente em todo enunciado. O discurso, então, configura modos de ser, modos de agir e modos de representar; e gêneros, discursos e estilos atam o texto a eventos sociais.

E para fins de investigação discursiva da transfobia no discurso de um sujeito trans, esta pesquisa utiliza-se dos elementos de análise em Fairclough (2006), composto por três níveis de abstração: (a) eventos sociais (texto); (b) práticas sociais (ordens de discurso) e (c) estruturas sociais (linguagem). Na análise dos eventos sociais, o texto será analisado em conformidade com o (1) léxico; na análise das práticas sociais – produção, distribuição e consumo – em conformidade com a (2) intertextualidade e a interdiscursividade; e na análise das estruturas sociais, em conformidade com a (3) ideologia e a hegemonia. (VIEIRA; MACEDO, 2018, p. 67).

Na (1) lexicalização, nosso ponto analítico chave, palavras atuam com uma extensão de sentido social. Saindo do significado dicionarizado, as palavras podem receber uma conotação metafórica e/ou serem criadas (neologismo) a partir da necessidade do contexto. Nesses processos dinâmicos que são o meio e as relações sociais, os discursos

e a semiotização dos lexemas rompem as barreiras pré-determinadas para atenderem demandas linguístico-discursivas.

Na (2) intertextualidade, um texto corresponde às diversas vozes e elementos que o compõem de várias maneiras (discutindo, refutando, concordando, etc). No que tange à qualidade dialética dos textos, “Fairclough (2001, 2003) destaca que as negações também implicam uma asserção em ‘outro texto’ e por isso são marcas de intertextualidade. Semelhantermente, as ironias [...] Há também as pressuposições” (BESSA; SATO, 2018, p. 143).

Na (3) ideologia, vozes são construídas de acordo com sua finalidade, possuindo existências materiais, interpelando sujeitos e funcionando pela constituição e posicionamento dos sujeitos, ou seja, os discursos são construídos e através deles as várias dimensões da prática social vão sendo significadas. Portanto, “para a ADC, a ideologia estabelece e sustenta relações de dominação” (VIEIRA; MACEDO, 2018, p.59). Nestas relações, o domínio pelo poder simbólico determina a hegemonia., ou seja, a luta hegemônica assume uma forma de prática discursiva, e, pelo discurso de consenso, grupos sociais mantêm a dominação sobre outros; por exemplo, o discurso da heteronormatividade das práticas de ser e de agir, em relação aos corpos transexuais. Portanto, “a hegemonia de um grupo é dependente, em parte, de sua capacidade de gerar práticas discursivas e ordens de discurso que a sustentem” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p.44).

5 “BIXA TRAVESTI”

Linn da Quebrada iniciou sua carreira no ano de 2016, lançando seu primeiro *single*, *Enviadescer*, colocando corpos travestis e feminilizados em posições de destaque nas cenas. No ano seguinte, 2017, a cantora experimentou mais uma linguagem artística, assumindo a direção e o roteiro de *BlasFêmea*, sua primeira experiência audiovisual. Nesse ano também é destaque no cinema, participando das produções: *Corpo Elétrico*, longa-metragem de Marcelo Caetano; e *Meu Corpo é político*, documentário de Alice Riff.

A música *Bixa Travesti* é uma das faixas que compõe o primeiro álbum, intitulado *Pajubá*, lançado em 2017. Atualmente, o videoclipe da canção possui inúmeras reações na plataforma YouTube, onde está hospedado. O alcance de visualizações chega a mais de 58 mil; conta, ainda, com cerca de 1.900 curtidas e 39 comentários. A produção foi feita pela instrumentista BadSista, no Estúdio YB Music, em São Paulo.

A música *Bixa Travesti* foi composta, escrita e interpretada pela cantora Linn da Quebrada:

Eu já cansei de falar
Já perdi a paciência
Você fingi não escutar
Abusa da minha inteligência

Mas eu tô ligada
Seu processo é muito lento
Vou tentar te explicar mais uma vez o fundamento

E se você não aceitar
Pode doer
Pode machucar
Que eu nem lamento
Vai!

Bixa travesti, de um peito só, o cabelo arrastando no chão
E na mão sangrando, um coração
Bixa travesti, de um peito só, o cabelo arrastando no chão
E na mão sangrando, um coração

O lance é muito simples
Não tem nenhum mistério
Pode ir saindo com o pau entre as pernas
Acabou o seu império

Tô vendo de camarote o fim do seu reinado
Rindo muito da sua cara de cãozinho abandonado

Na verdade, eu mudei de ideia
Te fiz uma bela surpresa
Quando tiver indo embora, não esquece!, deixa seu pau em cima da mesa
Vai!

Bixa, travesti, de um peito só, o cabelo arrastando no chão
E na mão sangrando, um coração
Bixa, travesti, de um peito só, o cabelo arrastando no chão
E na mão sangrando, um coração
Bixa, só
Trava, só
Bixa, só
Trava, só
Bixa, só
Trava, só
Só

A música traz já no título “bixa travesti” dois lexemas que dão rótulos pejorativos a sujeitos sociais pertencentes à comunidade LGBTI+. O circunstante “bixa” é significado negativamente, carregando uma acepção pejorativa porque objetiva diminuir e menosprezar todo o indivíduo que circunscreve em seu corpo marcas do feminino. Do mesmo modo, a palavra “travesti”, que se refere a uma identidade de gênero, é utilizada como insulto. A significação dada socialmente a estes signos é vista como um resultado de um pensamento do senso comum que reproduz crenças em papéis de gênero consolidados no binarismo – homem/mulher, associando a genitália de um sujeito ao papel social que este deve assumir por toda a vida. Além do mais, o fato de a maioria das

travestis optarem por serem profissionais do sexo como forma de ganhar a vida, ajuda a construir negativamente a imagem destes sujeitos. Contudo, como afirma Butler (2017), a identidade e a expressão de gênero de um sujeito é que constroem o sentido em si.

Como nos diz Resende e Ramalho (2006, p.70-71), “Os diferentes discursos não apenas representam o mundo ‘concreto’, mas também projetam possibilidades diferentes da ‘realidade’”, ou seja, a maneira como a artista constrói discursivamente sua visão de mundo, a partir do seu lugar social de fala: utiliza, repetidamente, as palavras “bixa” e “trava”, que mesmo grafadas com marcas de oralidade, aparecem inúmeras vezes no decorrer da (letra da) música. Tal repetibilidade mostra sua força ilocucionária e maximiza a interferência do sujeito contra o discurso hegemônico de normatização dos corpos.

Como já mencionado anteriormente, além do sofrimento psicológico, o físico é parte significativa na vida de uma pessoa trans. No decorrer do discurso musical, palavras como “aceitar”, “doer”, “machucar” e “lamento” são modos de sinalizar o sofrimento. As ações sofridas cotidianamente por membros da comunidade LGBTQBI+ advêm da falta de aceitação da sociedade e da família em relação à diversidade de gêneros, tornando-os alvos de crimes de ódio por expressarem suas identidades de gênero de forma “incongruente” com o que é determinado pela normocracia social. De acordo com dados do *Transgender Europe*, em 12 de novembro de 2018, foram registrados 167 casos, só no Brasil, de homicídios contra pessoas trans e/ou de gêneros diversos. A associação direta que é feita entre as ações “arrastando” e “sangrando” com os substantivos “cabelo” e “coração” nos mostram a dimensão dessa realidade social, reforçando a prática bruta de agredir de um discurso transfóbico que exclui e oprime.

As diversas vozes e elementos presentes no texto correspondem ao fenômeno da intertextualidade. As associações diretas das palavras “cansei” com “falar” / “perdi” com “paciência” / “finge” com “escutar” / “abusa” com “inteligência” estão sempre enunciadas em primeira pessoa. A voz do enunciador direciona-se ao interlocutor – diversas vozes sociais –, de forma direta e objetiva, questionando o sofrimento: sonegação dos direitos básicos, falta de respeito, e o lugar social subjugado quanto se trata de “inteligência” ou capacidade intelectual para assumir diferentes papéis e posições sociais, além do fato de requererem o direito a voz e visibilidade ao direito de sua identidade de gênero.

Ironicamente, o discurso traz os termos “processo” seguido do circunstante “lento” e a ação de “explicar” seguido de “fundamento”. A interdiscursividade proposta aqui é um embate da reprodutibilidade do discurso de senso comum em oposição às ciências humanas. Não querer entender um processo de aceitação e mudança corporal de alguns, baseado em ideias simplistas de que sexo é definido pela genitália, justifica, erroneamente, ações que deslegitimam e oprimem corpos. Entretanto, a transexualidade

tem um fundamento científico e é entendida como “um desdobramento inevitável de uma ordem de gênero que estabelece a inteligibilidade dos gêneros no corpo” (BENTO, 2008, p.19). Dessa forma, assumir identidades que não comungam com a normalização heterossexual de corpos é transcender e desestruturar a relação sexo/desejo/gênero.

Para Plaza Pinto (2002, p.107), “a performatividade é o que permite e obriga o sujeito a se constituir enquanto tal”, isto é, ao repetirmos continuamente, na nossa *práxis* social, atos e comportamentos normatizadores, contribuimos para a sacralização destes, permitindo, assim, sua naturalização e determinação das marcas de sexo nas designações de gênero em nossos corpos. Mas, quando optamos por (re)produções de novos atos de fala e de corpo, modificamos e rompemos com sentidos estratificados por simbologias cristalizadas, (re)construindo significados novos para designações (de gênero).

Enfim, a performance social de cada indivíduo é um ato político, que resiste e (re) existem em espaços públicos e privados, garantindo seus direitos de ir e vir. Pode parecer algo muito “simples” e sem “mistério”, como se enuncia ao final do discurso musical, afinal, suas “identidades são construções exigidas pelos ritos convencionais que postulam o sujeito de maneira a garantir a possibilidade do ‘nós’ a partir da significação da existência prévia do ‘eu’” (PINTO, 2002, p.109). Contudo, os muitos “eus”, as subjetividades são, muitas vezes, abaladas pelos discursos velados do machismo e da transfobia.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratar da homofobia como fenômeno manifesto no Brasil significa compreender as sutilezas que garantem sua difusão e enraizamento nas práticas sociais cotidianas. Ouvir na arte da música denúncias e posicionamentos frente a esse fenômeno é dar voz e vez àqueles/as historicamente marginalizados, perseguidos e estigmatizados por suas identidades sociais.

Apesar de casos violentos estarem cotidianamente estampados em jornais e nas diferentes mídias estimulando o debate e a reflexão pública, e mesmo as manifestações e a criação de ações positivas, há uma necessidade de formação e propagação de processos educativos que combatam o conservadorismo hegemônico. Assim, vezes que chegam através das ondas do rádio, da TV e dos modernos aparatos tecnológicos de reprodução audiovisual, colocariam em xeque a lógica perversa do machismo e da heteronormatividade compulsória, lutando por espaço em arena de forças antagônicas.

As principais contribuições, para entender como um sujeito trans representa a transfobia sofrida, estão na semiotização dos signos selecionados e nas inferências sociais, com base nas teorias feministas, gênero e sexo de Butler ([1999], 2017), Pinto

(2002) e Martins Ferreira (2018), cujo resultado analítico se comprova pelos dados do *Dossiê de 2018 da Rede Trans Brasil* mostram as formas alarmantes e brutais de morte e condições sociais de pessoas transgênero no Brasil.

Vale ratificar que as atividades (performáticas), as identidades e subjetividades de sujeitos transexuais são construídas na/pela linguagem, cujas diversas formas designam uma tomada de posição que revela seu caráter sócio-histórico-cultural. Os dados apresentados apontam para uma inevitabilidade de se intensificar, dentro e fora da academia, debates e projetos que visibilizem e tornem mais justa as formas de vida destas pessoas, favorecendo suas realidades.

REFERÊNCIAS

BATISTA JR., José R. L.; SATO, Denise T. B.; MELO, Iran F. Análise de Discurso Crítica para linguistas e não linguistas. Introdução. In: BATISTA, J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. (Org.). **Análise de Discurso Crítica para linguistas e não linguistas**. 1ª ed. São Paulo: Parábola, 2018.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção Primeiros Passos).

BESSA, Décio; SATO, Denise T. B. Categorias de análise. In: BATISTA JR., José R. L.; SATO, Denise T. B.; MELO, Iran. F. (Orgs.). **Análise de Discurso Crítica para linguistas e não linguistas**. 1ª ed. São Paulo: Parábola, 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2017.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. 2ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2016.

HALLIDAY, Michael A. K. **Language as social semiotic**. London: Edward Arnold, 1978.

JESUS, Jaqueline G. Transfobia e crimes de ódio: assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. **História Agora**, v.16, n. 2, p.101-123, 2013.

MARTINS FERREIRA, Dina M. Constituição da identidade do sujeito transgênero: complexidade e designação. **Guavira Letras**. Três Lagoas/MS, v. 14, n. 28, p. 81-93, set./dez. 2018.

MELO, Iran F. Histórico da Análise de Discurso Crítica. In: BATISTA JR., José R. L.; SATO, Denise T. B.; MELO, Iran F. (Orgs.). **Análise de Discurso Crítica para linguistas e não linguistas**. 1ª ed. São Paulo: Parábola, 2018.

PINTO, Joana P. **Performatividade radical: ato de fala ou ato de corpo?** *Gênero, Niterói*, v. 3, n. 1, p. 101-110, 2 sem. 2002.

REDE TRANS BRASIL. **Diálogos Sobre Viver Trans – Monitoramento: Assassinatos e Violação de Direitos Humanos de Pessoas Trans no Brasil – Dossiê**, 2018.

RESENDE, Viviane de M.; RAMALHO, Viviane. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

SANTINI, Rose M.; LIMA, Clóvis R.M. **Difusão de música na era da Internet**. In: V Encontro Latino de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura, 2001. Salvador: UFBA, 2005.

Disponível em: Leonardo Vasconcelos C. Darbilly, Glauco Knopp e Marcelo Milano F. Vieira Revista **Adm. Made**, ano 9, v.13, n.1, p. 20-37, janeiro/abril, 2009. 37 <http://www.gepicc.ufba.br/enlepicc/pdf/ClovisMontenegroDeLimaRoseSantini.pdf>. Acesso em: 18/03/2019.

SILVEIRA, Denise T.; CÓRDOVA, Fernanda P. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana E.; SILVEIRA, Denise T. (Orgs.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

VIEIRA, Josenia A.; MACEDO, Denise S. Conceitos-chave em análise de discurso crítica. In: BATISTA JR., R. L.; SATO, Denise T. B.; MELO, Iran F. (Orgs.). **Análise de Discurso Crítica para linguistas e não linguistas**. 1ª ed. São Paulo: Parábola, 2018.

CAPÍTULO 3

FEMINILIDADES TRANS E CÁRCERE: A HISTÓRIA DE UM PROJETO

Data de submissão: 02/06/2021

Data de aceite: 09/07/2021

Rosalice Lopes

Doutora em Psicologia Social
Universidade Federal da Grande Dourados
UFGD - Dourados – MS – Brasil
Professora Adjunta do Curso de Psicologia
Faculdade de Ciências Humanas – UFGD
rosalichelopes@ufgd.edu.br
<http://lattes.cnpq.br/5381853520391809>
<https://orcid.org/0000-0001-7976-0579>

Giovanna Loubet Ávila

Psicóloga Clínica
Universidade Federal da Grande Dourados
UFGD - Dourados – MS – Brasil
Mestranda do Programa de Pós-graduação
em Psicologia (PPGPsi) - UFGD
gloubetavilapsi@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/5750876019663429>
<https://orcid.org/0000-0002-2916-6202>

RESUMO: Este texto apresenta os resultados obtidos na execução do projeto de extensão *Grupo de Diálogos Trans Femininos no Cárcere* da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, desenvolvido na penitenciária da cidade de Dourados – MS no ano de 2018. A metodologia usada na condução dos trabalhos inspira-se no modelo do Grupo de Diálogos

Universidade Cárcere Comunidade – GDUCC, criado pelo professor Alvinho Augusto de Sá na faculdade de direito da Universidade de São Paulo – SP. Foram realizados encontros quinzenais com as transexuais, representantes da universidade e da unidade prisional de abril a novembro de 2018. Mais do que uma possibilidade de compreender distintas performances de gênero, a proposta possibilitou o desenvolvimento de uma postura empática diante da diversidade e complexidade humanas e, construir um diálogo horizontal, franco e ético entre os participantes.

PALAVRAS CHAVES: Transexualidade feminina. Gênero. Prisões.

TRANS FEMINILITIES AND PRISON: THE HISTORY OF A PROJECT

ABSTRACT: This text presents the results obtained in the execution of the extension project *I Group of Female Transversal Dialogues in the Jail of the Federal University of Grande Dourados - UFGD*, developed in the penitentiary of the city of Dourados - MS in the year 2018. The methodology used to conduct the work inspires in the model of the Dialogue Group University Jail Community- GDUCC, created by Professor Alvinho Augusto de Sá in the law faculty of the University of São Paulo - SP. There were bi-weekly meetings with transsexuals, representatives of the university and the prison unit from April to November 2018. More than a possibility to understand

different gender performances, the proposal made possible the development of an empathic posture in the face of human and, to build a horizontal, frank and ethical dialogue among the participants.

KEYWORDS: Female transsexuality. Gender. Prisons.

1 INTRODUÇÃO

A diversidade humana é um fato incontestável, porém sua admissibilidade é, ao mesmo tempo, complexa tendo em vista que vivemos num mundo de distintas práticas culturais, raças-etnias, posicionamentos ideológicos os quais produzem diversos saberes, regras, crenças, valores, mitos, proibições, performances de gênero e estratégias de (re) produção de realidades e verdades através de gerações que se sucedem e mantêm sobre elas um complexo controle psicológico e social.

Embora exista *o específico*¹ que caracteriza cada cultura, que é reeditado dos ancestrais às gerações que as sucedem, é importante destacar, segundo Morin (2000) que

Os que vêem a diversidade das culturas tendem a minimizar ou a ocultar a unidade humana; os que vêem a unidade humana tendem a considerar como secundária a diversidade das culturas. Ao contrário, é apropriado conceber a unidade que assegure e favoreça a diversidade, a diversidade que se inscreve na unidade. (2000, p. 57)

Embora seja razoável admitir o complexo processo de interconexão entre o singular e o diverso, entre indivíduo e cultura e entre as mais distintas formas de trocas entre indivíduos e culturas, a inclusão daquele que é diverso em uma determinada cultura, ainda está distante do que poderíamos entender como aceitável. Segundo De La Taille (2017), no mundo caracterizado pelo individualismo, como é o nosso na atualidade, o respeito ao Outro como diverso subtrai às relações o valor moral devido. Para este autor, nos encontros ou confrontos entre humanos, “[...] presta-se muito mais atenção às diferenças do que à pessoa do outro” (2017, p. 41).

Da perspectiva da Psicologia Social, a biografia de cada indivíduo guarda espaços privilegiados que oferecem suporte à nossa identidade, percepção e memória. Bosi (2003) resgata do biólogo Von Uexküll (1956) a ideia de *caminho familiar*, para destacar que nosso círculo de experiências presenciais é finito, mas nosso “[...] espaço vivido é pequeno” (2003, p. 114).

A globalização e os avanços tecnológicos criaram a ilusão de que participamos intensamente do mundo que pertence a todos, mas na realidade, parece prudente admitir que conhecemos um reduzido espaço dentro dele e que repetimos um caminho familiar embora exista uma infinidade de outros caminhos disponíveis a nós e a outros. O caminho

¹ À exceção de palavras em itálico em citações, as demais são grifos das autoras.

familiar produz uma qualidade específica de confiança social, ou seja, um processo de estereotipia que se apodera de nossa vida mental e nos leva a colher aspectos do real já recortados e elaborados pela cultura (BOSI, 2003).

Segundo Bosi (2003) nem sempre estamos interessados em conhecer o novo, o diverso. A tendência comum é que sejamos insensíveis e desatentos ao que existe como resultado de um empobrecimento de nossas percepções e que produz uma miopia na classificação do diverso, a partir de mediações impostas. A identificação pelo semelhante, na repetição de noções simplificadas que se mantêm rigidamente ao longo da vida, nos torna imunes às novas experiências e nos leva a admitir que estereótipos correspondem ao que é natural para uma dada cultura.

A possibilidade de escapar às imposições culturais requer, para Bosi (2003, p. 116) que tenhamos simpatia, ou seja, “[...] uma afinidade pré-categorial do sujeito com o seu objeto, traz em si já uma intuição de ordem superior, que começa com a negação do óbvio e do já visto,” pois quando a socialização é apenas uma adoção acrítica das normas e valores de uma sociedade, ela produz medo do conhecimento e a verdade passa a ser a opinião comum.

Caminhar em direção ao conhecimento é, para Bosi (2003), superar o plano das opiniões, requer uma reorientação intelectual que pode desordenar as relações sociais, pois implica mudar de atitude diante do novo, pensar com liberdade e assumir as diferenças das coisas e, portanto, entre seres humanos.

Pensar o trabalho com mulheres transexuais em um presídio masculino é certamente uma transgressão das opiniões reiteradas sobre elas e exigiu do grupo envolvido no projeto, em 2018, a busca de uma postura humilde diante do desconhecido sobre a *transgeneridade encarcerada*, certamente distinta da que pode ser experimentada fora dos muros da prisão. Buscar proximidade à mulheres trans encarceradas é transgredir normas de conduta estabelecidas pelo dispositivo binário de gênero fazendo-se necessário, portanto, explicitar as diferenças entre sexo e gênero.

A palavra sexo refere-se, exclusivamente à dimensão biológica ou genital dos seres humanos, dessa forma, ter um pênis caracteriza o macho, ter uma vagina define uma fêmea e nascer com uma combinação imprecisa dos dois órgãos, conforma o intersexuado. Já o termo gênero apresenta um grande leque de conceituações em decorrência de posicionamentos distintos, inclusive no interior do movimento feminista.

Pscitelli (2009, p.146) dá destaque ao fato da masculinidade e feminilidade serem categorias criadas na articulação com outras categorias como raça/etnia e classe social, nacionalidade e idade. Os corpos das pessoas poderiam ser entendidos como sede de um complexo intercruzamento dessas noções, mesmo nos “[...] intersexos, travestis e

transexuais” que não se limitam às formas lineares de classificação que os tomariam apenas como homens e mulheres.

Butler (2017), avançando sobre as concepções de gênero as quais são entendidas como construção social/cultural, admite que

Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra de um sexo desta ou daquela maneira. Levada ao seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere a descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos. Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de “homens” se aplique exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo “mulheres” interprete somente corpos femininos [...] Quando o *status* construído de gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que *homem* e *masculino* podem, com igual facilidade significar tanto um corpo feminino como um masculino, e *mulher* e *feminino*, tanto um corpo masculino como um feminino (p. 26).

Admitir a dualidade do sexo como pré-discursiva, assinala Butler (2017), é uma das formas de se garantir a estabilidade da estrutura binária do sexo e é ainda um efeito do aparato de construção cultural que designamos como gênero. Pensar gênero como construção sugere um certo determinismo em seus significados, em corpos anatomicamente diferentes e passivos diante de uma lei cultural inevitável, fazendo parecer que gênero é tão determinado e fixo quanto a destinação biológica e, portanto, a cultura se torna destino.

Na busca de compreensão da representação corporal que é a expressão, na superfície corpo, da significação interna do gênero, nas distintas manifestações humanas, Butler (2017) propõe que pensemos gênero como um estilo corporal ou *ato* que é tanto intencional como performativo e, considerando “[...] que gênero é um projeto que tem como fim sua sobrevivência cultural, o termo *estratégia* sugere mais propriamente a situação compulsória em que ocorrem sempre e variadamente, as *performances* do gênero” (2017, p. 241).

Importante registrar que gênero é um *ato* que requer uma performance repetida a qual é, a um só tempo, reencenação e nova experiência de múltiplos significados já estabelecidos socialmente, assim como a forma mundana e ritualizada de sua legitimação. Para Butler “os vários atos de gênero, criam a ideia de gênero”, sem eles não haveria gênero algum, ou seja, toda ação de gênero é uma “[...] ação pública [com] dimensões temporais e coletivas” que, em sendo públicas, produzem efeitos na sociedade, sendo possível admitir que a performance mantém o gênero em sua estrutura binária. (BUTLER, 2017, p. 242)

Na continuidade da conceituação de gênero como performance, conceito crucial para a compreensão dos atos performativos das transexuais encarceradas, Butler (2017) afirma que o gênero não deve ser construído como uma identidade estável ou perene,

ao contrário, trata-se de uma identidade “[...] tenuamente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma repetição estilizada de atos” (2017, p. 242).

As performances das transexuais encarceradas devem ser compreendidas considerando-se o fato de que reeditam-se em atos absolutamente contidos e limitados os quais, na impossibilidade de se repetirem do modo como se manifestavam no mundo externo, acabam por se transformar naquilo que é possível no ambiente prisional, local avesso às manifestações singulares e espontâneas, de contornos disciplinares rígidos no qual, os atores do controle reeditam em suas práticas de gênero, a dominação masculinista e a heterossexualidade compulsória, expressas na discriminação, preconceito e violência de gênero.

Em complementariedade às performances de gênero a (sobre) vivência de mulheres trans no cárcere é solapada por atravessamentos raciais. Ser uma mulher negra, trans e encarcerada é experimentar alto grau de invisibilização e esquecimento social, ou seja, faz parte de uma minoria que se desdobra em outras.

Borges (2019) apontou dados precisos para expor que o Brasil ocupa o terceiro lugar mundial com o maior índice de pessoas presas, sendo que 64% dessa população é negra. Em síntese, a cada três sujeitos brasileiros encarcerados, dois são negros. O mesmo dado corresponde às prisões femininas que contabilizam um total de 37.380 pessoas presas.

Nesse sentido, Borges (2019, p.37) ressaltou a necessidade de questionarmos três aspectos fundantes e mantenedores da penalização majoritária da população negra: a “democracia racial”, a punição carcerária e a “opressão de gênero”. Assim, será possível romper com a ideia de um feminismo cis-heteronormativo, branco, elitista, eurocentrado e (re)criar feminismos plurais.

A racialização corresponde às estruturas nominativas, as quais servem aos dominadores (brancos) que exercem poder sobre sujeitos escravizados pelo imaginário social e pela ação direta do sistema político brasileiro. O cárcere é um recorte sublimado da escravização de corpos não desejados no meio social e que retroalimenta as estruturas remanescentes da colonização que configuram o nascimento (e a morte) do povo brasileiro. (BORGES, 2019)

Pensar sobre feminilidades trans encarceradas é, sobretudo, subverter a desconstrução proposta inicialmente pelo feminismo e pela causa LGBTQIA+ e lançar dimensões nas quais a crítica descolonial, antirracista e democrática é mobilizada em interconexão com a polissemia feminista. É no intercruzamento das construções sobre performances de gênero e da racialização no encarceramento feminino, que passamos às ideias sobre mulheres trans encarceradas, grupo no qual a maioria era negra.

2 O PROJETO COM AS TRANSEXUAIS ENCARCERADAS

O primeiro aspecto a ser considerado quando pensamos em transexuais encarceradas refere-se às garantias legais existentes na execução de suas penas privativas de liberdade. Data de 2006 a edição dos Princípios de Yogyakarta, que estabeleceram a aplicação de legislação internacional de atenção aos direitos humanos para a defesa da orientação sexual e identidade de gênero. Parece-nos que algumas legislações em nível nacional e regional mais recentes, podem ser consideradas como um tipo de resposta ao disposto nesses princípios internacionais.

O dispositivo jurídico mais antigo relativo à garantia de direitos de pessoas em condição de encarceramento em nosso país é a Lei de Execução Penal 7210/84. Embora considerada extremamente inovadora na época de sua promulgação, não apresentava indicativos específicos para o acompanhamento da população LGBTQIA+ durante a execução das penas privativas de liberdade e não os incluiu em suas alterações posteriores.

No início da vigência dessa lei, a preocupação mais evidente era o desenvolvimento de um programa individualizador que, de modo algum contemplava questões de gênero ou mesmo raciais. Implicitamente, o binarismo característico da heterossexualidade compulsória e o racismo estrutural mantinham-se negados no texto legal. Mesmo tendo se passado trinta e sete anos de sua edição, o atendimento às necessidades de mulheres trans e travestis encarceradas nas prisões brasileiras, sejam negras ou brancas, reedita, no cotidiano das relações instituídas, a condição de invisibilidade de gênero e racial a que elas estão submetidas.

Um exemplo específico da condição de ocultamento de mulheres trans encarceradas, aparece no último informe do DEPEN de 2020 (jan. a jul.) que apresenta o total de 713.967 homens e 36.999 mulheres no Brasil, sendo que, no Mato Grosso do Sul são 13.613 homens e 983 mulheres distribuídos pelas unidades do estado. Na Penitenciária de Dourados, na qual o trabalho com as mulheres trans foi desenvolvido, estavam presas 2.534 pessoas, sendo 61% de 18 a 34 anos, 64,6% negros e 100% indicados como “homens”. À época do estudo a população LGBTQIA+ era expressiva na unidade e, provavelmente ainda seja na atualidade, no que se refere às mulheres trans. Atualmente o levantamento aponta 32 vagas (celas) destinadas à esta população, mas admitimos ser um número que não garante às mulheres trans ali encarceradas o mínimo de dignidade.

Embora a menção de celas específicas para esta população possa ser entendida por alguns como expressão de cuidado com a classificação e individualização das penas, nos parece revelar, de modo subjacente a preocupação machista (e talvez racista) de delimitação de *territórios* entre os aceitos e os abjetos, assim como a impossibilidade de

assumir que performances de gênero distintas da cultura predominante passaram a ser uma realidade que exige do sistema penal modificações nas práticas instituídas.

O respeito a essas mulheres deixou de ser mera liberalidade para se tornar obrigação com a publicação da Resolução nº 01/2014 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação-CNCD/LGBT e do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP, mas não é possível considerar que a experiência concreta de encarceramento de mulheres trans e travestis seja aceitável. A transgeneridade é uma realidade nos presídios femininos e masculinos, mas nestes últimos torna-se evidente que aquelas que ali cumprem penas são significativamente mais invisíveis que as mulheres cis e os transexuais encarcerados em unidades femininas e se agrava, se forem negras.

Segundo Sanzovo (2017), são ainda insuficientes as resoluções e normas que apontem caminhos para o atendimento das transexuais e travestis encarceradas, ou que estabeleçam a criação de alas ou unidades LGBTQIA+ específicas. Os estados de São Paulo e Rio de Janeiro² contam com resoluções para atendimento ao grupo LGBTQIA+, embora, em nível nacional, e concretamente, *alas e celas exclusivas* para mulheres trans e travestis existam em raras unidades no estado de Minas Gerais, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Paraíba, Pernambuco.

A maioria das prisões masculinas brasileiras busca, de modo frágil e tímido, o enfrentamento dos problemas advindos do encarceramento de mulheres trans e cumprem, com resistência e baixa frequência, o essencialmente definido, ou seja, a permissão do uso de vestuário e chamamento nominal condizente com o gênero. Direitos mais complexos como visita íntima e atenção à saúde conforme definido na política nacional para as populações LGBTQIA+, ainda estão distantes de serem cumpridos. (SANZOVO, 2017).

Na Penitenciária Estadual de Dourados - MS, registrava-se, em 2018, a existência de duas celas – por vezes uma – por raio, para acolher essas mulheres. Manfrin (2013) e Sanzovo (2017), afirmam que os pontos críticos relativos a violação de direitos, referem-se à ausência de acesso à saúde, alimentação de qualidade e fornecimento de vestuário, de material básico de higiene e cuidados pessoais que apontam para a necessidade de mudanças com a adoção de políticas que minimizem os efeitos danosos da exclusão social dessas mulheres.

Pensando nessa realidade, em 2018 foi desenvolvido o Projeto de Extensão / *Grupo de Diálogos Trans-Femininos no Cárcere* inspirado no modelo do Grupo de Diálogos Universidade, Cárcere Comunidade – GDUCC, projeto de extensão da Faculdade de Direito da USP - SP, cujos resultados das atividades, apresentamos neste trabalho. O

² Resolução SAP - 11, de 30-1-2014 - Dispõe sobre a atenção às travestis e transexuais no âmbito do sistema penitenciário de SP e Resolução SEAP N° 558 de 29 de maio de 2015 – Diretrizes para população LGBT no sistema penitenciário do RJ.

pressuposto teórico fundamental do GDUCC é a reintegração social, entendida como uma via de mão dupla, ou seja, da sociedade que caminha em direção ao cárcere e do cárcere que caminha em direção à sociedade, numa proposta de integração mútua que tem no diálogo o ponto de intersecção fundamental entre os grupos.

Importante ressaltar que em sua proposta básica o GDUCC compreende que o autor de um comportamento criminoso qualquer não é o único responsável por ele.

Todo o contexto, toda a malha das interações sociais é corresponsável. Dessa forma, o indivíduo é, não propriamente autor, mas um **ator situado** [...] isto é, um ator interagindo com outros autores, dentro de um contexto” (SÁ, 2013, p. 30).

Assim como a proposta do GDUCC, projeto que desenvolvemos na Penitenciária de Dourados – PED, durante 2018, tinha caráter interdisciplinar e, como principal objetivo, criar espaço de diálogo franco, sincero, horizontal, ético e democrático entre mulheres transexuais e travestis encarceradas, representantes da universidade e da comunidade da cidade. Foi um projeto inédito e, como tudo que *transgride* ao conservador e típico da heteronormatividade compulsória no ambiente prisional, enfrentou os percalços da novidade. Nas palavras de Sá (2013, p. 47) “[...] o início do projeto no cárcere não é garantia de sua continuidade. Ao contrário, a permanência de pessoas externas à dinâmica prisional, depende da capacidade delas de ‘jogar o jogo da prisão’, e de possuir capitais sociais e simbólicos valorizados nesse jogo.”

A proposta metodológica do projeto na Penitenciária de Dourados foi relativamente simples e consistiu na realização de reuniões grupais quinzenais entre transexuais e travestis encarceradas, alunos, professores da UFGD e técnicos da unidade prisional, com duas horas de duração. A frequência das transexuais aos encontros, inicialmente pequena, mas que se estabilizou com a presença de um grupo frequente, representou uma importante conquista, que necessitou de dois anos até sua implantação e indica um modo possível para trabalhar com este grupo de pessoas.

Para que chegássemos a este formato de intervenção foram necessárias várias conversas que buscavam evidenciar a importância da ação junto às mulheres trans e travestis, especialmente no que se refere à garantia de direitos à assistência e à possibilidade de promover saúde mental. No entanto, para todos que participaram dos encontros foi assegurada a possibilidade de *aprender a dialogar com as diferenças*, ressignificar posturas, pensamentos, emoções, sentimentos e ampliar a consciência sobre a dinâmica do encarceramento e o que ela produz.

A abordagem teórica envolvida na condução e compreensão de alguns fenômenos psicológicos grupais foi referenciada nos Grupos Operativos de Pichón-Rivière (1988), especialmente as relacionadas aos conceitos de *tarafa* que envolve todos num mesmo

grupo e de *processo dialético* [e dialógico, entendemos] *de trocas*, ou seja, a aprendizagem nos grupos ocorre num contínuo movimento de estruturação, desestruturação e reestruturação no qual, cada nova descoberta é disparadora de novos recomeços e ampliação do conhecimento entre todos. Entraves ao diálogo foram interpretados como manifestação de opiniões cristalizadas de todos e cada um dos membros do grupo, as quais afastaram, em alguns momentos, as possibilidades de conhecimento interpessoal (BOSI, 2003) ou ainda como resultado de compreensão equivocada das manifestações relativas ao gênero (BUTLER, 2017).

Com relação aos procedimentos adotados, o alcance máximo de participação pensada para o projeto foi, inicialmente de 30 pessoas, sendo 15 mulheres trans e travestis e 15 pessoas da comunidade externa. Na proposta que desenvolvemos, o primeiro encontro foi o momento de conhecer objetivos, estabelecer enquadre básico entre participantes e decidir, em conjunto, temas de interesse comum a todos para os *diálogos*, em cada encontro, ao longo do ano, sendo prevista a inclusão/exclusão de temas no processo.

Cada encontro requeria a apresentação de uma alternativa de vivência do tema escolhido para aquela data que era operacionalizada, por meio de uma dinâmica de grupo que deveria incluir a totalidade de participantes, seguida de um diálogo no qual todos manifestassem o que pensaram e como se sentiram. Também estava prevista como procedimento, a alternância na condução do grupo, ou seja, a cada encontro a coordenação da dinâmica que antecedia os diálogos era efetivada, ora pelas mulheres trans e travestis – que foram auxiliadas pela psicóloga da unidade, também membro do grupo; ora pelo grupo externo, que planejava a atividade, nos encontros de supervisão quinzenais. Nesses encontros os participantes refletiam sobre o encontro realizado, elaboravam interpretações a partir dos referenciais teóricos e planejavam encaminhamentos quando necessário.

Os resultados obtidos com o trabalho podem ser considerados tímidos diante da multiplicidade de significações que podem encerrar a experiência da transexualidade feminina na condição de encarceramento, mas diante da novidade que ela representa, e até onde pudemos chegar, permitem considerar que realizamos um trabalho satisfatório. Tendo iniciado as atividades em abril de 2018, realizamos, apesar de suspensões em decorrência de problemas na unidade, 12 encontros.

Concebido para acolher um número maior de pessoas, contamos com a participação regular de 09 transexuais, embora existissem 16 mulheres transexuais autodeclaradas e identificadas pela instituição, 07 alunos de graduação, 01 professora da UFGD, 01, uma técnica da UFGD e 01 técnica da unidade prisional. Durante um pequeno período participou do grupo o parceiro de uma transexual. Embora tivéssemos

interesse no equilíbrio do número de participantes isto nem sempre foi possível. Os temas trabalhados nos encontros foram, amizade, ciúmes, música, trabalho, vícios, transexualidade encarcerada, sentimentos, preconceito, sexo e orientações afetivo-sexuais, sonhos de mulher, os sentidos do feminino, saudades.

O processo de romper com o silenciamento imposto às transexuais e travestis e escutá-las; responder o que pensávamos e sermos ouvidos, numa troca que objetivava diálogo horizontal e espontâneo, com a liberdade de *cada um ser quem era*, foi um processo relevante no aprendizado das trocas entre pessoas diferentes que vivem em condições diferentes, mas que são em muitos sentidos, inseridas num mesmo quadro de produção ideológica de sentidos, especialmente os relacionados às concepções de gênero. Desenvolver respeito e empatia pela história de cada um requereu o exercício singular de abertura ao outro que não foi um processo fácil inicialmente dadas as condições de estranhamento diante do novo (BOSI, 2003).

Algumas mulheres trans compareceram uma vez e não retornaram, deixando claro que não é fácil desenvolver confiança e que a participação num grupo pode ser mediada ou controlada por outros interesses não previstos. Em alguns casos, a desistência estava relacionada com o horário de trabalho na unidade, que coincidia com o horário do grupo; em outros a rixas entre participantes – uma realidade nas prisões – inviabilizava a participação de alguma delas, mas o fato de estarem em cumprimento de castigo ou o impedimento do parceiro por ciúmes, também foram apontados como causas de abandono da proposta. Fato relevante foi a inclusão no grupo do marido de uma delas, que deixou de “[...] fiscalizar minha garota” para ser *membro do grupo*. Ele representou temporariamente no grupo a voz da heteronormatividade conflitada por amar *uma mulher diferente* e por querer “[...] entender o que acontece na cabeça dela e na minha também.”

Muitas foram as manifestações das mulheres trans encarceradas que nos permitiram compreender, como propõe Butler (2017) que gênero é um estilo corporal, um ato que é ao mesmo tempo intencional e performativo. Na prisão, a transgressão que rompe com a heterossexualidade compulsória é absolutamente visível em fluidas e distintas performances de gênero. Cláudia³ se sente *mulher*, tem um *marido* e uma *sogra* que a adora. Seu *sonho*, enquanto *mulher* é sair e viver com Carlos, numa relação que performa não só o *par sexual* como a *família* estabelecida em concepções *heteronormativas*.

Cinthia, admite que o *sonho de toda mulher* é *casar e ter uma casa*, mas por repetidas vezes falou que prefere “[...] ser *sozinha*”, sendo ainda desmentida por Cláudia, sua melhor amiga, que afirma que Cinthia “[...] tem *dedo podre para homens*”, pois invariavelmente escolhe no presídio “[...] *homens casados que não querem ficar com ela*”.

³ Os nomes das mulheres trans e do companheiro mencionados nos exemplos são fictícios.

Cinthia e Cláudia, confirmam que o *feminino nelas* apresenta registros do modelo binário e evidencia a reprodução de posicionamentos machistas. Em outros momentos, essas duas mulheres trans, se trataram mutuamente por “[...] *bicha*” ou “[...] *poc*” evidenciando a presença de outros modelos performáticos derivados da heteronormatividade em suas manifestações de gênero.

Fátima é expressivamente a mais sensível do grupo, suas performances incluíam *falar de sentimento* e *chorar* diante de todos, mas é também a que menos evidencia, nas roupas ou próteses, um estilo performático que deixasse mais evidente o *feminino* nela. Roupas e cabelos, são registros performáticos apontados por quase todas as mulheres trans do grupo como aquilo que pode identificar o *feminino em cada* uma. Fátima veste-se com roupas disponibilizadas aos *homens presos* e, embora tivesse cabelos longos que assumia como marca de sua feminilidade, em um dos encontros, de modo surpreendente, aparece com os cabelos muito curtos. Quando questionada sobre o porquê havia cortado o cabelo, relata que *foi desafiada* pelo seu companheiro que “[...] *duvidava que ela tivesse coragem de cortá-los*”, os deslocamentos performáticos entre o que pode ser visto em sua superfície como *masculino* ou *feminino* revelaram outras expressões do binarismo.

A fluidez com que as performances de gênero apareceram na transgeneridade encarcerada foi notável. Dentro do presídio, local de absoluta repressão e heteronormatividade compulsória, espaço no qual as celas para trans são restritas, não apareceu a manifestação de um desejo de transferência para uma unidade prisional feminina. Esta possibilidade na realidade foi admitida como indesejável. Veio de Cinthia a mais incrível revelação que aponta para outros deslocamentos de suas performances de gênero. Para ela, imaginariamente, a transferência carrega a possibilidade de serem chamadas a responder às necessidades de proteção e desejo sexual das mulheres presas e, portanto, performar o gênero como homens heterossexuais, ou seja, *seu pênis seria usado como o pênis de um homem*, elas teriam que “[...] *meter em mulheres*”, embora possam penetrar e serem penetradas por homens.

Outros diálogos permitiram conhecer também os problemas das mulheres trans numa prisão masculina, ou seja, discriminação por parte de outros internos, queixas da inexistência de mulheres para conversar e confidenciar, dificuldades de acesso a artigos simples como cosméticos e vestuário, ou aos mais complexos como a ingestão de hormônios e aplicação de silicone, os quais, aparentemente, validam a performance de gênero não só no cárcere.

A quase impossibilidade de acesso a estes elementos pela maioria delas, delimita o padrão de feminilidade a ser performado e elas se ressentiram do fato. O *feminino nelas*

foi performedo em maior grau nos discursos, nas emoções, nos sonhos e planos a serem vivenciados quando saírem da prisão.

As dificuldades do grupo externo, na experiência dos encontros, centraram-se num *conflito de postura*, pois é comum nos aproximarmos de pessoas encarceradas com propósitos *colonizadores e eurocentrados*, tais como, ser psicoterapeuta, dar conselho, ministrar curso, ao invés de apenas estarmos próximos e *dialogarmos com elas*, termos uma experiência de encontro *humano e horizontal* de modo a atingirmos alguma consciência de nossas próprias determinações e bloqueios diante de pessoas que *transgrediram* com o socialmente determinado, não apenas na prática de um delito, mas com performances reelaboradas a partir de uma heterossexualidade compulsória e que não se deixam classificar simplesmente como homens ou mulheres.

Nos encontros do grupo externo, o desafio foi superar posturas academicistas e pré-formadas sobre o que significava para elas *ser uma trans* e estarem encarceradas ou como atingir um diálogo verdadeiro, a partir de experiências humanas comuns entre todos.

3 CONCLUSÃO

O projeto foi uma oportunidade para todos os participantes do grupo de exercitarem a compreensão da diversidade humana e sua incrível complexidade. Em distintos momentos, menos importava *quem* cada um era, ou de onde vinha, a tônica se deslocava para o *como* cada um poderia *estar* na relação com o outro. Embora pudéssemos num exercício compreensivo identificar performances de gênero presentes nas relações que construíam alguma intimidade possível entre todos, o mais relevante, na realidade foi verificar que além das diferenças, existe a humanidade comum. Foram muitas as vezes que rimos de nós mesmos, que esperamos que alguém parasse de chorar, que nos cumprimentamos com abraços e um toque de rostos que simulava o beijo possível.

O maior desafio não foi identificar diferenças, mas construir possibilidades dialógicas que nos aproximassem e que permitissem que caminhássemos para além das meras opiniões que tínhamos sobre quem era quem e *porquê*. A possibilidade de conhecimento e de (re)conhecimento do outro, requereu o abandono de certezas, ação nem sempre possível se não nos permitimos estabelecer um caminho de aproximação que rompa com o familiar e usual. A experiência de encontro com as transexuais encarceradas foi desafiadora, porém gratificante. O projeto, de caráter inédito à época num presídio do MS apontou para a possibilidade de ser desenvolvido em outras unidades e inspirador de pesquisas e publicações no âmbito da transgeneridade encarcerada. Os resultados obtidos garantiram a aprovação da execução de uma nova versão da proposta

pela universidade, no entanto, a resistência, comum observada nas práticas e discursos instituídos nas prisões impediu que em 2019 e nos anos seguintes, agora na experiência da pandemia, que a proposta continuasse. Fica então o desejo de que pessoas se interessem também, por esta causa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, J. **Encarceramento em massa**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 144 p. (Feminismos Plurais/ coordenação de Djamila Ribeiro).

BOSI, E. **Tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Atheliê Editorial, 2003.

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. Ministério da Justiça e Segurança Pública (comp.). Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/sisdepen/sisdepen>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL. **Resolução Conjunta N° 1**, de 15 de abril de 2014. Diário Oficial da União, Presidência da República, Conselho Nacional de Combate à Discriminação. DF, 17 abr. 2014, n° 74, Seção 1, Pág. 1)

BUTLER, J.P. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2017.

CORTELLA, M.S.; DE LA TAILLE, Y. **Nos labirintos da moral**. 11 ed. ampl. Campinas, SP: Papyrus 7 Mares, 2017.

INDONÉSIA. **Princípios de Yogyakarta**. Princípios sobre a aplicação da Legislação Internacional de Direitos Humanos em relação à Orientação Sexual e Identidade de Gênero. Tradução para o português: Jones de Freitas. Apoio para versão em português: Observatório de Sexualidade e Política (Sexuality Policy Watch), 2007. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta.pdf Acessado em 29/10/2017.

MANFRIN, S.H. **Diversidade sexual no sistema prisional**: Um olhar sobre o preconceito e a discriminação em relação à diversidade sexual a partir da penitenciária “Wellington Rodrigo Segura” de Presidente Prudente/SP. 2013. 168f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Universidade Estadual de Londrina, PR, 2013.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Trad. Eliane Lisboa. 5 ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PICHÓN-RIVIÈRE, E. **O processo grupal**. Trad. Marco Aurélio Fernandez Vellozo; revisão Monica S.M. da Silva. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

PSICITELLI, A. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, H.B.; SZWAKO, J.E. (Org.) **Diferenças, Igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.

RIO DE JANEIRO. **Resolução SEAP N° 558**. Estabelece Diretrizes e Normativas para o Tratamento da População LGBT no Sistema Penitenciário do Estado do Rio De Janeiro. Secretaria de Estado da Administração Penitenciária, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: http://www.rj.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=06ddbcbca-6d38-4d92-a359-61c875320b80&groupId=132926 Acesso em 13/09/2016.

SÁ, A.A. **GDUCC**: Uma estratégia de reintegração que visa à inclusão social. [Capítulo 1]. In: **GDUCC**: grupo de diálogo universidade-cárcere-comunidade: uma experiência de integração entre a sociedade e o cárcere [S.l: s.n.], 2013. Disponível em <http://bdpi.usp.br/item/002859894> Acesso em 15/10/2016.

SÁ, A.A. **GDUCC**: Apresentação, trajetória e algumas reflexões. [Capítulo 2]. In: **GDUCC**: grupo de diálogo universidade-cárcere-comunidade: uma experiência de integração entre a sociedade e o cárcere [S.l: s.n.], 2013. Disponível em <https://turmadireitofmusala07.files.wordpress.com/2015/10/capitulo-2-apresentac3a7c3a3o-trajetoria-e-algumas-reflexc3b5es.pdf> Acesso em 15/10/2016.

SANZOVO, N. M. **O lugar das trans* na prisão**: Um estudo comparativo entre o cárcere masculino (São Paulo) e alas LGBT (Minas Gerais). 2017. 145f. Dissertação (Mestrado em Direito) Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, SP, 2017.

SÃO PAULO. **Resolução SAP n° 11**. Dispõe sobre a atenção às travestis e transexuais no âmbito do sistema penitenciário. São Paulo. Secretaria da Administração Penitenciária – SAP, 2014. Disponível em: <http://www.justica.sp.gov.br/StaticFiles/SJDC/ArquivosComuns/ProgramasProjetos/CPDS/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20SAP-n%C2%BA%2011.pdf> Acesso em 12/07/2015.

CAPÍTULO 4

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL: CONCEITO, MOTIVAÇÕES E AS RECOMENDAÇÕES PARA PREVENÇÃO E COMBATE

Data de submissão: 20/06/2021

Data de aceite: 05/07/2021

Anne Luise Pontes Cordovil

Universidade Federal do Amazonas
Faculdade de Direito
Manaus-AM

<http://lattes.cnpq.br/4468039254651858>

Dorinethe dos Santos Bentes

Doutoranda em Direito e Justiça pela
Universidade Federal de Minas Gerais
Mestre em História pela
Universidade Federal do Amazonas
Especialista em Direito Ambiental e
Urbanístico e Especialista em
História Social da Amazônia
Professora da Faculdade de Direito da
Universidade Federal do Amazonas
Manaus -AM

<http://lattes.cnpq.br/3930477607921428>

RESUMO: Este artigo visa, por meio do método dialético e usando uma abordagem qualitativa, analisar a prática da violência obstétrica no sistema de saúde brasileiro. Retratando o que as mulheres têm sofrido durante seu período gravídico, no parto e pós-parto, procura-se apresentar como através do direito, da

conscientização dos profissionais da saúde e da maior circulação de informações para as gestantes, a realidade vivida por tantas mulheres pode ser mudada. O estudo mostrou que a violência obstétrica está muito presente no sistema de saúde brasileiro e como o direito tem papel fundamental no combate a essa prática.

PALAVRAS-CHAVES: Violência obstétrica. Autoritarismo médico. Direito e saúde.

OBSTETRIC VIOLENCE IN BRAZIL:
CONCEPT, MOTIVATIONS AND
RECOMMENDATIONS FOR PREVENTION
AND COMBAT

ABSTRACT: This article aims, through the dialectical method and using a qualitative approach, to analyze the practice of obstetric violence in Brazilian health system. Depicting what women have suffered during their pregnancy, childbirth and postpartum period, it's intend to show how through the law, the awareness of health professionals and the greater circulation of information for pregnant women, the reality experienced by so many women can be changed. The study showed that obstetric violence is very present in the Brazilian health system and how the law has a fundamental role in combating this practice.

KEYWORDS: Obstetric Violence. Medical authoritarianism. Right and health.

1 INTRODUÇÃO

Na hora de fazer não gritou”. Essa frase é ouvida por muitas mulheres durante o parto, falando mais precisamente, uma em cada quatro mulheres, 25% da população de mães, segundo a pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo (2010), sofreu violência obstétrica.

O tema violência obstétrica vem ganhando visibilidade no século XXI, apesar de ser algo que ocorra há muito tempo. Esse tipo de violência pode acontecer na assistência à gravidez, no parto, no pós-parto e no abortamento, e se caracteriza com o destrato para com a gestante, utilizando-se de práticas consideradas prejudiciais pela OMS e Ministério da Saúde.

O sistema de saúde brasileiro possui atendimento precário, e essa realidade afeta diretamente as gestantes, pois muitas vezes quando chega o momento do parto, os hospitais não possuem vagas, e isso causa transtorno e estresse para as mulheres que precisam sair à procura de hospital para atendê-las.

Além disso, quando encontram vaga, acabam não tendo atendimento adequado, e acabam sendo submetidas a procedimentos que não queriam, como por exemplo, o parto cesáreo, que muitas vezes é imposto pela equipe médica. O Brasil é um dos países que mais possuem partos com cesárea, e esse método usado de forma indiscriminado pode se caracterizar como violência obstétrica.

Esse tema que cada vez mais vem sendo abordado, através de trabalho e pesquisas, traz à tona realidades que precisam ser mudadas. Por isso se torna tão importante que discussões sejam realizadas, para que haja reflexão e uma maior divulgação de um tema tão importante na sociedade.

O estudo apresentado utilizou o método dialético, com abordagem qualitativa, procurando através do debate e argumentação das ideias, discutir a prática da violência obstétrica no sistema de saúde brasileiro. Através de trabalhos científicos, pesquisas e com embasamento na legislação, verificou-se mecanismos que podem ajudar no combate a violência obstétrica como também a sua prevenção.

2 CONCEITO DE VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

A violência contra a mulher possui raízes históricas. O modo de tratar a mulher instaurado na sociedade classificava-a como ser inferior, sem expressão ou vontade própria. A mulher nessa sociedade possuía apenas o papel de procriar e cuidar da casa, e o homem detinha total controle sobre ela. Isso pode ser comprovado observando o Código Civil de 1916, art. 6, que retrata sobre os indivíduos incapazes, e a mulher casada é um desses indivíduos.

- Art. 6. São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer:
- I. Os maiores de dezesseis e menores de vinte e um anos
 - II. As *mulheres casadas*, enquanto subsistir a sociedade conjugal.
 - III. Os pródigos.
 - IV. Os silvícolas (BRASIL, 1916, grifo da autora).

Dentro desse contexto são perceptíveis como as diferenças que foram tratadas com desigualdade tiveram como consequência a violência contra a mulher, que hoje é considerada um problema social. Segundo Marilena Chauí, a violência pode ser apresentada como:

Em primeiro lugar, como conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade com fins de dominação, de exploração, e de opressão. Isto é, a conversão dos diferentes em desiguais e a desigualdade em relação entre superior e inferior. Em segundo lugar, como a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como uma coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio, de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência. (Chauí, 1985, p.35).

Diante dessa realidade, a violência contra a mulher atingiu áreas em que o cuidado é exigido, o momento mais íntimo e delicado, que é a sua gravidez. Através de maus tratos e desrespeito, a mulher tem sofrido durante seu período gravídico, e esse tipo de comportamento caracteriza-se como violência obstétrica, que segundo Júlio Camargo de Azevedo (2015) é conceituado da seguinte forma:

A violência na atenção obstétrica corresponde a qualquer ação ou omissão, culposa ou dolosa, praticada por profissionais da saúde, durante as fases pré-natal, parto, puerpério e pós-natal, ou, ainda, em casos de procedimentos abortivos autorizados, que, violando o direito à assistência médica da mulher, implique em abuso, maus-tratos ou desrespeito à autonomia feminina sobre o próprio corpo ou à liberdade de escolha acerca do processo reprodutivo que entender adequado.

O Dr. Rogelio Pérez D'Gregório, presidente da Sociedade de Obstetrícia e Ginecologia da Venezuela, foi o primeiro a utilizar o termo “Violência Obstétrica”, sendo a Venezuela pioneira em tipificar em sua legislação esse tipo de violência:

Artigo 15. Se consideram formas de violência de gênero contra as mulheres, as seguintes:

13. Violência Obstétrica: Se entende por violência obstétrica a apropriação do corpo e processos reprodutivos das mulheres por profissional da saúde, que se expressa em trato desumanizador, com abuso de medicalização e patologização dos processos naturais, trazendo consigo perda da autonomia e capacidade de decidir livremente sobre seu corpo e sexualidade, impactando negativamente a qualidade de vida das mulheres. (LEI ORGANICA-2007)

Sendo assim, a violência obstétrica é caracterizada por procedimentos prejudiciais que são feitos no corpo de mulher sem o seu consentimento, e que são considerados desatualizados e prejudiciais pela Organização Mundial da Saúde e Ministério da Saúde.

Segundo a o Portaria 569/2000, criadora do Programa de Humanização do Pré-natal e Nascimento (PHPN), “toda gestante tem direito ao acesso a atendimento digno e de qualidade no decorrer da gestação, parto e puerpério”. Por isso a assistência realizada de maneira inapropriada, com a utilização de procedimentos sem o consentimento da paciente, pode ser caracterizada crime contra a integridade física, como está disposto no art.129 do Código Penal.

3 O AUTORITARISMO NA RELAÇÃO MÉDICO-PACIENTE

O parto antigamente se caracterizava como um saber feminino, era desenvolvido em ambientes caseiros e não se preocupava apenas com a parte biológica do procedimento, mas também a psicológica. A medicalização do trabalho de parto, colocou a mulher em segundo plano, e vem retirando o protagonismo que deveria ser feminino. O profissional da saúde, que deveria apenas orientar e ajudar o processo parturitivo, vem exercendo o papel de ator principal, considerando a paciente como um sujeito sem autonomia para tomar decisões, tal pensamento é traduzido por Berlinguer:

(...) a medicina é opressiva para as mulheres. Antes de tudo porque entre o médico e o paciente em geral, existe uma relação mercantil: o paciente é para o médico um objetivo de exploração, e frequentemente de extorsão e, principalmente para a mulher; basta pensar no ignóbil mercado de abortos clandestinos. Depois, temos a relação clássica, que não depende só do fato de que o médico seja de uma origem mais ou menos burguesa, mas também do “saber” que o médico detém e faz dele um agente autoritário: e isto, no geral, pesa mais no confronto com a mulher, via de regra, mais limitada que o homem ao acesso à escola, aos estudos superiores, às profissões qualificadas (...) (1980, p. 27; in: LUCENA, 2014, p.51).

Vários trabalhos e pesquisas estão sendo feitos e têm revelado o sofrimento que as mulheres passam no seu período gravídico. Violência obstétrica: a dor que se cala, trabalho produzido por Briena Padilha Andrade e Cristiane de Melo Aggio (2014) apresentam as situações a que as parturientes são submetidas.

Além da falta de informação, que muitas possuem por causa de um pré-natal inadequado, práticas intervencionistas sem autorização deixam a parturiente ofendida e traumatizada. Essas situações ocorrem pela hierarquia e dominação existentes dentro dos hospitais que retiram a autonomia das pacientes e quebram a confiança que a paciente teria no profissional da saúde. Segundo Janaina Marques de Aguiar (2010):

A violência institucional em maternidades no atual modelo da medicina tecnológica se dá em um contexto de “crise de confiança”, caracterizado principalmente por uma valorização do uso da tecnologia em detrimento das interações humanas, ou seja, os recursos tecnológicos, ao invés de meios, passam a ser tomados como fins em si mesmos.

Outra questão envolvendo o autoritarismo médico se mostra na quantidade de partos que existem no Brasil, que ultrapassa a média fixada pela Organização Mundial da Saúde na sua declaração sobre a taxa de cesáreas. A cesárea deve ser feita apenas em caso de necessidade com indicação dos médicos.

1. As cesáreas são efetivas em salvar vidas maternas e infantis, porém somente quando realizados por indicações clínico-obstétricas.
2. Em nível populacional, taxas de cesáreas maiores do que 10% não estão associadas com reduções nas taxas de mortalidade materna e neonatal.
3. Partos cesáreos podem causar complicações significativas e, às vezes, permanentes, bem como sequelas e morte, particularmente em unidades de saúde sem capacidade apropriada para conduzir cirurgias seguras ou tratar suas complicações. As cesáreas somente deveriam ser realizadas quando houver indicação obstétrica necessária.

O Brasil, segundo a UNICEF, possui 45% dos partos em hospitais públicos sendo cesárea e em hospitais particulares esse número praticamente dobra, 85%. Muitas mulheres pela falta de informação acabam sendo empurradas para um parto não natural, a cesárea, que acontece muitas vezes pelo medo sentido em relação ao parto normal ou natural. Tudo isso ocorre porque a relação médico-paciente é decadente.

4 MEDIDAS PARA COIBIR PRÁTICAS PREJUDICIAIS AS GESTANTES

Humanização, essa é a primeira atitude que deve ser tomada dentro do ambiente hospitalar. Ela se caracteriza por proporcionar um atendimento que seja mais humano, o profissional da saúde deve olhar o paciente não apenas como um indivíduo com determinada doença, mas sim com um olhar de que cada paciente possui sua singularidade e que ela precisa ser observada.

Trazendo essa perspectiva para o período gravídico, o Ministério da Saúde instituiu o Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento através da Portaria/GM nº. 569, de 1/6/2000:

- Art. 1º Instituir o Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento, no âmbito do Sistema Único de Saúde.
- Art. 2º Estabelecer os seguintes princípios e diretrizes para a estruturação do Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento:
 - a - toda gestante tem direito ao acesso a atendimento digno e de qualidade no decorrer da gestação, parto e puerpério;
 - b - toda gestante tem direito ao acompanhamento pré-natal adequado de acordo com os princípios gerais e condições estabelecidas no Anexo I desta Portaria;
 - c - toda gestante tem direito de saber e ter assegurado o acesso à maternidade em que será atendida no momento do parto;
 - d - toda gestante tem direito à assistência ao parto e ao puerpério e que esta seja realizada de forma humanizada e segura, de acordo com os princípios gerais e condições estabelecidas no Anexo II desta Portaria;
 - e - todo recém-nascido tem direito à assistência neonatal de forma humanizada e segura;

A Organização Mundial da Saúde, no ano de 1996, desenvolveu um guia de práticas para o atendimento da grávida, mostrando o que podia ser feito ou não, tendo como base estudos feitos em vários países. Essas medidas procuram retomar o protagonismo da mulher, devolvendo a ela o poder de decisão.

Porém, além da humanização, que é um trabalho que deve ser feito a médio e longo prazo, pois toda uma cultura precisa ser mudada, é necessário que medidas imediatas sejam tomadas no momento, e é nessa área que o direito deve atuar, fazendo que os profissionais da saúde se atentem para as diretrizes que são apontadas pelo Ministério da Saúde e pela OMS, trabalhando para que haja um melhor atendimento, e que quando isso não é observado, é preciso que medidas mais severas sejam tomadas, como tipificando a violência obstétrica na legislação, tomando como exemplo a lei 17.097/17 que foi aprovada em Santa Catarina:

Art. 1º A presente Lei tem por objeto a implantação de medidas de informação e proteção à gestante e parturiente contra a violência obstétrica no Estado de Santa Catarina e divulgação da Política Nacional de Atenção Obstétrica e Neonatal.

Art. 2º Considera-se violência obstétrica todo ato praticado pelo médico, pela equipe do hospital, por um familiar ou acompanhante que ofenda, de forma verbal ou física, as mulheres gestantes, em trabalho de parto ou, ainda, no período puerpério.

Nestes artigos da lei, percebe-se que o legislador se preocupou em qualificar a violência obstétrica como sendo um crime não apenas praticado por profissionais da saúde, mas como sendo o ato de qualquer pessoa que venha a agredir de forma verbal ou física a mulher durante sua gravidez, trabalho de parto e puerpério. Assim como entendeu a importância das gestantes e parturientes terem acesso a informação como forma de coibir essa prática.

Além disso, a lei no seu artigo 3º apresenta um rol de práticas configuradas como violentas, que trazem malefícios tanto físicos como psicológicos, que podem ser agravados devido a condição vulnerável em que a mulher se encontra.

Art. 3º Para efeitos da presente Lei considerar-se-á ofensa verbal ou física, dentre outras, as seguintes condutas:

I – tratar a gestante ou parturiente de forma agressiva, não empática, grosseira, zombeteira, ou de qualquer outra forma que a faça se sentir mal pelo tratamento recebido;

II – fazer graça ou recriminar a parturiente por qualquer comportamento como gritar, chorar, ter medo, vergonha ou dúvidas;

III – fazer graça ou recriminar a mulher por qualquer característica ou ato físico como, por exemplo, obesidade, pelos, estrias, evacuação e outros;

IV – não ouvir as queixas e dúvidas da mulher internada e em trabalho de parto;

V – tratar a mulher de forma inferior, dando-lhe comandos e nomes infantilizados e diminutivos, tratando-a como incapaz;

Dentre as práticas abusivas que são elencadas é interessante destacar algumas dessa condutas:

VI – fazer a gestante ou parturiente acreditar que precisa de uma cesariana quando esta não se faz necessária, utilizando de riscos imaginários ou hipotéticos não comprovados e sem a devida explicação dos riscos que alcançam ela e o bebê;

Como já foi apresentado anteriormente, o Brasil é um país que possui uma “cultura de cesáreas”, a quantidade realizada excede o limite considerado normal e saudável pela OMS, e uma prática que deveria ser utilizada apenas quando há risco para a mãe e o bebê, acaba sendo aplicada de forma indiscriminada.

Outra prática que também se configura abusiva é apresentada nos seguintes dispositivos:

IX – impedir que a mulher seja acompanhada por alguém de sua preferência durante todo o trabalho de parto;
X – impedir a mulher de se comunicar com o “mundo exterior”, tirando-lhe a liberdade de telefonar, fazer uso de aparelho celular, caminhar até a sala de espera, conversar com familiares e com seu acompanhante;
XXI – tratar o pai do bebê como visita e obstar seu livre acesso para acompanhar a parturiente e o bebê a qualquer hora do dia.

Segundo Lei 11.108/2005 é direito da parturiente ter a presença de um acompanhante de sua escolha durante o período do parto e pós-parto, porém muitas vezes esse direito não é observado pelas equipes médicas, e a mulher acaba ficando sozinha, estando mais sujeita a ter seus direitos violados e ser vítima de práticas abusivas, como as elencadas abaixo:

XI – submeter a mulher a procedimentos dolorosos, desnecessários ou humilhantes, como lavagem intestinal, raspagem de pelos pubianos, posição ginecológica com portas abertas, exame de toque por mais de um profissional;
XII – deixar de aplicar anestesia na parturiente quando esta assim o requerer;
XIII – proceder a episiotomia quando esta não é realmente imprescindível;
XV – fazer qualquer procedimento sem, previamente, pedir permissão ou explicar, com palavras simples, a necessidade do que está sendo oferecido ou recomendado;
XVI – após o trabalho de parto, demorar injustificadamente para acomodar a mulher no quarto;
XVII – submeter a mulher e/ou bebê a procedimentos feitos exclusivamente para treinar estudantes;
XVIII – submeter o bebê saudável a aspiração de rotina, injeções ou procedimentos na primeira hora de vida, sem que antes tenha sido colocado em contato pele a pele com a mãe e de ter tido a chance de mamar; hospitais públicos e conveniados ao Sistema Único de Saúde (SUS);

Antigamente na área médica, algumas das práticas apresentadas eram aceitas e consideradas necessárias no momento do trabalho de parto, parto e pós-parto, com o avanço da medicina e após estudos e pesquisas, muitas dessas técnicas tem sido revistas

e suas aplicabilidades contestadas, buscando o fornecimento e a utilização de métodos e práticas que não tragam prejuízo a mulher e nem violem seus direitos.

Nesse contexto de violência obstétrica, a dor que há tanto tempo é associada ao parto, “em dor dará luz aos teus filhos” (Bíblia; Gênesis 3.16), não deve ser usada como base para que a mulher seja exposta a situações constrangedoras e que tragam consequências físicas e psicológicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É percebido que a má qualidade da assistência continua a ocorrer por causa da perpetuação de procedimentos considerados inadequados e o autoritarismo dos profissionais da saúde, por isso, “resgatar a humanidade do atendimento, numa primeira aproximação, é ir contra a violência, já que esta representa a antítese do diálogo, a negação do “outro” em sua humanidade”. (DESLANDES, 2004).

Diante dessa realidade de violência, é necessária a humanização da assistência, considerando os direitos da mulher, com a retomada do seu protagonismo, e a observação da individualidade, para que tenha um atendimento onde sua singularidade seja observada e os profissionais da saúde são importantes para que a humanização aconteça, pois através deles o parto pode se tornar o mais natural possível.

Além disso, a implementação de leis, que penalizem a violência obstétrica, deve ser adotada em âmbito nacional, para que a gestante possa ser mais bem assistida, garantindo melhor atendimento. E por fim, é preciso que haja o repasse de informações para as gestantes durante seus pré-natais, para que através do conhecimento elas possam saber seus direitos e recorrer a eles quando necessário.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Briena Padilha; AGGIO, Cristiane de Melo. **Violência obstétrica: a dor que cala**. Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas, ISSN 2177-8248, Londrina, 2014.

AZEVEDO, Júlio Camargo de. **Precisamos falar sobre a violência obstétrica**. Revista Consultor Jurídico, 16 de maio de 2015. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2015-mai-16/julio-azevedo-precisamos-falar-violencia-obstetrica>. Acesso: 21 de junho de 2021.

BARBOZA, Luciana Pereira. **Violência Obstétrica: vivências de sofrimento entre gestantes do Brasil**. Revista Psicologia. Diversidade e Saúde, Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, Salvador, 2016.

CHAUÍ, Marilena. **Participando do debate sobre mulher e violência**. In: Chauí M.; Cardoso R.; Paoli MC, organizadores. *Perspectivas Antropológicas da Mulher*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores; 1985. p. 25-62.

DESLANDES, Suely F. **Análise do discurso oficial sobre a humanização da assistência hospitalar.** Instituto Fernandes Figueira, Fiocruz. Rio de Janeiro, 2004.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Lei N° 17.097, DE 17 de janeiro de 2017.** Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2017/17097_2017_lei.html. Acesso em: 21 de junho de 2021.

LUCENA, Maria de Fátima Gomes de. **Saúde, Gênero e Violência: um estudo comparativo Brasil/França sobre a saúde da mulher negra.** Recife: Editora UFPE, 2014.

MARIANI, Adriana Cristina; NETO, José Osório Do Nascimento. **Violência obstétrica como violência de gênero e violência institucionalizada: breves considerações a partir dos direitos humanos e do respeito às mulheres.** CAD. ESC. DIR. REL. INT. (UNIBRASIL), Curitiba-PR | VOL. 2, N° 25, JUL/DEZ 2016, p. 48-60. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/cadernosdireito/article/view/3060/2630> Acesso em 21 de junho de 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria N° 569, DE 1° de junho de 2000.** Disponível em: https://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/Portaria_569.pdf. Acesso em 20 de junho de 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Boas práticas de atenção ao parto e ao nascimento, 1996.** Disponível em: <http://www.as.saude.ms.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/Boas-Pr%C3%A1ticas-ao-Parto-e-Nascimento-1.pdf>. Acesso em: 21 de junho de 2021.

SCHRAIBER, Lilia B. **Violência contra as mulheres e políticas de saúde no Brasil: o que podem fazer os serviços de saúde?** Revista USP, São Paulo, n.51, p. 104-113, setembro/novembro 2001. Disponível em: <http://www.journals.usp.br/revusp/article/viewFile/35104/37843>>. Acesso em: 21 de junho de 2021.

UNICEF. **Quem espera, espera.** Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/3751/file/Quem_espera_espera.pdf. Acesso em 21/06/2021.

VENEZUELA. **Lei Orgânica, de 19 de março de 2007.** Ley orgânica Sobre El Derechos de Las Mujeres a Uma Vida Libre de Violencia. 38, ed. Caracas, p.6. Disponível em http://www.siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/1165_0.pdf>. Acesso em: 21 de junho de 2021.

CAPÍTULO 5

TRAJETÓRIAS DE MULHERES LÍDERES DE DIFERENTES RAÇAS E NÍVEIS HIERÁRQUICOS

Data de submissão: 23/07/2021

Data de aceite: 30/07/2021

Lucimar dos Santos Reis

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Programa de Pós-Graduação em
Psicologia Social
Rio de Janeiro – RJ - Brasil
<https://orcid.org/0000-0001-6259-2935>

Luciana Mourão

Universidade Salgado de Oliveira
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Programa de Pós-Graduação em
Psicologia Social
Rio de Janeiro – RJ - Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-8230-3763>

RESUMO: As mulheres líderes continuaram a vivenciar os desafios e barreiras representadas pelas metáforas (teto de vidro, labirinto de cristal e piso pegajoso) decorrentes da hegemonia masculina e da estrutura patriarcal do contexto organizacional. Dados mundiais e nacionais denunciam a histórica desigualdade de gênero e raça, além das diferenças salariais que reforçam a discriminação nas organizações. O objetivo deste estudo foi analisar e compreender as barreiras que as mulheres enfrentam na trajetória profissional para assumir posições

de liderança. O método utilizado foi qualitativo e como instrumento de investigação utilizamos entrevista semiestruturada, *on-line*, agendada previamente. Participaram 12 mulheres líderes que ocupam cargos de nível hierárquico operacional, tático e estratégico em empresas públicas e privadas. As participantes têm escolaridades em ciências exatas, humanas e tecnológicas e as idades variaram entre 33 e 55 anos (média = 44,2; desvio-padrão = 7,1), sendo dez casadas e duas divorciadas e todas com filhos entre 2 e 24 anos. Para análise de dados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo. Emergiram dos dados quatro categorias que representaram os elementos-chave do roteiro da entrevista. Na apresentação dos resultados de cada categoria foram incluídas narrativas das participantes. Os resultados foram discutidos à luz da literatura que abarca as trajetórias profissionais e as percepções dessas líderes acerca da discriminação de gênero e raça. Os resultados demonstram forte investimento educacional e consideráveis incentivos para liderança advinda de pares e familiares. As dificuldades para alcançar a liderança, sobretudo nos cargos altos, ainda perpassam por barreiras organizacionais e sociais. Fica evidente que ainda precisamos de políticas organizacionais e também políticas públicas que reduzam as desigualdades ainda existentes. São necessárias políticas organizacionais que favoreçam a diversidade, e que reduzam as barreiras que as mulheres enfrentam para alavancar suas carreiras, sobretudo as pardas e as negras.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres líderes. Trajetória Profissional. Discriminação. Gênero. Raça.

TRAJECTORIES OF LEADING WOMEN OF DIFFERENT RACES AND HIERARCHICAL LEVELS

ABSTRACT: Women leaders continued to experience the challenges and barriers represented by metaphors (glass ceiling, crystal labyrinth, and sticky floor) arising from male hegemony and the patriarchal structure of the organizational context. Worldwide and national data denounce the historical inequality of gender and race, in addition to salary differences that reinforce discrimination in organizations. The objective of this study was to analyze and understand the barriers that women face in their professional trajectory to assume leadership positions. The method used was qualitative and, as a research instrument, we used a semi-structured, on-line interview, previously scheduled. Twelve women leaders who occupy operational, tactical, and strategic hierarchical positions in public and private companies participated. Participants have education in exact sciences, humanities and technology and ages ranged between 33 and 55 years (mean = 44.2; standard deviation = 7.1), with ten married and two divorced and all with children between 2 and 24 years old. For data analysis, the content analysis technique was used. Four categories emerged from the data that represented the key elements of the interview script. In the presentation of the results of each category, narratives of the participants were included. The results were discussed considering the literature that covers the professional trajectories and perceptions of these leaders about gender and race discrimination. The results demonstrate strong educational investment and considerable incentives for leadership from peers and family members. Difficulties in reaching leadership, especially in senior positions, still permeate organizational and social barriers. It is evident that we still need organizational policies and public policies that reduce the inequalities that still exist. Organizational policies that favor diversity and reduce the barriers that women face to leverage their careers, especially brown and black women, are needed.

KEYWORDS: Women leaders. Professional Development. Gender. Race. Discrimination.

1 INTRODUÇÃO

No mundo contemporâneo, a presença feminina em cargos de gestão vem crescendo, sejam eles de coordenação, supervisão, gerência de equipes, diretoria ou presidência. Dados sobre a demografia no mercado de trabalho apontam para um processo de redução das desigualdades em relação às questões de gênero, mas ainda prevalece um favorecimento masculino nas estatísticas mundiais, latino americanas ou brasileiras (*THE GLOBAL GENDER GAP REPORT*, 2018; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE], 2016).

O Relatório Mundial de Gênero (*THE GLOBAL GENDER GAP REPORT*, 2018) aponta resultados de 149 países, dos quais 144 estudam diferenças de gênero. Dentre

esses, 89 tiveram progressos na redução das desigualdades, embora ainda exista um hiato mundial de diferenças de gênero quando comparadas as posições de mulheres e homens. Para tornar possível uma comparação entre os países, foi desenvolvido um índice de lacunas de gênero, que foi apresentado pela primeira vez no Fórum em 2006 e que vem seguindo a mesma metodologia desde essa época a fim de permitir análises comparativas a partir de séries temporais. O cálculo do índice de lacunas de gênero é feito a partir das disparidades e paridades de gênero, tomando por base quatro áreas, a saber: participação econômica e oportunidades; educação; saúde e sobrevivência; e empoderamento político.

Esse relatório foi apresentado no Fórum Econômico Mundial, realizado na cidade de Davos em 2019 e mostrou um retrato do cenário mundial da presença das mulheres e homens no mercado de trabalho. A média global (ponderada pelo tamanho da população de cada país) do indicador de desigualdade é de um distanciamento de 32%, favorável aos homens. Esse hiato de gênero é maior no empoderamento político (ocupação de cargos de gestão política), onde o *gap* foi de 77% e no indicador de participação econômica e oportunidades, com hiato de 42%. Os *gaps* nas áreas de educação e saúde são muito menos expressivos, ambos em torno de 5%.

Especificamente no Brasil, há também indicadores de diferenças relevantes entre homens e mulheres na educação e no mercado de trabalho. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2019) sobre aspectos da vida das mulheres e dos homens em termos de mercado de trabalho apontam para necessidades específicas e oportunidades distintas ao longo das trajetórias masculina e feminina. Os indicadores revelam que, atualmente, as mulheres superam os homens nos indicadores educacionais, pois estes ingressam precocemente no mercado de trabalho na faixa etária que representa o ensino médio, o que impacta na taxa de frequência escolar (63,2% homens e 73,5% mulheres).

Também há discrepâncias no nível superior. Entre o público de 25 a 44 anos de idade, há uma diferença favorável às mulheres, pois 21,5% delas concluíram a graduação, enquanto o percentual masculino é de 15,6%. Os dados do IBGE (2019) mostram ainda que a população preta e parda atualmente compõe grande parte (50,3%) dos matriculados nas instituições de ensino superior da rede pública do país, embora ainda não se tenha atingido a proporcionalidade desse grupo se considerada a demografia nacional (55,8%). Porém, a desigualdade construída ao longo dos anos ainda persiste na sociedade, uma vez que em 2017, a população negra ainda correspondia a 32% das pessoas com ensino superior completo e, no grupo com 25 anos ou mais, apenas 9,3% dos negros tinham ensino superior completo, enquanto na população branca esse percentual era de 22,9% (IPEA, 2020).

No que tange ao mercado de trabalho, também existem discrepâncias diversas de gênero e de cor. De acordo com o relatório do IBGE (2019), embora as pessoas

pretas e pardas correspondam a 55,8% do total da população, elas são 64,2% dos desocupados. Além disso, também há diferenças em termos de rendimento, sendo o valor feminino 78,7% do rendimento masculino em 2018. Essa diferença é mais grave quando se considera a cor, pois as pessoas de cor preta ou parda receberam 57,5% do valor recebido pelas pessoas brancas. Numa comparação cruzada de sexo e cor, as mulheres negras e pardas tiveram rendimentos equivalentes a 44,4% do que auferem os homens brancos. Na ocupação dos cargos gerenciais no Brasil, o favoritismo masculino também se confirma, pois eles ocupam 60,9% de tais cargos. Quando se trata da diferença de raça, a ocupação de cargos gerenciais é ainda maior, pois os 43,1% das pessoas brancas no país ocupam 68,6% desses cargos.

A desigualdade por gênero e cor também se revela na remuneração de profissionais com ensino superior. Um levantamento realizado pelo Insper, com cinco profissões (engenheiros e arquitetos, médicos, professores, administradores e cientistas sociais) mostrou que, em todas elas, as mulheres negras recebem menos do que homens brancos e negros e do que as mulheres brancas. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 2016 e 2018 e mostram que o salário médio de uma mulher negra com diploma universitário de uma instituição pública é de R\$ 3.047,51, enquanto o dos homens brancos seria de R\$ 7.891,78 (diferença de 159%). Entre aqueles que se formaram em universidades particulares, a diferença é menor, embora ainda seja bastante acentuada (128%). As negras diplomadas em tais instituições recebem em média R\$ 2.902,55, enquanto o ganho médio dos homens é de R\$ 6.626,84 (LIMA, 2020).

Os dados aqui apresentados demonstram uma histórica preponderância do sexo masculino e das pessoas de cor branca em diferentes esferas, entre elas no mundo do trabalho. Assim, o objetivo deste estudo foi analisar e compreender as barreiras que as mulheres enfrentam na trajetória profissional para assumir posições de liderança.

Um dos pressupostos básicos assumidos neste estudo é o de que existe diferença entre corpos sexuados, não sob um enfoque biológico, mas sob um posicionamento de gênero no campo social e no contexto temporal histórico (SCOTT, 1995). Assim, gênero não se limita à diferença sexual entre homens e mulheres, pois envolve a representatividade cultural através do modo de falar, agir, pensar e o posicionamento da própria sexualidade (LOURO, 1997). Assim, gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, configurando uma forma de significar as relações de poder (SCOTT, 1995).

Outro pressuposto básico assumido neste estudo é o de que existe um histórico racismo, decorrente da colonização europeia, que ainda permanece no pensamento e

imaginário coletivo na sociedade brasileira. O racismo quando definido na concepção individualista, denota uma patologia ou anormalidade decorrente de preconceitos (atitude e afetos negativos) direcionados a grupos específicos ou categoria social como um fenômeno ético de caráter psicológico. Na concepção institucional, o racismo passa do comportamento individual para o nível das instituições formadas por padrões, políticas e culturas. Tais instituições naturalizam e reforçam privilégios e desvantagens para determinados grupos em função de raça, através de atos de poder e dominação para manter o *status quo* da hegemonia racial predominante (ALMEIDA, 2020; GUIMARÃES, 2004). Responsabilizar somente indivíduos e organizações por seus atos racistas não resulta na redução da desigualdade racial no mercado de trabalho (GONZAGA, 2019). Por esse motivo, neste estudo, adotaremos a concepção de racismo estrutural que é mais ampla e se materializa na cooptação de direitos no âmbito da educação, economia, política e das relações cotidianas, inclusive as laborais (ALMEIDA, 2020; GONZAGA, 2019).

Por fim, o terceiro pressuposto é de que a trajetória profissional das pessoas é influenciada não apenas por aspectos individuais, mas também por elementos contextuais e relacionais. O Modelo Transocupacional de Desenvolvimento Profissional mostra que para além da motivação e da formação/aprendizagem, o desenvolvimento laboral das pessoas também é afetado por elementos relacionais, pelas experiências vividas no contexto de trabalho em que estão inseridas (FERNANDES; MOURÃO; GONDIM, 2019). Nesse sentido, em grande medida, a carreira é direcionada por aspectos culturais e sociais, de tal sorte que atravessamentos de gênero, raça, etnia, idade, dentre outros, influenciam nas escolhas profissionais e também nos percursos das pessoas.

Portanto, os pilares teóricos definidos para este estudo abordam estereótipos e a discriminação de gênero (BARROS; MOURÃO, 2018; SCOTT, 1995), o racismo estrutural (ALMEIDA, 2020) e as trajetórias para o desenvolvimento profissional (FERNANDES ET AL., 2019). O pressuposto central deste estudo é de que as trajetórias profissionais das pessoas são afetadas por atravessamentos sociais diversos. Nesse sentido, seria de supor a existência de diferenças no processo de desenvolvimento profissional em função do gênero e da raça. Assim, o presente estudo ouviu mulheres brancas, pardas e negras acerca de suas trajetórias profissionais, conforme o método descrito a seguir.

2 MÉTODO

2.1 PARTICIPANTES

Considerando os objetivos da presente pesquisa, estabelecemos três critérios como condição de entrada na amostra, a saber: (i) ocupar posição de liderança há

pelo menos um ano; (ii) estar trabalhando no regime de teletrabalho; e (iii) ter filhos que residissem na mesma moradia. Participaram da pesquisa 12 líderes do sexo feminino, com diversidade em termos de níveis hierárquicos - nível operacional, tático e estratégico. Em relação à cor, sete mulheres se classificaram como brancas, duas como pardas e três como negras. As idades das participantes variaram entre 33 e 55 anos (média = 44,2; desvio-padrão = 7,1). Quanto ao estado civil, 10 eram casadas e duas divorciadas. O número médio de filhos entre as mulheres foi de 1,3 (desvio-padrão = 0,7) e a idade variou de 2 a 28 anos.

A formação acadêmica das profissionais foi diversificada, contemplando ciências humanas, exatas e tecnológicas. As regiões de moradia das participantes eram das regiões Sul, Centro-Oeste, Nordeste e Sudeste, com maior destaque para esta última. Também houve diversificação em termos dos tipos de organizações nas quais eles trabalhavam (públicas e privadas) e em termos dos segmentos de atuação (Alimentação, Turismo, Mercado Financeiro, Educação, Energia, Siderurgia, Indústria Química, Tecnologia da Informação, Telecomunicações e Judiciário).

2.2 INSTRUMENTOS

A pesquisa foi realizada a partir de entrevistas semiestruturadas que objetivaram identificar semelhanças e dessemelhanças nos discursos de mulheres líderes brancas, pardas e negras. Para GASKELL (2010), a entrevista qualitativa contribui para a compreensão da forma como vivem as entrevistadas e os grupos sociais, o que pode contribuir para diferentes tipos de pesquisas com uma diversidade de aplicações. Dessa forma, é fundamental considerar os pontos de vista das pesquisadas, no sentido de capturar suas vivências e percepções acerca de sua trajetória profissional. Nesse sentido, o roteiro de entrevista foi previamente elaborado levando em conta o objetivo do estudo. As perguntas foram elaboradas a partir de pontos destacados na literatura acerca do teletrabalho. Foram também realizadas duas entrevistas piloto para validação do roteiro de perguntas.

2.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para a presente pesquisa, antes do início da coleta de dados, o projeto foi inscrito na Plataforma Brasil e aprovado por um comitê de ética. Todos os participantes foram informados dos objetivos da pesquisa e do sigilo de suas respostas individuais. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi assinado por todas as participantes de forma remota, num formulário *on-line*. As participantes eram de diversas regiões do Brasil e não

foi possível a realização da entrevista presencial e a assinatura do termo em papel. Todas as líderes concordaram em participar do estudo e preencheram o formulário *on-line* com os dados sociodemográficos.

As entrevistas foram realizadas via internet, em data e horário pré-agendado e com duração mínima de 40 minutos e máxima de 84 minutos (média de 62 minutos e desvio padrão de 31 minutos). O aplicativo utilizado foi o Zoom, e o convite para entrevista foi encaminhado via *e-mail*, bem como o *link* de acesso a página digital onde foi possível visualizar a participante, escutá-la e gravar a entrevista para posterior transcrição. Foi informada às participantes que a gravação em áudio visava a transcrição literal das respostas as entrevistas e elas autorizaram. A partir dos discursos das participantes, as informações individuais, nome de pessoas e instituições seria preservado e retirado dos depoimentos.

Foi solicitado que as participantes escolhessem um lugar tranquilo, livre de interrupções e com privacidade para a realização das entrevistas. Ainda assim, duas participantes foram interrompidas por filhos que buscavam a interação durante a entrevista. Essa interrupção não atrapalhou o andamento da entrevista, o tempo, nem o seu roteiro que continuou seguindo o fluxo normal, uma vez que ambas as participantes conseguiram manejar bem a situação.

O roteiro para entrevista semiestruturada apresentava perguntas abertas para nortear a narrativa das participantes em torno dos seguintes temas: características da liderança no século XXI, incentivo ou inspiração para se tornar líder; aspectos da trajetória profissional; percepção de discriminação de gênero, e se há expectativas futuras para a carreira de liderança.

2.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

A análise de dados foi realizada a partir dos discursos evocados das entrevistadas, tendo sido realizada transcrição literal de suas falas. Para a análise de dados foi adotada a análise de conteúdo categorial (BARDIN, 1977; BAUER, 2010). Para tanto, a análise partiu de sucessivas divisões do texto, considerando que as estruturas do *corpus* textual se relaciona com a distribuição de palavras ao longo dos discursos. Nesse sentido, o procedimento configura um agrupamento de conteúdos, com o objetivo de identificar regularidades no tratamento do material textual, respeitada a pluralidade temática presente no conjunto de narrativas.

Assim, a análise de conteúdo foi conduzida em três etapas, partindo do agrupamento de elementos de significados mais próximos, com formação de categorias. A primeira etapa foi a leitura flutuante com anotações de pontos mais relevantes advindos do conteúdo das

falas. A segunda etapa consistiu de uma nova leitura detalhada dos depoimentos, que levou à construção de grades temáticas. A terceira etapa foi a seleção de depoimentos ilustrativos de cada categoria temática que emergiu dos discursos das participantes.

Os resultados são apresentados por categoria temática com trechos de discursos ilustrativos para cada uma delas. Para garantir o sigilo das respostas individuais, os depoimentos foram identificados apenas pela idade, raça e nível hierárquico de cada uma das 12 líderes entrevistadas. Foram também retirados trechos das entrevistas cujo depoimento contivesse nomes de empresas e pessoas ou permitisse, de alguma forma, a identificação das entrevistadas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise de conteúdo categorial levou a um conjunto de quatro categorias temáticas, a saber: (i) características da liderança no século XXI; (ii) incentivo à liderança; (iii) trajetória profissional; e (iv) discriminação de raça e gênero. A seguir são apresentados os resultados obtidos em cada categoria, com uma breve descrição de cada uma delas, depoimentos ilustrativos advindos das entrevistas, bem como uma discussão de resultados à luz da literatura revisitada.

3.1 CARACTERÍSTICAS DA LIDERANÇA NO SÉCULO XXI

As relações entre líder e liderado têm passado por transformações relacionais desde o final do século XX. Diante disto, teorias de liderança contemporânea, tais como as transformacionais, se estruturam nos efeitos dos comportamentos do líder sobre os comportamentos dos liderados, tais como os processos de motivação, desempenho e desenvolvimento profissional, que podem impactar tanto o bem-estar dos trabalhadores quanto nos resultados para a organização (BAUER; BERRIN, 2015; MOURÃO, 2018). Já a teoria diádica do intercâmbio entre líderes e membros, chamada de *Leader Member Exchange* – LMX, está centrada no nível de qualidade da relação líder-liderado. Quanto mais alta a qualidade da relação, maior a confiança, o afeto e o respeito mútuo, enquanto uma troca de qualidade inferior tende a gerar os efeitos opostos (LIDEN; SPARROWE; WAYNE, 1997).

Reforçando as mudanças relacionais, uma das entrevistadas destaca como eram as relações no passado e aponta para mudanças no contexto laboral. Diz ela: *“Hoje eu acho que muitas coisas mudaram por conta dos processos de assédio moral, diferente de antigamente. Era natural, muito grito, palavras de ordem, e hoje em dia eles buscam entender as pessoas.”* (Líder de nível tático, negra, 37 anos).

Ainda sobre a qualidade da relação líder-liderado, uma das entrevistadas salienta que a despeito das demandas do Século XXI sobre os líderes, eles não podem perder de vista a relação respeitosa com seus subordinados. Em suas palavras: *“Mesmo com todas as inovações do século, o respeito sempre será a base de sucesso entre líder e liderado e penso que este é o ponto-chave”* (Líder nível operacional, branca, 39 anos).

Em outros depoimentos, também são ressaltadas as mudanças na forma de líderes e liderados se relacionarem, com destaque para relações de maior qualidade entre esses atores sociais e para uma característica das novas gerações de não aceitarem relações de trabalho ruins, optando por se desligar da empresa quando isso acontece. Os depoimentos de líderes de nível tático e estratégico, a seguir, abordam essa temática.

“E hoje em dia, no ambiente que estou hoje, eu percebo a abertura em relação a isso, né? Tem a diretora da minha área, que ela busca entender o que as pessoas querem. Cumprimenta e toma café junto. Vem conversar e pergunta se a gente tem alguma coisa para colocar. Ela fala comigo direto” (Líder de nível tático, negra, 37 anos).

“Essa nova geração, se o ambiente de trabalho não tiver bom, vai embora e volta para casa da mãe. Nesse momento, tudo está muito diferente, de verdade. (...) Eu percebo isso a partir da transformação digital, com esses profissionais de tecnologia. Uma geração diferente e mais nova e muito valorizada no mercado” (Líder nível estratégico, branca, 48 anos)

Outro ponto importante está relacionado ao compromisso das líderes com as mudanças na sociedade, e com a redução das desigualdades de gênero e raciais nas organizações, por meio de políticas de diversidade, com processos seletivos e de desenvolvimento de lideranças que sejam mais inclusivos (SANTOS; OLIVEIRA, 2019). Para tanto, destacamos a narrativa de duas entrevistadas, ambas brancas, e de níveis hierárquicos distintos.

“A mudança que percebo no século 21 é que eu preciso de alguma forma ajudar a equilibrar essa balança da desigualdade racial em termos de quantidade de negros nos cargos de liderança, tem uma desigualdade absurda, e isso vem mudando eu venho observando na minha carreira essa mudança não só em relação às cotas” (Líder nível tático, branca, 35 anos)

“Os líderes hoje precisam também estar atentos a estas questões da sociedade. No posicionamento e reputação das marcas. Fundamos um comitê de diversidade que não existia. Estamos com muitos projetos sociais e de sustentabilidade, voltados para o indivíduo e fundar o comitê de diversidade foi um grande passo” (Líder nível estratégico, branca, 50 anos)

Algumas entrevistadas abordaram o papel da liderança de inspirar os liderados e de motivá-los, inclusive com elementos que influenciam na retenção e no desenvolvimento de talentos resultante da díade líder-liderado da teoria LMX (BAUER; BERRIN, 2015).

Sem manter o foco na qualidade da relação líder-liderado, o líder tende a não atender as expectativas da equipe, o que interfere na sua performance de liderança.

“Se eu, como líder, não consigo inserir aquela pessoa naquele processo de trabalho, que ele se sinta valorizado e reconhecido, ele meio que se desmotiva. A diferença hoje está em trazer a equipe para estar junto, e eu tenho essa consciência de líder. Eu não preciso ter todo o conhecimento, mas sim ter maestria integrar as pessoas que eu estou conectada” (Líder nível estratégico, parda, 55 anos).

“Sim, almejo estudar e me preparar cada vez mais para ser uma líder que inspira. Quero ingressar uma nova graduação e meu maior desafio será o tempo, mas eu gosto, né?” (Líder nível operacional, branca, 39 anos)

Além de já ocuparem posições de liderança, algumas entrevistadas deixaram claro que almejam novos postos de trabalho para si ou para outras mulheres de seu grupo social. Elas compreendem que a ocupação de cargos está associada a uma mudança de estereótipos de gênero (SCOTT, 1995) e de enfrentamento do racismo estrutural (ALMEIDA, 2020). Assim, elas falam em avançar e alcançar posições de liderança mais elevadas na hierarquia organizacional. Há uma consciência em algumas entrevistas de que alcançar novas posições significa enfrentar novos desafios e deixar um legado de liderança para outras mulheres, numa lógica de sororidade - vínculo de irmandade entre mulheres com objetivo de ajuda mútua (FONTES, 2020). Os trechos de depoimento a seguir demonstram essa preocupação das entrevistadas.

“Quero na minha área e carreira, preparar meninas para cargos de liderança. No meu último trabalho, preparei três mulheres para liderança. Tenho essa missão como mulher negra, líder e esclarecida sobre a situação de desigualdade. Tenho que lutar para dar voz para essas mulheres e servir de referência. No meu trabalho a equipe é predominantemente masculinas” (Líder nível tático, negra, 46 anos)

“No momento em que eu entendi que conquistar espaços e respeito, dependia de um lugar de poder, eu comecei a lutar. Então, eu comecei a trabalhar focada em ocupar liderança. Eu compreendi o que eu era capaz e hoje me preparo para ser uma líder executiva, uma carreira internacional” (Líder de nível tático, negra, 37 anos).

Quebrar com a ideia do teto de vidro existente nas organizações (EAGLY; CARLILE, 2007) é também a meta de algumas das entrevistadas. Elas falam que têm como aspiração na carreira a ocupação de postos mais altos. Essas metas das pesquisadas estão em consonância com a ideia de *empowerment* feminino, no sentido de assumir riscos, desafiar, e ter atitudes que permitam avançar e desenvolver competências para conquistar novas posições organizacionais (SPRICIGO; TEIXEIRA, 2017). Dessa forma, destacamos dois relatos que revelam tais aspirações:

“Na empresa onde estou, eu almejo a cadeira de CEO. Quero também fazer parte do comitê de executivos, que chama de COMEX (que se reportam para o CEO) para poder fazer parte de conselhos de administração. Essas são as duas metas na minha carreira” (Líder nível estratégico, branca, 50 anos).

“Eu quero crescer muito mais, quero que as contas que eu cuido cresçam e quero ser uma diretora. Usar minha experiência a favor das pessoas. E no futuro eu possa cuidar de várias contas, orientar as pessoas a desenvolver negócios e as estratégias” (Líder nível estratégico, branca, 48 anos).

Mas nem todas as entrevistadas têm como meta ocupar posições mais elevadas. Algumas deixam claro que já estão satisfeitas com o nível em que chegaram. Outras sinalizam que ocuparam posições mais altas dentro da organização não como meta pessoal, mas como algo que aconteceu “naturalmente”.

“Recentemente, eu tive uma promoção e hoje eu não tenho o desejo de chegar em outro nível, talvez em uma empresa menor, sim no futuro. Hoje eu me sinto plenamente realizada na posição que eu gosto e faço bem” (Líder nível estratégico, branca, 48 anos)

“Mas não fico almejando sempre algo maior. Na última cadeira que eu estava como gerente, e estava bem. Mas de novo, as coisas acontecem naturalmente. Escutei uma frase assim: “sorte é a junção da oportunidade com a competência”. E é isso, chega naquele momento, existe a oportunidade e você tem a competência, naturalmente. As coisas se juntam ao seu favor, e você tem a sorte de uma promoção” (Líder nível estratégico, branca, 50 anos).

Assim, as mulheres líderes entrevistadas percebem expressivas mudanças nos processos de gestão no Século XXI. Parte dessas mudanças, estão relacionadas à relação líder-liderado (LIDEN; SPARROWE; WAYNE, 1997), enquanto outras, voltam-se para uma busca de maior diversidade no contexto organizacional, com menos desigualdades, seja em função de gênero, seja em função da raça das pessoas (SCOTT, 1995; ALMEIDA, 2020).

3.2 INCENTIVO À LIDERANÇA

Superar as tradicionais barreiras impostas na sociedade e, sobretudo nas organizações, não depende somente do investimento em qualificação. Incentivar o empoderamento feminino, destacando a representatividade nas organizações são aspectos importantes para novas conquistas (DE SOUZA SANT’ANNA, 2020). O incentivo à liderança foi apontado como vindo de familiares e também de chefes nos locais de trabalho. Em relação à família, os discursos mostram um incentivo maior por parte das mães, embora alguns trechos de discursos também mencionem os pais, como pode ser visto a seguir.

“Minha mãe, grande líder, psiquiatra e venceu a luta manicomial. Eu tenho uma família com liderança feminina ...me tornei líder com 24 anos. Para mim foi um processo natural, acho que é um reflexo da autoestima onde você se sente muito apto para aquele cargo” (Líder de nível tático, negra, 46 anos)

“Tem uma coisa dos meus pais. E a minha mãe, então, para mim, é muito inspiradora. E trabalha até hoje. Ela sempre fala para acreditar no potencial, no que você quer e buscar” (Líder de nível tático, negra, 37 anos)

“Hoje eu sei que a importância de ser líder é ocupar espaço e ainda mais para nós mulheres negras. As pessoas precisam ver pessoas parecidas no topo. Temos ícones no Brasil e no Mundo como Rachel Maia, Michele Obama, a Opra, são também inspirações gigantes para chegar a posição de liderança” (Líder de nível tático, negra, 37 anos).

Em relação ao apoio advindo das chefias, muitos deles partiram de gestores do sexo masculino. Em alguns casos, por meio de *feedback*, em outros, com um incentivo mais direto para que essas mulheres assumissem a liderança. Os depoimentos a seguir ilustram tais situações.

“Estou no mercado financeiro há mais de 20 anos e não é fácil. Quem me incentivou foi um Diretor e ele me convidou, me incentivou e instigou a liderança e acreditava em mim” (Líder de nível tático, branca, 47 anos).

“Meu primeiro gestor era descendente de alemão, fala alemão...e me orientava. Ele me apresentava como estagiária e fazia questão de falar que eu estudava engenharia. Falava que eu tinha que trabalhar e querer sempre mais” (Líder de nível tático, negra, 37 anos).

“Eu tive gestores na minha vida profissional que me inspiraram e me desenvolveram a liderança. Eles me davam os feedbacks que estava no caminho e que tenho o perfil para gerir. Estudei, trabalhei o feedback e me aprofundando nas funções, crescimentos profissionais, em minha carreira” (Líder nível operacional, branca, 39 anos).

“Em relação à inspiração, minha trajetória profissional foi muito alavancada por um gerente que tinha uma visão de estratégica e era um líder inspirador. Foi o auge da minha conquista profissional e juntos criamos uma área nova” (Líder nível estratégico, branca, 48 anos).

“Apoio eu tive da minha primeira chefe, no cargo de liderança, pois era uma mulher feminista e muito jovem também” (Líder nível tático, negra, 46 anos)

Mas houve também líderes mulheres, que inspiraram ou incentivaram as entrevistadas. Em comum nos depoimentos, há uma percepção de que essas pessoas confiavam nelas e tal incentivo parece ter sido decisivo para o investimento que as entrevistadas fizeram na área de gestão. Alguns depoimentos ilustram a percepção das líderes pesquisadas.

“Escolhi trabalhar na Indústria, e minha inspiração foi uma mentora mulher. Me incentivou a assumir uma vaga de executiva no futuro. Era minha chance e primeira experiência com sororidade. Fui admitida como trainee e no nível intermediário para assumir cargos de liderança e meus pares eram homens e hoje são gestores, em cargos acima do meu” (Líder nível tático, branca, 35 anos)

“Minha inspiração, me indicou para ser assessora dela no passado e quando ela aposentou, eu a substituí. Implantei mudanças na gestão e procedimentos internos. Com apoio do Procurador Geral Federal, e a minha indicação para o cargo, a resistência à mudança, por parte dos outros profissionais, foi resolvida” (Líder nível estratégico, negra, 52 anos)

“Dos homens, poucos falaram para eu tentar outras oportunidades mas eu estava determinada e acreditava que eu poderia chegar lá” (Líder de nível tático, negra, 37 anos).

Houve uma entrevistada que recebeu incentivo tanto do marido, quanto de outros profissionais no ambiente de trabalho. Ela ressaltou a importância desse apoio para o seu percurso profissional.

“Quem me incentivou foram várias pessoas que eu trabalhei junto, meu marido também foi uma inspiração. Gosto muito de leitura, eu leio muito sobre liderança e nos colocar no lugar das pessoas da nossa equipe, ter empatia. Criar grupos positivos, e conseguir que as pessoas nos apoiem na gestão, e assim ter ajuda em todos os níveis” (Líder nível estratégico, branca, 48 anos)

Apesar de muitas entrevistadas terem relatado o apoio recebido de seus gestores, que serviram como inspiração, uma das líderes pesquisadas afirmou não ter se inspirado em nenhuma liderança anterior. Nas palavras dela, *“Foi o contrário. Eu tive líderes que eu olhava e sabia que eu não queria ser igual. Houve um despertar para mim, quando eu já estava na primeira companhia aérea”*(Líder nível estratégico, branca, 50 anos). Dessa forma, atuar com líderes que seguem um caminho do qual a pessoa discorda, também pode ser uma forma de aprendizagem, no sentido de querer ser diferente daquela pessoa quando tiver a chance de ocupar um cargo de chefia.

Para além do apoio familiar e dos gestores, a organização pode proporcionar políticas de desenvolvimento e condições favoráveis para o desenvolvimento profissional e incentivos a cargos de gestão (FERNANDES; MOURÃO; GONDIM, 2019). Uma das entrevistadas no seu relato apresenta o reconhecimento a esta ação organizacional. Assim declara:

“Na minha trajetória profissional e por ser mulher, sempre gostei de trabalhar muito e conquistar espaço, respeitando o espaço de todos”. Na empresa, gigante em call center, eu era incentivada a mostrar minha capacidade de liderança. Lá éramos preparadas para assumir a gestão. Grande parte da equipe era de mulheres e acontecia de forma orgânica” (Líder nível operacional, branca, 39 anos).

Em síntese, as líderes pesquisadas apontaram diferentes apoios recebidos para atuar como gestoras, sejam eles vindos da família, sejam eles oriundos de chefes ou de políticas organizacionais. Esse tipo de apoio é imprescindível para a trajetória de carreira, uma vez que os elementos relacionais estão diretamente associados ao desenvolvimento profissional das pessoas (FERNANDES ET AL., 2019).

3.3 TRAJETÓRIA PROFISSIONAL

Ao longo da trajetória profissional, os indivíduos passam por algumas transformações identitárias e adquirem competências para alcançar objetivos na esfera profissional (PAQUAY; WOUTERS; VAN NIEUWENHOVEN, 2012). Além dessas mudanças, o significado das vivências ao longo da vida, bem como a sequência de ocupações

profissionais também impulsionam a carreira das pessoas (AMBIEL, 2014). Algumas narrativas destacam elementos das trajetórias profissionais dessas mulheres e a relação dessa trajetória com características pessoais das entrevistadas.

“Tive dificuldade quando assumi a liderança. Era tímida, tinha vergonha de falar, de me posicionar e isto me acompanhou por muito tempo ...Me desenvolvi, fiz pós-graduação na área, e me tornei diretora substituta. Na própria escola, me tornei coordenadora pedagógica, diretora substituta, e por fim diretora geral” (Líder nível estratégico, parda, 55 anos)

“Dentro da minha trajetória de RH, eu sempre tive muita iniciativa, gosto de fazer acontecer e trazer as pessoas comigo, e para o que eu acredito. Me indicaram para liderar um projeto de implantação de sistema, um desafio para mim. Precisava que as pessoas acreditassem no projeto e também priorizar os recursos para dar certo, e conseguir” (Líder nível estratégico, parda, 40 anos)

Para além dos desafios pessoais, o desenvolvimento profissional envolve um conjunto de modalidades de aprendizagem formais e informais que um profissional pode investir. O desenvolvimento na carreira também pode envolver aspectos cognitivos, comportamentais e afetivos (MOURÃO; MONTEIRO, 2018). Dessa forma, duas entrevistadas demonstram esforços pessoais e profissionais para investir em idiomas e pós-graduação, a fim de adquirir novas competências para assumir a gestão e dar suporte às suas equipes.

“A minha trajetória profissional vem de comunicação social, e numa oportunidade fui morar quatro anos na Holanda, depois nos Estados Unidos, e fiz um projeto de intercâmbio na época do ensino médio. Depois voltei para o Brasil. Hoje eu falo quatro idiomas. Inglês, espanhol, francês e italiano, fundamental na Hotelaria” (Líder nível estratégico, negra, 40 anos)

“Na minha trajetória profissional, investi muito para alcançar meu objetivo. Pobre, levava duas horas para conciliar estudo com trabalho. Migrei para Genebra e lá fui babá. Fazia cursos de idioma gratuitos. Volei para o Brasil e ingressei na Cia aérea. Com comprometimento e dedicação, investindo em graduação, pós-graduação, me tornei a primeira Diretora Brasil em uma divisão aérea internacional” (Líder nível estratégico, branca, 50 anos)

O investimento dessas mulheres não se dissocia das históricas questões de gênero presentes na luta feminista para a conquistas de espaço, reconhecimento e respeito no mundo corporativo. Alguns depoimentos demonstram o esforço das pesquisadas para alcançar posições de liderança (MADALOZZO, 2008). Nesse sentido, a próxima seção aborda a questão de discriminação de gênero e de raça, presente nas trajetórias de muitas mulheres brasileiras.

3.4 DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO E RAÇA

Os aspectos que envolvem a discriminação e as desigualdades no mercado de trabalho são revelados em dados estatísticos e em inúmeros estudos segmentados

por regiões no Brasil e no Mundo. O resultado das entrevistas mostra que muitas das entrevistadas percebem discriminações, seja em função de serem mulheres, ou em função de serem negras. Algumas delas comentaram explicitamente sobre a adoção de práticas excludentes das mulheres nas relações e nas decisões cotidianas. Ela disse:

“Tem mais homens área, somos 8 pessoas, e 3 mulheres. Quando tem uma nova posição de liderança, eles procuram aqueles com os mesmos pensamentos e linguagem, que jogam no mesmo time, jogam tênis juntos. Os semelhantes, né? Isso acaba criando alianças e nós não entramos” (Líder de nível tático, negra, 37 anos).

“Eu tive dificuldades em fazer networking, porque eu não podia, por exemplo, chamar o diretor de outra empresa para jantar, pois poderia ter outra conotação. Eu via todos os outros diretores e presidentes jantando juntos, mas eu não podia. E até hoje, como uma mulher solteira, eu seria facilmente mal interpretada” (Líder nível estratégico, branca, 50 anos).

A permanência da prática do patriarcado é, portanto, percebida pela maioria das entrevistadas que relatam serem tratadas em condição de desigualdade. Tal percepção é consonante com a literatura sobre o tema que aponta para a condição de inferioridade que as mulheres são submetidas na sociedade em geral, e que tem reflexos na vida laboral (DELPHY, 1998; 2009). Para além disso, a hegemonia masculina na posição de liderança nas organizações, revela a predominância dos homens nas posições hierárquicas mais altas e nos conselhos de administração, fortemente marcada por um processo de tomada de decisão que os beneficia (MADALOZZO, 2011). A seguir dois trechos de depoimentos de líderes que demonstraram em seu discurso a percepção dessas práticas discriminatórias.

“Percebi discriminação sim. Eu tenho uma cadeira no Conselho de Responsabilidade Social na Confederação das Indústrias. A pauta de responsabilidade social passa por questões de gênero, de etnia e de desigualdade social. (...) Teve uma vez que o presidente do Conselho achou muito polêmico a trazer a pauta de empoderamento feminino. Quando questionado, ele disse que era muito blá-blá-blá e não há necessidade de empoderar mulheres” (Líder nível estratégico, parda, 40 anos)

“Os líderes de empresas, iam almoçar juntos e eu nunca era convidada. Só que nesses almoços acabavam tomando decisões sobre coisas importantes do trabalho e eu ficava de fora. O que parecia simplesmente um almoço de homens, na verdade era um almoço de negócios. E eles vão juntos porque são homens” (Líder nível estratégico, branca, 50 anos)

A discriminação de raça acontece de forma complementar às questões de gênero. Em geral, os homens tendem a perceber a gestão com mais naturalidade do que as mulheres e entre as mulheres brancas e as negras, as primeiras recebem mais incentivos para assumir posições de liderança. Nesse sentido, a pesquisa revela que as mulheres negras ou pardas percebem a influência do racismo estrutural (ALMEIDA, 2020) em suas trajetórias profissionais. Este permeia as organizações e influencia na vida cotidiana das líderes.

“As dificuldades que enfrentei foram por ser muito jovem, mulher e negra. Havia um questionamento de como ela chegou aqui, ou de onde ela veio, ou o que ela faz? Sobretudo o olhar das outras mulheres, que tem muita pouca sororidade. O olhar de mulher pode ser muito ameaçador, elas podem ver como concorrente, como ameaça” (Líder nível tático, negra, 46 anos)

Então eu comecei a perceber, e não sei qual foi o meu gatilho, mas acho que foi verificando que tinham outros líderes que impactavam pessoas e serviços. Eu queria estar ali também” (Líder de nível tático, negra, 37 anos).

Muitos estudos sobre a temática da liderança têm avançado no país e no mundo. Mas atravessamentos de gênero e raça nos discursos das mulheres líderes denotam que os avanços ainda precisam ser maiores a fim de que as mulheres, inclusive as pardas e negras, possam transpor as barreiras que encontram nas organizações. Na literatura, algumas metáforas, como o teto de vidro (*glass ceiling*), o piso pegajoso (*sticky floor*) e o labirinto de cristal (*through the labyrinth*), revelam tanto a discriminação, quanto os estereótipos que ainda persistem no contexto organizacional.

A dificuldade de as mulheres alcançarem cargos mais elevados dentro da hierarquia organizacional, configurou o fenômeno teto de vidro (EAGLY; CARLILE, 2007; SANTOS; ANTUNES, 2012), que descreve um cenário em que não há regras formais que impeçam as mulheres de galgar posições mais altas, mas há uma personificação de valores masculinos como prestígio e poder na própria construção da estrutura e das práticas organizacionais. Uma das entrevistas apresenta uma narrativa típica desta metáfora.

“Quanto à discriminação, não foi claro. Foi uma coisa velada e que dói. Por muito tempo eu não entendia... Há cinco anos estou quase pronta e outros homens assumem a liderança. Sou classificada como a primeira ao cargo da gerência. E recebo esse feedback sempre. O não reconhecimento da sua liderança é algo muito forte” (Líder nível tático, branca, 35 anos)

“Na empresa era assim, os diretores dividiam as contas. As corporativas eram para os líderes homens e as contas de lazer para mulheres. Eu insisti, pois no Assessment informaram que podia optar por estas contas corporativas, e eles acabaram me admitindo. Assim, fui a primeira mulher a trabalhar nessa área corporativa na empresa” (Líder nível estratégico, branca, 50 anos)

Já a metáfora do labirinto de cristal (EAGLY; CARLILE, 2007; SANTOVEC, 2010) diz respeito a uma trajetória com barreiras sutis ou “armadilhas”, tais como lento reconhecimento profissional, que as mulheres precisam enfrentar se quiserem assumir os cargos mais altos de liderança. Sobre esta metáfora, uma das entrevistadas, que é negra e exerce liderança no nível operacional, passou por dúvidas para identificar a barreira que foi imposta de forma sutil no *feedback*.

“Não sei se foi por ser mulher, mas, demorou para eu ser reconhecida como líder. Percebi que eu construí uma escada para outro subir. Questionava e recebia o retorno que eu não estava preparada para a liderança. Tenho cobranças minhas e quero sempre mostrar que sou capaz.” (Líder nível operacional, negra, 33 anos)

A metáfora do piso pegajoso, por sua vez, aborda componentes que caracterizam um engessamento e imobilidade das mulheres para ocupar posições mais qualificadas, mantendo-as em funções com baixos salários e concentradas em setores produtivos mais atrasados (FERNANDEZ, 2019).

“Eu sinto que tem nesse serviço público, além da discriminação de gênero, tem essa segregação em termos de carreira. Eu não senti ainda na pele, mas eu vejo que o máximo que boa parte das mulheres chegam foi ao nível hierárquico médio, que são cargos de nível superior. (Líder nível estratégico, parda, 55 anos).

“Eu sempre tive avaliação de performance boa, mas nem sempre eu tive a motivação de alguém para me falar e orientar: ‘Olhar e procurar um step a mais, e ir atrás de algo maior’. Eu não tive esse estímulo, mas sempre me falavam que eu era muito boa, mas onde estava” (Líder de nível tático, negra, 37 anos).

Uma das entrevistadas demonstrou sua percepção acerca da histórica trajetória desigualdade de gênero no mercado de trabalho. Ela avalia que as assimetrias existentes não se devem a discriminações, mas sim ao fato de as mulheres não terem tido, ao longo da história, oportunidades iguais às masculinas. Nesse sentido, ela relata suas conquistas e afirma nunca ter perdido uma oportunidade para um homem. Diz ela:

“Na minha trajetória, nunca perdi uma oportunidade para um homem. Além da competência das pessoas, há uma questão histórica, pois recentemente, as mulheres não estudavam, não votavam, não tinham as mesmas oportunidades que os homens. Então, é natural que hoje você tenha mais homens preparados no mercado de trabalho” (Líder nível estratégico, branca, 48 anos).

Seja por razões históricas ou por práticas discriminatórias ainda existentes, a desigualdade de gênero e raça ainda está presente na sociedade atual e afeta a vida de muitas mulheres no mercado de trabalho e de forma mais aguda daquelas que são pardas ou negras. As estruturas sociais e organizacionais ainda precisam de avanços significativos para que as mulheres tenham acesso às mesmas oportunidades de liderança que os homens e para que a raça de uma pessoa deixe de ser vista como distinção de superioridade ou inferioridade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história, a luta feminista e as conquistas legais, auxiliaram a inserção e a promoção da mulher na sociedade e, num segundo momento, a incorporação no mercado de trabalho formal. Esses resultados agregam valor nas conquistas em várias esferas de vida das líderes. Leituras, cursos diversos e idiomas foram investimentos que as mulheres entrevistadas relataram fazer de forma deliberada para adquirir novas competências e se desenvolverem profissionalmente. Tais investimentos lhes permitiu alcançar a liderança e estão fortemente presentes nas narrativas das entrevistadas.

Para além disso, os incentivos foram outro ponto forte neste estudo, pois muitas das entrevistadas comentaram terem sido estimuladas a ocupar posições de liderança. Mas, apesar disso, ainda é evidente a discriminação de gênero, sobretudo, em termos dos avanços nas posições hierárquicas.

Para que as mulheres possam ocupar lugares e papéis diferenciados e de destaque no mundo empresarial é preciso que sejam preparadas a romper com o “teto de vidro” e sair do “piso pegajoso” ou do “labirinto de cristal” que as aprisiona. É preciso ter mais visibilidade, ser valorizada e respeitada em sua diversidade.

A percepção das mulheres líderes sobre as mudanças na forma de liderar no século XXI estão diretamente ligadas à melhoria das relações, como indica a teoria LMX. Nos depoimentos, elas dão ênfase a aspectos como uma comunicação efetiva com os liderados e uma interação positiva com a equipe. Além desses aspectos, o compromisso em manter a sororidade e deixar um legado de conquistas nas organizações também aparece nos discursos de algumas pesquisadas. Elas relatam esforços para implantar os comitês de diversidade, por exemplo. No discurso da maioria das líderes pesquisadas há uma preocupação em romper a barreira e ter representatividade, modificar o *status quo* e tomar decisões diferenciadas dos homens. Não é só ocupar o espaço, mas também ter uma atuação efetiva para ajudar outras mulheres, formando novas líderes.

Esperamos que o presente estudo contribua para evidenciar que muitas mulheres líderes têm objetivos e vislumbram novas conquistas não somente para si, mas para suas pares. Algumas delas, inclusive, adotaram como missão o desenvolvimento de novas líderes. Apesar de tal ambição, essa luta não pode ser individual. Movimentos sociais a favor da igualdade de gênero e de raça precisam ser estimulados de forma a favorecer políticas públicas voltadas à equidade de gênero e de raça. E que isso possa conduzir a uma reestruturação nas organizações, com práticas voltadas para a diversidade, promovendo salários iguais e as oportunidades equânimes em todos os níveis hierárquicos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

AMBIEL, Rodolfo A. M. Adaptabilidade de carreira: uma abordagem histórica de conceitos, modelos e teorias. Revista brasileira de orientação profissional. São Paulo, v. 15, n. 1, p. 15-24, jun. 2014. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902014000100004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 16 jun. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: (1977). Edições 70.

BARROS, Suzane. C. V., MOURÃO, Luciana. **Panorama da participação feminina na educação superior, no mercado de trabalho e na sociedade**. *Psicologia & Sociedade*, v. 30, e174090, p. 1-11. 2018. Disponível em: doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30174090.

BACCHI, Matheus Demambre et al. **Diferenças Salariais E Discriminação Por Gênero E Cor Na Região Sudeste Do Brasil**. RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico, v. 2, n. 37, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.21452/rde.v2i37.4710>.

FERNADES, Helenita, MOURÃO, Luciana., & GONDIM, Sônia Maria Guedes. **Desenvolvimento profissional: proposição de um modelo transocupacional a partir de um estudo qualitativo**. Paidéia 2019, Vol. 29, e2916. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4327e2916>.

DELPHY, Christine. **"Patriarcado (teorias do)**. IN: Dicionário crítico do feminismo." São Paulo: Editora UNESP (2009).

FERNANDEZ, Brena Paula Magno. **Teto de vidro, piso pegajoso e desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro à luz da economia feminista: por que as iniquidades persistem?**. Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais, n. 26, p. 79-104, 2019. DOI: Prefix:10.47284/cadern.

FONTES, Natalia de Oliveira. **Mulheres negras em diáspora: A sororidade nas obras de Toni Morrison**. REVELL - REVISTA DE ESTUDOS LITERÁRIOS DA UEMS, 1(24), 304-331. (2020). Recuperado de <https://periodicosonline.uems.br/index.php/REV/article/view/5033>.

BAUER, Michael W. **Análise de conteúdo clássica: uma revisão**. Em: M. W. Bauer & G. Gaskell. Pesquisa Qualitativa com Texto: Imagem e Som: Um Manual Prático. (pp. 189-217). (2010). Petrópolis: Vozes.

DE SOUZA SANT'ANNA, Anderson. **Liderança feminina: percepções, reflexões e desafios na administração pública**. ad. EBAPE.BR, v. 18, n° 2, Rio de Janeiro, Abr./Jun. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395120190176>.

EAGLY, Alice H.; CARLI, Linda L. **Women and the labyrinth of leadership**. Routledge, 2018. ISBN de e-book 9780429494000.

GASKELL, George. **Entrevistas Individuais e Grupais**. Em: M. W. Bauer & G. Gaskell. Pesquisa qualitativa com texto: Imagem e som: Um manual prático. (pp. 64-89). (2010). Petrópolis: Vozes.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Preconceito de cor e racismo no Brasil**. Revista de Antropologia, 47 (1), 9-43. (2004). <https://doi.org/10.1590/S0034-77012004000100001>.

GONZAGA, Leila Luiza. **Os negros e as diferenças no mercado de trabalho da região metropolitana de São Paulo: considerações sobre o nível de escolaridade dos ocupados**. Cadernos Cenpec| Nova série, v. 9, n. 1, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.18676/cadernoscenpec.v9i1.451>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Estatística de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. (2016). Recuperado de https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=publicacoes/biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Estatística de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. (2019). Recuperado de <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-nobrasil.html>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. (2019). Recuperado de <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25989-pretos-ou-pardos-estao-mais-escolarizados-mas-desigualdade-em-relacao-aos-brancos-permanece/>.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA (2020) **População negra conquista espaço no ensino superior.** https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3589.

LINDEN, Robert. C., SPARROWE, Raymond. T., & WAYNE, Sandy. J. **Leader-member exchange theory: The past and potential for the future.** *Research in Personnel and Human Resources Management*, 15, 47-119. (1997).

LINDEN, ROBERT., WU, Ju., CAO, Ann. X., & WAYNE, Sandy. J. **LMX measurement.** In Tayla. N. BAUER & BERRIN. Erdogan (Eds.), (2015). **The Oxford handbook of leader-member exchange.** Oxford, England: Oxford University Press.

LIMA, MARIANA. (2020). **Observatório Terceiro Setor. Diferença salarial entre homens brancos e mulheres negras chega a 159%.** <https://observatorio3setor.org.br/noticias/diferenca-salarial-entre-homens-brancos-e-mulheres-negras-chega-a-159/>.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e magistério: identidade, história e representação.** In: CATTANI, Denise *et al.* (Org.). *Docência, memória e gênero: estudos sobre formação.* São Paulo: Escrituras, 1997.

MADALOZZO, Regina. **CEOs e composição do conselho de administração: a falta de identificação pode ser motivo para existência de teto de vidro para mulheres no Brasil?** *Revista de Administração Contemporânea*, v. 15, n. 1, p. 126-137, 2011. <https://doi.org/10.1590/S1415-6552011000100008>.

MADALOZZO, Regina. **Gênero e desigualdade.** *GV EXECUTIVO*, v. 7, n. 6, p. 34-39, 2008. <https://doi.org/10.12660/gvexec.v7n6.2008.34282>.

MOURÃO, Luciana; MONTEIRO, Ana Cláudia. **Desenvolvimento profissional: Proposição de um modelo conceitual.** *Estudos de Psicologia (Natal)*, Natal, v. 23, n. 1, p. 33-45, mar, 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2018000100005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 15 jun. 2021. <http://dx.doi.org/10.22491/1678-4669.20180005>.

PAQUAY, Léopold.; WOUTERS, Pascale; VAN NIEUWENHOVEN, C. **A avaliação, freio ou alavanca do desenvolvimento profissional. A avaliação como ferramenta de planejamento do desenvolvimento profissional de educadores,** p. 13-39, 2012. ISBN:978-2-80416198-9.

SANTOS, Michel dos; OLIVEIRA, Rafael Lucas Barbosa de. **O negro no mercado de trabalho: o preconceito nas organizações.** 2019. <http://srv-bdtd:8080/handle/tede/638>.

SPRICIGO, Cristiane; DA COSTA TEIXEIRA, Antônio Augusto. **Gestão empresarial e ascensão feminina: um estudo de caso.** Novas Edições Acadêmicas, 2018. 7, ISSN 2179-510X.

Scott, J. (1995). **Gênero: categoria útil de análise.** *Educação & Realidade*, 20(2) 71-99.

World Economic Forum, **The Global Gender Gap Report.** 2018.

CAPÍTULO 6

GÊNERO E EDUCAÇÃO, NA ESCUTA DOS ADOLESCENTES UM APRENDIZADO

Data de submissão: 05/06/2021

Data de aceite: 29/06/2021

José Heleno Ferreira

<http://lattes.cnpq.br/7879937272238828>

Gabriel Henrique Duarte

<http://lattes.cnpq.br/3516580616170740>

Lorena Rodrigues de Sousa

<http://lattes.cnpq.br/9731054898531357>

Maria Inês da Silva

<http://lattes.cnpq.br/5776168048765181>

Marília Fraga Cerqueira Melo

<http://lattes.cnpq.br/0855562541080412>

Michele Mariano Rodrigues

<http://lattes.cnpq.br/2278057078341491>

Nilmar José da Silva

<http://lattes.cnpq.br/9749916925701913>

Sabrina Brombim Zanchetta

<http://lattes.cnpq.br/8407765900990800>

a partir das relações que estabelecemos com os outros, sempre condicionados (pelo meio, pelas questões econômicas e sociais, pela capacidade física etc.), mas nunca determinados, há que se afirmar que o corpo é objeto desse processo educacional. Para enfrentar esta tarefa, uma das possibilidades está em problematizar a forma como a mídia retrata o corpo humano e os estereótipos de homem e mulher – de macho e fêmea, bem como problematizar a forma como a instituição escolar, entre outros espaços educativos, lida com esta mesma questão, muitas vezes, naturalizando o papel que se considera adequado ao gênero feminino e ao gênero masculino e, conseqüentemente, marginalizando aqueles e aquelas que não se adequam às normas e papéis previamente estabelecidos. Assim este trabalho apresenta os resultados colhidos pela pesquisa sobre as questões de gênero e diversidade sexual na adolescência realizada com jovens na faixa etária de 15 a 18 anos, matriculados em escolas públicas. Nela buscou-se ouvir o que eles pensam a respeito do assunto para posteriormente realizar trabalhos formativos e informativos junto às instituições de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Gênero. Adolescência.

GENDER AND EDUCATION, IN LISTENING TO ADOLESCENTS A LEARNING

ABSTRACT: Considering the fact that all human beings are cultural beings, learning

RESUMO: Considerando o fato de que todos os seres humanos são seres de cultura, seres de aprendizagem, considerando ainda que construimo-nos ao longo de nossa história,

beings, considering that we have built ourselves throughout our history, based on the relationships we establish with others, always conditioned (in the middle, by economic and social, physical capacity etc.), but never determined, it must be stated that the body is the object of this educational process. To face this task, one of the possibilities is to problematize the way the media portrays the human body and the stereotypes of man and woman - male and female, as well as problematize the way the school institution, among other educational spaces, deals with this same issue, many times, naturalizing the role that is considered appropriate to the female gender and to the male gender and, consequently, marginalizing those and those that do not conform to the norms and roles previously established. Thus, this work presents the results collected by the research on the issues of gender and sexual diversity in adolescence carried out with young people aged 15 to 18 years, enrolled in public schools. It sought to hear what they think about the subject to later carry out training and informational work with educational institutions.

KEYWORDS: Education. Gender. Adolescence.

1 INTRODUÇÃO

As relações de gênero são as relações de poder entre homens e mulheres construídas ao longo da história e nos mais diversos espaços sociais. Para discutir o tema é necessário, inicialmente, distinguir gênero, sexualidade e sexo biológico.

Enquanto o último diz respeito à fisiologia, ao aparato biológico, o segundo diz respeito à forma como o sujeito vivencia (ou não vivencia) o desejo sexual. Nesse sentido, é possível dizer da heterossexualidade, da homossexualidade, da bissexualidade... e tantas outras possibilidades construídas pelos humanos ao longo da história. Seja qual for a maneira como o indivíduo vivencia sua sexualidade, há que se reafirmar a necessidade de que essa vivência seja respeitada. Parte-se, pois, do princípio de que todo ser humano precisa ser respeitado na sua individualidade e tem direito à liberdade de expressão. Não se trata de tolerância, uma vez que ninguém quer ser tolerado/a: trata-se de respeito e reconhecimento.

Quanto às relações de gênero, dizem respeito às relações que homens e mulheres estabelecem entre si ao longo da história. Gênero é, pois, uma representação social, diz respeito, inclusive, às expectativas que uma determinada sociedade, num determinado tempo tem acerca dos homens e das mulheres. Enfim, gênero é uma construção social.

Embora machos e fêmeas sejam marcados e marcadas pelas diferenças biológicas, essas não nos determinam (como nada no plano da natureza nos determina). Se as diferenças biológicas precisam ser consideradas e respeitadas, faz-se necessário também relativizá-las, reconhecendo que, se nos condicionam não nos determinam, não nos dizem quem somos ou como somos.

Assim, afirmamo-nos como seres de possibilidades. E, entre tantas, a possibilidade de igualdade (ou da desigualdade). E ao longo da história humana, por diversos fatores, a

perspectiva da desigualdade tem sido hegemônica. Assim, homens e mulheres, mais que diferentes, tornaram-se desiguais.

Há que se afirmar que a construção de uma sociedade igualitária pressupõe que se coloque em questão a diversidade de gênero e o respeito a esta diversidade. Não é possível a construção de uma sociedade livre e libertária enquanto houver opressão. Assim, lembrando Freire (1967), podemos dizer da importância de combater a opressão, e não simplesmente os opressores.

Este debate perpassa a vida de todos os sujeitos, contribuindo para a formação identitária dos mesmos. Considerando a adolescência como uma fase em que meninos e meninas estão vivenciando processos de formação que poderão marcar profundamente suas identidades, há que se perguntar como a questão da diversidade de gênero tem sido colocada nos diversos espaços em que convivem. Toda esta discussão teórica tem contribuído para a prática de professores e professoras e demais profissionais que atuam nos espaços escolares? Como os adolescentes, meninos e meninas, percebem a questão da diversidade de gênero nas escolas, em suas famílias, nas rodas de amigos? Sentem-se respeitados(as), seguros(as) quanto à identidade e à orientação sexual? Percebem as relações sociais e institucionais como processos que contribuem para isso?

Questões como essas têm sido objeto de pesquisas de educadores e educadoras. E a partir desses estudos, como também e principalmente a partir dos movimentos sociais pelo direito à diversidade, entre os quais incluem-se os movimentos de mulheres, os movimentos feministas, os movimentos LGBTQ+, as respostas para as mesmas vêm sendo construídas.

Sabemos que uma sociedade em que homens e mulheres vivenciem de fato a igualdade, em que o corpo humano e as diferentes expressões e orientações sexuais sejam respeitadas igualmente pertence, ainda, ao campo da utopia. Mas já nos ensinaram os poetas latino-americanos que ela, a utopia, serve exatamente para que possamos caminhar. O estudo que aqui se apresenta fruto da pesquisa realizada em 2018/2019, segue esta utopia!

2 A MANIFESTAÇÃO DOS PRECONCEITOS NO COTIDIANO ESCOLAR

É necessário pensarmos o que está acontecendo no seio das escolas públicas, espaços de ensino e aprendizagem que deveriam desmitificar o que é apresentado aos indivíduos enquanto adolescentes (público alvo desta produção) por seus círculos sociais e aquilo que já trazem na bagagem de seu desenvolvimento. É nesse espaço que nos deparamos com o que já esperávamos: a manifestação dos preconceitos no cotidiano escolar.

A grande maioria dos/as jovens que participaram das rodas de conversa se posicionaram contra as discriminações presenciadas no dia-a-dia escolar, exceto alguns/mas, que se justificavam a partir do discurso biologicista e ou religioso.

Um dos pontos levantados durante as atividades foi relacionado às roupas usadas pelos jovens dentro do espaço escolar. Já inicialmente, diante da provocação acerca do tratamento que a escola oferece a meninos e meninas, um(a) das participantes se manifestou: “Totalmente diferente. Até porque uma menina de shorts na escola eles não deixam, mas se um menino vir pode de boas¹, sabe?” (R4-P12) (‘expressões comuns no discurso de adolescentes foram mantidas nas citações feitas neste texto; tais expressões são destacadas em itálico.). Tal manifestação explícita o sexismo que impera nas escolas, visto que uma simples peça de roupa é impedida às mulheres, mas liberada aos homens, reforçando o discurso estigmatizante de que mulher “decente” deve ser “recatada e do lar”.

Durante todas as rodas pelo menos um(a) adolescente relatava que havia diferenças nos espaços cedidos aos meninos e aos cedidos às meninas, especialmente durante as aulas de Educação Física, nas quais as professoras ou até mesmo os próprios alunos não permitiam um jogo de futebol misto. Muitas vezes, de acordo com o que foi relatado durante as rodas de conversa, esses discursos de que as meninas têm que jogar vôlei ou algum “esporte feminino” e que os meninos devem ficar com o futebol vem das próprias professoras.

Outra questão muito presente no diálogo entre e com as adolescentes relaciona-se às expectativas das professoras e outras profissionais quanto aos meninos e às meninas. Nesse ponto foi possível perceber dois extremos em relação às notas alcançadas pela mesma: a adolescente R3-P4 relata que um professor já chegou a falar que a sua nota tinha sido menor por ela ser mulher e desta forma, ser inferior aos colegas homens que tiraram notas melhores – e acrescenta, a seguir que “na maioria das salas em que eu já tive aula tem esse preconceito de que menina tem que ter nota melhor que menino. Que menino que gosta de ler, que faz todos os deveres é estranho” (R3-P4). Tem-se, então, um paradoxo sexista no qual os dois extremos apresentados são discriminatórios: o primeiro coloca a mulher como um indivíduo inferior intelectualmente e o segundo a exalta a tal ponto que se ela não alcança as expectativas traçadas é tida como incompetente.

A concepção de que homens e mulheres têm aptidões e capacidades cognitivas diferentes por uma determinação biológica precisa ser problematizada com professores e professoras, tal como pontua Viezzer (1989):

Quando se trabalha conceitos de relações sociais de gênero significa aceitar que as relações entre homens e mulheres não são derivadas da biologia, pois nada justifica que a partir da diferença biológica se construam modelos de relações sociais que impliquem a subordinação de um sexo a outro (*apud* REIS e SANTOS, 2006, p. 3).

Os/as adolescentes levantaram também a questão do preconceito quanto à diversidade sexual e sua invisibilização por parte de toda a comunidade escolar. Quando foi perguntado aos participantes das rodas de conversa se eles percebiam alguma forma de preconceito e/ou discriminação com relação à orientação sexual que foge à heteronormatividade, eles apontaram que sim, de forma explícita, como aqui exemplificamos:

Tipo assim, a pessoa está sofrendo preconceito, aí ao invés da terceira pessoa fazer algo pra ajudar, aconselhar, ela prefere ficar na dela sem fazer nada. Aí acaba que a pessoa que está sofrendo vai continuar sofrendo, a pessoa que está praticando vai continuar porque ela acha que está certa e acaba que a terceira pessoa vai contribuir para o que está praticando (R1-P1).

Ou seja, o preconceito está instaurado no meio escolar, os/as adolescentes percebem-no, mas, embora explícito, tal manifestação preconceituosa é também velada, uma vez que os sujeitos escolares preferem calar-se diante do mesmo. Segundo Louro (2000), citada por Jesus *et al* (2015, p. 281), a suposição de que só pode haver um tipo de desejo sexual torna muito difícil para alguém “assumir” sua orientação homossexual, o que acarreta a negação da homossexualidade e as oportunidades dos adolescentes assumirem sem culpa ou vergonha seus desejos. Isso se torna mais preocupante quando analisamos o momento de repressão que estamos vivendo contemporaneamente, pois esses relatos são de vivências ocorridas intramuros escolares.

Foram diversas as falas das adolescentes que afirmaram perceber essa discriminação nas escolas, como a que aqui citamos:

É o que mais acontece, né, eu tinha uma amiga que é lésbica e só pelo fato de eu ser amiga dela, as pessoas ficavam falando que eu era namorada dela. Aí eu acho que isso na escola é o que mais acontece, e acho que isso não deveria ser normal. A gente que vê e não faz nada acaba normalizando a situação nas escolas (R1-P2).

Segundo Silva (2018, p.2), “o *bullying* lgbtfóbico presente nas escolas caracteriza-se como uma privação imposta ao sujeito LGBT, negando-lhe os direitos que lhes são devidos como ser social”.

Sendo a adolescência, o momento mais conturbado para os indivíduos pela finalização do período escolar, pela expectativa dos familiares quanto a emprego e futuro acadêmico desses jovens, ressaltamos novamente nossa preocupação diante dessa realidade.

Considerando esse momento complexo que essas jovens vivem, não podemos ignorar os efeitos negativos que o acúmulo desses aspectos, juntamente com as expectativas dos pais, pode causar, como: ansiedade, depressão, ideações suicidas, dentre outros.

Acolhê-las, mostrar-lhes que não estão sozinhas, que têm alguém que possa ampará-las e orientá-las e, se necessário, oferecer uma ajuda qualificada diante de suas necessidades é uma tarefa que se impõe a educadoras e educadores. Tarefa que exige preparação teórica, disposição para o diálogo, respeito à diferença e às diversidades.

3 MANIFESTAÇÕES DOS PRECONCEITOS NAS RELAÇÕES FAMILIARES

A escuta dos/as adolescentes foi marcada também por falas que destacavam como ocorrem questões relativas à liberdade para sair de casa de cada um/a, bem como divisão de afazeres domésticos, tais como:

Normalmente, os meninos têm muito mais liberdade que as meninas. Os pais não deixam a menina sair, ficam implicando com roupa. Se a menina fica com muitos meninos o pai chama atenção, se o menino fica com muitas meninas o pai acha bom. Penso que é injusto. Que a menina também tem que ter liberdade de escolher (R1-P1).

Estão demarcadas nesta observação diferenças construídas e reforçadas socialmente no que diz respeito à liberdade de escolhas entre meninos e meninas. Nota-se que a partir do sexo biológico determinados comportamentos são julgados socialmente de formas distintas. Neste contexto, Torrão Filho (2005 p.138) destaca que se há diferenças biológicas entre os sexos não são elas que determinam as desigualdades entre eles. Não apenas as mulheres aprendem a ser femininas e submissas, mas também os homens são vigiados na manutenção de sua masculinidade.

Adolescentes participantes das rodas de conversa apresentaram intervenções instigantes quanto a isso: “Quando eu era mais nova eu perguntava se poderia fazer tal coisa, e minha mãe falava não. Se fosse meu irmão perguntando, pode. Por que ele pode e eu não? Porque ele é homem” (R1-P11). Ou ainda: “ele fala que tenho que voltar cedo para casa e eles vivem jogando na minha cara que se eu fosse um homem eu poderia chegar a hora que eu quisesse...” (R2-P13).

Estão destacadas a restrição de determinadas atividades quando não se trata de um “homem”. A partir disso, torna-se relevante questionar o papel da família na formação do sujeito em desenvolvimento, nota-se que os familiares reproduzem determinadas construções sociais que culminam no reforço à desigualdade de gênero. No que diz respeito ao papel da instituição familiar, Bernardi (1985, p. 45) afirma que:

A família habitualmente é uma cópia miniaturizada da sociedade e tende a imprimir na personalidade dos subordinados uma determinada estrutura psíquica aprovada por essa sociedade e, para isso, vale-se de meios sugeridos por ela.

No que se refere à formação de identidades, Louro (2000) observa que as identidades de gênero e sexuais são compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade.

O que a sociedade propõe enquanto normas são construídas ao longo do tempo, conforme esclarece Nogueira (2010, p.15):

Enfatizar o caráter fundamentalmente histórico, social, cultural e linguístico do gênero não significa negar que ele se constrói com corpos que passam a ser reconhecidos e nomeados como corpos sexuados. Desse modo, quando discutimos a produção de diferenças e desigualdades de gênero, deveríamos de algum modo, fazer uma análise dos processos sociais mais amplos que discriminam sujeitos diferentes em função de seu gênero.

Partindo da observação do cotidiano familiar, um participante aponta:

Geralmente, família, ela não exerce uma pressão tão grande sobre o homem, no sentido de... geralmente ele é mais livre para sair, ele é mais aberto a isso, mulheres não, eles já querem prendê-las mais em casa, cuidar dos afazeres domésticos. Isso é muito discriminatório dentro de casa. (R4-P1)

Ressalta-se a “discriminação”, que denuncia a presença da desigualdade, segregação desde o início do desenvolvimento do sujeito, tendo como imposição normas sociais construídas que destacam expectativas de papéis diferentes de acordo com o gênero, neste sentido Nogueira (2010 p. 17-18), discute sobre a necessidade de repensar tais papéis:

A mulher não deixou de ser mulher e sim acumulou tarefas e responsabilidades do lar, as formas pelas quais se reconhece e se distinguem as desigualdades de gênero exercidas pela sociedade. Tendo em vista a história das relações de poder entre homens e mulheres, se faz necessário pensar e repensar na reprodução desses papéis.

Utilizar afirmações biológicas em busca de explicar questões de gênero, reafirmando binarismo, na tentativa de eliminar qualquer outra possibilidade de questionamentos acerca do que realmente constrói gênero e sexualidade é geralmente uma justificativa utilizada para manutenção de privilégios e desigualdades tendo ou não tal intencionalidade. Destaca-se a pontuação do sujeito adolescente: “A função do homem para evolução era procurar um alimento, era defender aquela família dele, o povo dele. E a mulher enquanto isso estava lá cuidando dos filhos, das filhas. Então é uma questão... eu vejo uma questão mais biológica” (R4-P8)

Contrapondo esta afirmação, Spitzner (2005, p. 24) explica que “no período paleolítico, verifica-se que as comunidades eram comandadas pelas mulheres, ou seja,

eram elas as encarregadas de executarem as atividades, que garantiam a sobrevivência dos membros, por isso este período é denominado de matriarcalismo”.

Contrapor argumentos apresentados pelas adolescentes que reproduzem, de alguma forma, o sexismo e a desigualdade de gênero, como o aqui citado anteriormente, é tarefa dos educadores e educadoras. E para cumprir tal tarefa, há que se cuidar da formação docente. Muitas vezes, acredita-se, professores e professoras não estão preparadas/os para enfrentar um embate como este que considera como verdade inquestionável o patriarcado que marca a atualidade.

Desde a infância está predeterminado de acordo com o sexo biológico o possível futuro do sujeito. “Quando o médico diz ‘é menina’ ou ‘é menino’, invoca-se uma performatividade em torno destas expectativas invocam-se as performances de gênero.” (BENTO, 2006, p. 2). A fala de um/a adolescente ilustra esta afirmação:

Então é muito diferente a criação, a menina desde pequena... “vem aqui na cozinha, vou te ensinar a fazer isso, você tem que aprender a limpar a casa, tem que aprender a fazer aquilo porque seu marido vai precisar disso, disso, disso”. Já menino, não: “vai jogar futebol, vai lá, volta antes de escurecer”. É tipo assim, a menina geralmente é criada mais dentro de casa, mais presa, conservar mais, pra que um dia ela possa casar e o menino é totalmente diferente, ele fica fora de casa, brincar com os meninos, essas coisas (R4 -P1).

Observa-se que as expectativas em torno deste gênero construído são inúmeras e distintas, o que leva a questionar as ditas “oportunidades iguais” para todos. Faz-se necessário ter clareza quanto ao que é determinado socialmente para cada sujeito dentro de suas realidades e também quanto ao papel que a educação cumpre ao propor distinções entre os gêneros que implicam em oportunidades diferentes para cada um e cada uma. Se as obrigações do lar recaem mais sobre a “menina”, presume-se que ela tenha menos tempo para se dedicar aos estudos. Para alimentar esse debate, recorre-se a Campos e Teixeira (2010):

Para além da diferença biológica e sexual entre homens e mulheres, as sociedades elaboram de maneira diferenciada, social, econômica e culturalmente determinada, um conjunto de normas, valores, costumes e práticas que definem modos de ser, atitudes e comportamentos próprios a homens e mulheres. Esta construção prescreve as próprias relações entre ambos, frequentemente caracterizadas por assimetria na distribuição de poderes. (p. 21)

Analisando todas as pontuações realizadas pelas participantes das rodas de conversa, entende-se que, conforme aponta Bento (2006, p.3), “não há corpos livres anteriores aos investimentos discursivos”. Tais investimentos são realizados em diversos cenários, impostos através de instituições religiosas, disseminados através do que absorvido por famílias, é campo de investimento para políticas públicas, se fazem presentes

nos currículos escolares, enfim, são investimentos que irão formar os sujeitos. Todos estes contextos, com investimentos que contribuem para a manutenção da desigualdade de gênero, culminam em estatísticas como aumento de violência de gênero do Brasil, que entre 2007 e 2017 cresceu 20,7%, como mostra o Atlas da Violência (BRASIL, 2019, p. 35). Portanto, tornam-se fundamentais questionamentos acerca dos discursos que vêm sendo investidos na tentativa de romper estatísticas, bem como transformar contextos para que as vivências das adolescentes não sejam alvo da reprodução de normas e performatividades predestinadas.

4 ORIENTAÇÃO SEXUAL COMO IDENTIDADE E COMO OPÇÃO

Michel Foucault (1999c), ao estudar os mecanismos de disciplinarização nas sociedades, elaborou a ideia de que a sexualidade é um dispositivo regulatório na construção das subjetividades que visa a manutenção da heteronormatividade. Percebe-se essa ideia reproduzida no discurso dos/as adolescentes:

Eu acho que é uma questão mais biológica. No sentido assim, não começou do nada. É... homem brincar de carrinho e mulher brincar de boneca, por exemplo, não estou falando que é uma regra. Estou falando que é uma questão biológica. Porque... desde os homens das cavernas, porque que a gente sobreviveu até hoje. Porque exatamente tinha uma questão biológica naquilo. O homem, ele... a função do homem para a evolução era procurar um alimento, era defender aquela família dele, o povo dele. E a mulher enquanto isso estava lá cuidando dos filhos, das filhas. Então é uma questão... eu vejo a questão de brinquedo uma questão mais biológica.

Então, mas é uma questão de, lá não tinha essas coisas. Não tinha questão de tipo assim, não porque o homem tem que ir lá e proteger, o homem que tem que pegar a comida. Não porque a mulher... não, mas é uma questão biológica. A mulher em si ela já é mais afetiva, a mulher já é mais cuidadosa. Não estou falando que é uma regra, estou falando que é uma questão biológica. Que o homem já é mais voltado para a força bruta também, o homem já é assim. Então eu acho que isso vem, virou como ela falou né... se eu posso falar assim, virou uma cultura, mas por questões biológicas. Não por questões de imposição, né? Foi uma coisa natural (R4-P3).

Esta normatividade opera sistematicamente nas práticas históricas e sociais, produzindo efeitos duradouros de territorialização no campo subjetivo. Atuando como instrumento regulador, ela estabelece fronteiras entre determinadas práticas tidas como inteligíveis, lícitas e reconhecíveis e outras consideradas ininteligíveis, ilícitas e abjetas, as quais constituem território dos anormais (FOUCAULT, 1999c): “se ela nasceu ela vai descobrir na vida mais para frente, porque uma criança não vai ter maldade na vida. Ela é uma criança” (R2-P9).

Butler (2003, p. 58) afirma que o gênero é a própria norma. “Sujeitado ao gênero, mas subjetivada pelo gênero, o ‘Eu’ nem precede, nem segue o processo dessa ‘criação

de gênero', mas apenas emerge no âmbito e como a matriz das relações de gênero propriamente ditas.

A naturalização dos processos de construção da identidade decorre da repetição das normas construtivas, sendo reiterada através do tempo, do domínio da linguagem reforçando assim seu efeito naturalizante (BUTLER, 2003). "Iguar agora, está tendo muito chá de bebê e coloca dentro do balão: 'menina rosa e menino azul', só que aí não tem nada a ver, porque o que uma cor com brinquedo vai definir na vida de alguém e mesmo se definir, qual problema?" (R3-P12).

Interessante é esse estereótipo de que menino brinca de carrinho. É, desde quando o carro simboliza uma figura masculina? Mulher também dirige, pelo que eu saiba. Então, assim, quando eu era criança (...) eu gostava de jogos de simulação de carro, gostava de brincar de carrinho também, eu tenho primos meninos e eu cresci assim tanto com os dois convívios. E eu não acho que isso influencia a sexualidade, a criança está simplesmente brincando ali (R4-P10).

No espaço escolar, por ser um local de socialização, observamos dificuldades em trazer para o centro das reflexões as desigualdades entre os sexos, bem como os significados de gênero subjacentes a essas desigualdades e pouco contemplados pelas políticas públicas que ordenam o sistema educacional. Percebe-se certa concentração de esforços no binarismo (homem/mulher) e na heteronormatividade, restringindo a superação de preconceitos e discriminação. Todos aqueles que não se enquadram nesse modelo heteronormativo são estigmatizados e excluídos, prevalecendo um discurso que encaminha a orientação sexual como ações fixas que alimentam a ideologia de naturalização da heterossexualidade como inata, dada.

Quanto a isso, vale a pena destacar diferentes manifestações dos/as adolescentes negando a ideia de opção sexual, mas afirmando a ideia de que a orientação sexual é definida biologicamente (a partir da gestação / nascimento da criança).

Não [negando a ideia de opção sexual]. Por que que alguém iria querer sofrer? Por que alguém iria preferir "ah não, eu vou ser homossexual mesmo sabendo que a sociedade vai me julgar, que a minha própria família vai me julgar, que meus amigos e *que meu meio vão* me julgar". Eu acho que isso é uma coisa que já vem de berço. (R4-P8)

Eu penso que tipo, é uma coisa que como muitas pessoas pensam, acham que é de criação. Eu não acho, acho que a pessoa realmente nasce com isso, que é uma coisa que é descoberta e tal. Porque eu nunca vi que é questão de criação não, não sei como funciona, nada..."(R3-P1).

A sociedade busca essencializar, naturalizar, simplificar, medicalizar, patologizar, estimular e até mesmo perpetuar as proibições, tabus, preconceitos, controles, afastando, a priori, a luz da ciência e do conhecimento da sexualidade.

Por outro lado, os/as adolescentes mostram preocupação com a necessidade de que aqueles e aquelas que fogem à heteronormatividade encontrem apoio. É preciso “procurar alguém pra conversar, pra aconselhar, porque a mãe não vai deixar de amar o filho dela pela opção sexual” (R3-P13). Afirmam também a importância do respeito:

Aceitar é você apoiar. Não precisa aceitar “ta, eu vou apoiar” todo mundo tem que ser homossexual agora, é o aceitar e aceitar, entendeu? É você não querer todo mundo seja, mas não eu te respeito, é sua escolha, você tomou essa decisão sozinho, então é isso que você vai seguir? Eu te respeito por isso (R3-P8).

Embora demonstrem ideias por vezes confusas quanto ao campo da afetividade, do erotismo, das preferências, escolhas, construções, desconstruções, opções, orientações, do desejo e suas variantes e diversidades, os/as adolescentes manifestaram, em sua maioria, abertura para o debate e disposição para a construção de uma cultura do respeito à diferença e à diversidade:

É tipo assim, até o motorista também [referindo-se ao motorista, personagem do vídeo exibido antes do início da roda de conversa], no decorrer do vídeo, antes dos psicólogos comentarem, ele também pensava totalmente diferente, pensava o oposto do que ele falou no final, que ele falou que se tivesse um filho, queria que o filho dele fosse feliz e não ligaria tanto para a opção sexual dele (R1P7).

Isso é muito do ser da pessoa, sabe? Isso não é uma doença como todo mundo fala, a maioria das pessoas fala. Isso é uma escolha e já está dentro da pessoa. Ela só vai descobrir isso quando ela aprender a viver (R5P1).

Eu acho que isso é normal, cada um tem o seu estilo de vida. Se a pessoa quer ser gay, por que que os outros têm que julgá-la? É o gosto dela. Tem que deixar a pessoa escolher o lado dela. Você pode ajudar, falar que isso não é o certo. Mas do jeito que a sociedade condena não é o certo. Só porque você não gosta a pessoa tem que ser daquele jeito. Não tem direito de julgá-la (R6P5).

Manifestações como as aqui destacadas evidenciam, a um só tempo, a urgência de que se realize o debate acerca das questões de gênero com adolescentes no espaço escolar e em quaisquer outros espaços possíveis, a abertura das mesmas para esse debate (embora explicitem ideias confusas quanto ao tema) e a urgência de que a formação docente contemple a preparação de professores e professoras acerca de tal tema.

5 O DETERMINISMO BIOLÓGICO E AS QUESTÕES RELIGIOSAS COMO JUSTIFICATIVAS PARA A DESIGUALDADE DE GÊNERO

Simone de Beauvoir em *O Segundo Sexo - A experiência vivida* [1946] contestou todo o determinismo biológico para justificar as desigualdades de gênero, afirmando que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1967, p. 9), ou seja, que vão sendo ensinados atributos para que os sujeitos se tornem dessa ou daquela maneira. Esta declaração

impulsionou os estudos de gênero, pois a autora faz uma distinção entre o componente social do sexo feminino e seu aspecto biológico. Tal afirmação, ainda hoje é debatida e questionada, revelando o quanto representou de antecipação para os estudos de gênero.

A crítica do movimento feminista se contrapõe ao determinismo biológico que defende que o sexo, definido no nascimento, definiria o destino e o processo de construção de uma correspondência entre sexo, sexualidade e gênero. Apesar do tempo decorrido, ainda está presente na sociedade a concepção de que o sexo biológico está diretamente relacionado à identidade de gênero.

As construções que consideram as diferenças biológicas para justificar as desigualdades entre os sexos enquadram os homens e as mulheres em certos comportamentos que são vistos pela sociedade como naturais, internalizados e sendo apropriados como genuínos. Não há nada de natural nisso, e são construções sociais transmitidas para as crianças que crescem aprendendo e internalizando essas crenças de forma naturalizada, fazendo-se urgente desconstruí-las, a favor de uma efetiva igualdade de direitos para homens e mulheres.

Os aspectos biológicos como determinantes para as desigualdades entre homens e mulheres apareceram nas manifestações dos/as adolescentes:

Na base científica, é o que falei: o cromossomo define quem é a mulher e quem é o homem. A mulher nasce xx e o homem nasce xy, então não tem como mudar isso. A mulher vai continuar sendo mulher do mesmo jeito. Vai continuar sendo xx, mesma coisa o homem, pode ser de outro gênero, mudar de sexo que vai continuar sendo xy. É isso que eu estou querendo dizer. Isso é o básico da ciência, você aprende na biologia acho que no... não sei, na matéria de ciências (R5-P13).

Outra participante reafirma essa ideia: “Gente, biológico que eu falo é questão de genética. É uma questão de o homem, claramente, é cientificamente provado, que o homem é muito mais forte fisicamente do que uma mulher. Isso que eu estou querendo dizer, no biológico”(R4-P3).

Biroli (2018) afirma que a visão binária naturaliza habilidades e pertencimentos e trata-se de uma visão simplificada e ilusória para conectar sexo biológico e comportamentos. Para a autora, reside aqui a chave para a associação entre mulher e domesticidade. Neste contexto, a autora expõe a divisão sexual do trabalho que engendra responsabilização diferenciada com desigualdades nas atuações de homens e mulheres. Sendo estas as principais responsáveis pelo trabalho doméstico, que é gratuito. Enquanto aos homens cabem o trabalho remunerado e oportunidades de lazer e ócio.

Observa-se tanto na escola, quanto na saúde que as formas de abordar e trabalhar as questões de sexualidade e gênero, respectivamente com estudantes e

usuárias(os), são focadas no determinismo biológico. Profissionais tendem a se apoiar na suposição de uma abordagem “científica” que contempla a limitação da sexualidade aos fenômenos da reprodução, definido papéis e funções sociais sexuados, reforçando a heteronormatividade, os preconceitos e a dificuldade de viver e explorar o corpo e a sexualidade. Carvalho e Lorencini Junior (2018), pesquisando na academia sobre os discursos biológicos para os gêneros e as sexualidades, afirmam:

Em contraste com os avanços e conquistas resguardados pelas disposições legislativas para se consolidar a educação para as sexualidades e o respeito aos gêneros, às minorias, às diferenças e às pessoas LGBTQs, cunhados em diversos documentos desde os anos de 1990, a discursividade da educação para as sexualidades, os gêneros e as diferenças, no Brasil, apresenta um caráter histórico que recorre à Biologia como ordenamento dos sexos, gêneros, corpos, desejos e das subjetividades (p. 584)

Ou seja, desconsidera-se como sexualidade e gênero são construídos por fatores históricos, sociais, culturais e políticos. Nesta linha, o corpo humano é o receptor de ações educacionais, preventivas e curativas. Tal conduta contribui para discriminações e exclusões de pessoas que não seguem as normatizações, em ambientes que poderiam ser acolhedores e promotores de saúde e bem-estar.

Louro (2004) afirma que a nomeação do sexo ao nascer inicia um caminho de feminização ou de masculinização que continuará por toda a existência do sujeito. A escola contribui neste processo ao instruir, de diferentes maneiras, como meninas e meninos se comportam. Os corpos desejantes e curiosos são disciplinados e educados na escola para conter sua sexualidade.

Não tem como colocar é... o homem e a mulher no mesmo, exato patamar em questões biológicas. Querendo ou não a mulher não vai ser exatamente igual ao homem em tudo. Não estou falando que ela é especificamente o sexo frágil, porque a gente é forte, sim. Mas eu acredito que a mulher tem uma certa delicadeza que falta ao homem em alguns sentidos. (R 4 P 10)

Biroli (2018) considera que o mundo moderno não superou o patriarcado, definido brevemente:

...como um complexo heterogêneo, mas estruturado, de padrões que implicam desvantagens para as mulheres e permitem aos homens dispor do corpo, do tempo, da energia de trabalho e da energia criativa destas. É ativado de forma concreta, nas instituições e nas relações cotidianas (p. 11).

Esta visão da mulher descrita como delicadeza por uma estudante revela esta visão binária vigente no patriarcado que define o comportamento feminino submisso e mantém padrões desiguais, injustos e desencadeadores de violências.

As feminilidades e as masculinidades são construções históricas e sociais que precisam ser bem compreendidas e dialetizadas. A explanação de uma participante

quanto ao tema do curta exibido como motivador para as rodas de conversa, justifica a escolha dos brinquedos de acordo com o binarismo sexual pelo viés biológico.

Para Foucault (1999b), a sociedade impõe ao corpo limitações e proibições, sujeitando-o através da disciplina, de métodos que permitem o controle minucioso de suas operações. Trata-se de uma política das coerções que com a disciplina fabrica corpos submissos e exercitados, corpos dóceis ou obedientes que são manipulados e modelados por meio de diversas instituições sociais (escola, quartel, hospital, convento, oficina etc.). Foucault afirma que as instituições dominam os corpos “não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina” (FOUCAULT, 1999b, p. 164).

Observa-se que sobre o corpo feminino recai um cuidado e um desvelo que ocasiona o controle desse corpo individual e de outros corpos que ela venha a formar. Foucault (1999a), analisando as sociedades disciplinares aponta a estratégia de biopoder. Nas sociedades normativas, as sexualidades representam o atravessamento das disciplinas e dos poderes sobre o corpo. A biologia contribuiu com explicações das condutas fisiológicas e sociais, foi junto a essas normas criadas como verdadeiras, a partir do Século XIX, que a biologia, em especial, ajudou a instaurar explicações para as condutas fisiológicas e sociais, engendrando procedimentos reguladores e técnicas disciplinares da população.

O biopoder concretamente é o poder sobre a vida sendo constituído de dois polos: as disciplinas do corpo e as regulações da população. Para Foucault (1999a), o controle do corpo, do comportamento e da sexualidade das mulheres é uma estratégia política. Embasado em discursos sobre a sexualidade, o corpo e a mulher, produzem-se normas e controles para os saberes e verdades que são incorporados pela sociedade. É o que nos revelam algumas das manifestações adolescentes, como a aqui apresentada:

Eu volto a insistir na tecla da biologia também. Volto a insistir porque é instinto, a questão do masculino, olha, o homem sente mais atração ao olhar, ao ver. A mulher já sente mais atração na palavra, no carinho, no odor, entendeu? É a mesma questão, uma questão biológica também, o homem é atraído pelo olhar e a mulher mais pelo sentir. A mulher em si já é mais afetiva, a mulher já é mais cuidadora (R5-P3).

Os papéis de gênero rígidos são validados por um essencialismo também biológico relacionado à perpetuação reprodutiva das espécies. As mulheres definidas como maternais, submissas e incumbidas do cuidado da prole, sendo reservados aos homens o espaço público e o trabalho externo ao lar.

Uma contribuição importante neste campo foi a organização de movimentos feministas a partir de 1960, que estimularam a incorporação de pautas de movimentos

negros, gays e lésbicos. As reivindicações feministas aconteceram por direitos ao voto e participação na política e na vida pública, pois o lugar reservado à mulher era o espaço privado do lar. Seguiu-se a luta por direitos reprodutivos e as discussões com relação à sexualidade.

Com a luta pela emancipação feminina, a discussão dos papéis sexuais impostos para mulheres e homens nas sociedades ocidentais tornou-se mais visível, possibilitando a discussão das desigualdades sociais geradas por relações de saber e poder, da afirmação política das minorias étnicas e sociais e dos ideais de contracultura dos grupos manifestantes no período. Posições discriminatórias e segregativas passam a ser mobilizadas e desconstruídas com a problematização dos conceitos de gênero, raça, classe e pertencimento cultural que se intersectam nas dinâmicas pessoais e sociais. (CARVALHO E LORENCINI JR. 2018 p.580)

Scott, em 1988, escreveu *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica* como uma categoria de análise histórica que engloba os símbolos culturais da tradição cristã ocidental, os conceitos normativos, a dimensão política e as identidades subjetivas. Para a autora:

Minha definição de gênero tem duas partes e várias subpartes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser analiticamente distintas. O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único (p. 21).

Portanto, a categoria gênero refere-se a uma perspectiva analítica histórica, relacional, instituída culturalmente, um modo de referir-se a um sistema de relações sociais ou entre os sexos (SCOTT, 1988, p. 4), construída a partir de discussões desenvolvidas nos campos social e acadêmico.

No decorrer da história, as sociedades vão construindo os significados sociais atribuídos aos sexos. Lima (2011) relata que o pensamento ocidental judaico-cristão criou a visão do homem como forte e viril, atribuindo à mulher a marca de sexo frágil e doce. Com esta divisão, ao homem é atribuído o espaço da produção e público e à mulher, a reprodução e o espaço privado. Este processo, ainda presente na sociedade está representado na seguinte fala:

Tem essa relação com o temperamento, a mulher é sensível, ela é amorosa. A grande maioria, né, não estou generalizando, mas a grande maioria e eu acredito até que isso envolve a maior frequência de mulheres, porque vem o medo. A mulher, por achar ou por saber que depende das pessoas... que ela não tem força suficiente para revidar aquilo, ela fica com medo. Ela se sente ameaçada por uma pessoa que aparentemente é mais forte que ela (R4P10).

Butler (2003) discorre sobre o conceito de gênero e o concebe como uma categoria múltipla e relacional que abarca códigos linguísticos institucionalizados e representações políticas e culturais. A autora destaca que há conceitos cristalizados e naturalizados na sociedade decorrente de uma heterossexualidade compulsória pelo falocentrismo. Essa categorização perpassa por uma relação de poder que se expressa em uma linguagem, que por sua vez, assume caráter político, ou seja, só se é alguém no momento em que facilmente seja identificado seu sexo biológico, e, por conseguinte seu lugar no mundo, como também facilitará sua inclusão no ordenamento jurídico.

Para Butler (2003) não existe a separação dicotômica sexo - biológico, gênero-social. Dentro de uma perspectiva pós-moderna, destaca as construções linguísticas e discursivas relativas às diferenças sexuais sustentando o conceito de performatividade. Tal conceito evidencia que o gênero é construído na ação e transcende os binarismos masculino e feminino hegemônicos. A autora considera o sexo e o gênero como dimensões culturais e independentes, o que permite entender gênero como um artifício flutuante, rompendo com o sistema binário. Há outras dimensões como as travestis, os transgêneros, os transexuais etc., com composições e estruturações diversificadas de identidade de gênero, sexo biológico e sexualidades. A autora afirma que os corpos sexuados podem dar ensejo a uma variedade de gêneros diferentes, assim como o gênero em si, não está necessariamente restrito aos dois usuais.

No Brasil, o ensino religioso está garantido pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 [BRASIL, 2016] e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, [1996]). O movimento de grupos religiosos insere suas reivindicações e seus interesses na legislação demonstrando resistência ao Estado laico, bem como impondo preceitos morais na educação. Nas discussões do Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado em 2014, e dos Planos Estaduais e Municipais nos últimos anos, diferentes grupos tentaram boicotar os debates e exigiram a exclusão de temas como questão racial e as questões de gêneros, etnia, grupos LGBT, pessoas com deficiência, indígenas e de outros grupos socioculturais. E, conseqüentemente, negava-se o reconhecimento e valorização das contribuições do povo negro, das mulheres, dos movimentos LGBT, da pessoa com deficiência, dos indígenas e outros grupos socioculturais.

Desde 2015, diversos projetos de lei tramitam pelo Brasil criando dispositivos que denunciem ou impeçam os professores de discutir questões de gênero em suas aulas. Tais projetos inspiram-se no movimento Escola sem Partido, idealizado por Miguel Nagib, em 2004 e que afirma representar pais e estudantes contrários ao que chamam de “doutrinação ideológica” nas salas de aula brasileiras, combatendo o uso do sistema

educacional para fins políticos, ideológicos e partidários e defendendo o direito da família sobre a educação moral de seus filhos.

Em 2004, o Ministério da Saúde / Conselho Nacional de Combate à Discriminação apresentou o Projeto Brasil sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e de Promoção da Cidadania Homossexual. Após a realização de duas Conferências Nacionais de Direitos LGBT, partiu-se para a criação do Programa Escola sem Homofobia no Ministério de Educação (MEC). Resistências por parte dos setores conservadores da sociedade, movimentos religiosos e do congresso nacional levaram a então presidente Dilma Rousseff a suspender o que foi, pejorativamente, apelidado de kit gay.

Associado a este contexto, vivemos no país um momento de retrocessos na área do desenvolvimento social que vem se agudizando desde os primeiros meses de 2019. As pautas que apenas mais recentemente tiveram uma visibilidade são desqualificadas e a supressão de direitos sociais e a omissão do Estado na proteção aos grupos vulneráveis trazem um quadro preocupante.

No entanto, foi possível, nas rodas de conversa, ouvir posicionamentos críticos de adolescentes acerca destas questões:

Mas essa questão que vocês estão falando de ser algo biológico, hoje isso é uma ideia muito obsoleta para se pensar. Talvez tipo, alguns milhões de anos atrás, o homem sim, poderia fazer um papel de ser uma figura mais forte, mas acho que hoje isso não se adequa mais. E você dar um boneco para uma mulher hoje e falar “é só você que pode brincar com isso” você está mostrando para ela que ela nasceu para ser mãe e pra ter filho. Enquanto o homem vai trabalhar. Então, acho que a gente está quebrando esse paradigma agora na questão de brinquedo e pensar que é algo biológico é uma ideia muito... então, mas eu estou falando que hoje isso seria algo obsoleto de se pensar. (R4-P12)

Muitas vezes é questão de religião. Mas eu penso assim, é amor do mesmo jeito. Do mesmo jeito que homem pode ficar com mulher pode ser o mesmo sexo junto também ué. É por eles. (R6-P4)

Apesar da presença da defesa do determinismo biológico, da naturalização das desigualdades e de argumentos religiosos durante as rodas, estes depoimentos contrapõem e propõem a quebra de um paradigma. Resta esperança!

6 A CULTURA DA VIOLÊNCIA NO PROCESSO DE EDUCAÇÃO DE MENINOS E MENINAS

Foram observadas, nas rodas de conversas, falas que demonstram as diferenças na educação entre pessoas adolescentes, indicando as diferenças na forma de educação de acordo com o gênero, seja com a naturalização da violência nas relações entre meninos, ou como meninas são educadas para se comportarem de forma passiva.

A declaração da pessoa P10 na R1, “O homem desde criança ele está com o pai e o pai ensina ‘ah tem que olhar, tem que mexer mesmo’, enquanto a gente como mulher não aprende isso”, demonstra como a criação do gênero vem de uma construção social, que se produz através das relações de poder (LOURO, 2000, p. 41), reforçada em diversos âmbitos da vida dos sujeitos. Nota-se a determinação de papéis de acordo com o sexo biológico. Percebe-se, nesta fala, que, supostamente, reproduz o que diz um pai, busca-se estimular o comportamento do filho pressupondo que tal ação configura inseri-lo num padrão heteronormativo, em que predomina a dominação de pessoas do sexo masculino. Butler esclarece:

O fato de a realidade do gênero ser criada mediante performances sociais contínuas significa que as próprias noções de sexo essencial e de masculinidade e feminilidade verdadeiras ou permanentes também são constituídas, como parte da estratégia que oculta o caráter performativo do gênero e as possibilidades performativas de proliferação das configurações de gênero fora das estruturas restritivas da dominação masculina e da heterossexualidade compulsória. (2003, p. 201.)

Concomitante aos questionamentos acerca destas construções sociais foi possível notar também declarações que demarcam determinadas posições de masculino e feminino, a pessoa P13 presente na R5 pontua: “A menina não vai querer que você chegue e dê um soco nela, igual você faz com seu amigo, sabe? Igual eu te falei, homem é homem e mulher é mulher. Os dois são diferentes. A mesma coisa de abraçar, o homem chega dando soco e não abraçando.” Posto isto, ressalta-se a diferença entre homem e mulher, a força do homem e necessidade de demonstrá-la em suas relações, em contrapartida, a fragilidade feminina. Compreende-se de acordo com Louro, 2000, p. 49:

[...] o que estava centralmente implicado em todas essas discussões eram as relações de poder que ali se construíam e se pretendiam fixar. Importava saber quem definia a diferença, quem era considerada diferente, o que significava ser diferente. O que estava em jogo, de fato, eram desigualdades.

Estas desigualdades são evidenciadas, tanto através da demarcação da “diferença”, como com a naturalização da violência nas relações entre meninos. A presença da violência revelou-se ainda através de um relato: P3 na R3 narrou um fato ocorrido quando ainda cursava o ensino fundamental, quando negou uma bolacha a um colega, e o mesmo reagiu agredindo-lhe com um soco no braço. Neste caso, percebe-se que o ato de dar um soco na colega veio diante de uma resposta negativa que contrariou o desejo do sujeito, que reagiu de forma violenta. Entende-se que as ações violentas são produzidas em contextos e espaços relacionais e, portanto, interpessoais, que têm cenários sociais e históricos não uniformes, como ilustra Bandeira (2014, p. 4). Destaca-se a aplicabilidade das ações

em contextos diversos, que constata a desigualdade nas formas de enfrentamento de determinadas situações entre meninas e meninos. Louro (1997, p. 25) ilustra:

As condutas corporais são fortemente amarradas na anatomia masculina ou feminina em uma construção arbitrária dos sentidos, atribuições que instituem identidades por meio nas relações de poder nas quais diferentes “instâncias, práticas ou espaços sociais são “generificados” – produzem-se ou enquadram-se a partir das relações de gênero.

No que se refere à atração sexual, destaca-se a fala P10 na R4: “A gente também sente atração sexual, da mesma forma, mas a gente não materializa tudo. E a mulher foi muito materializada.” Beauvoir (2016) afirma que o homem se colocava como o Sujeito e considerava a mulher como um objeto, o Outro. Nota-se que o lugar ocupado pela mulher foi construído historicamente e na fala da adolescente percebe-se um incômodo devido à objetificação feminina, ainda presente nos dias atuais.

As diferenças no modo de tratamento entre meninos e meninas são demarcadas por P5 na R3: “Digamos assim que eles criam um homem que tem que ser forte – ‘você tá chorando? Para de chorar, homem não chora’, mulher é mais frágil, ‘você está chorando? Vem cá’, você não pode fazer isso. O homem é criado mais forte, a menina é mais frágil, ‘não sabe’ se defender.”. Nesta fala é estabelecida uma relação entre não chorar e ser considerado forte, e chorar como demonstração de fragilidade, Connel (1995, p.190) elucida que “a maior parte dos rapazes internaliza essa norma social e adota maneiras e interesses masculinos, tendo como custo, frequentemente a repressão dos seus sentimentos”.

Analisa-se nas falas destacadas, um aparato crítico baseado em fatos e informações de cunho amplo, que passa por conhecimento adquirido, falas baseadas em experiências individuais. Muitos participantes das rodas de conversa demonstraram interesse em discutir os temas abordados, destacando a importância de falar sobre, inclusive demonstrando certa insatisfação pela ausência de debate acerca do tema como fica evidenciado na fala de uma pessoa adolescente P10 na R1: “Fazer uma coisa para menina é feio e para homem não. Uma coisa que a sociedade impõe e a escola é o reflexo daquilo”.

Verifica-se, em geral, o impacto das construções sociais no cotidiano das pessoas adolescentes em diversos âmbitos, inclusive no ambiente escolar. Potter (1992) compreende que chegamos nus ao mundo, mas logo somos adornados não apenas com roupas, mas com a roupagem metafórica dos códigos morais, dos tabus das proibições, dos sistemas de valores que unem a disciplina aos desejos de polidez e policiamento.

7 A MANIFESTAÇÃO DE PRECONCEITOS NA FALA DAS/DOS ADOLESCENTES

Deparamo-nos com falas que vinham do preconceito de várias questões de gênero, sendo a primeira a ser identificada, sobre identidade sexual na qual o adolescente

diz “graças a deus eu sou homem” (R2-P8). O sujeito em questão apresenta certo alívio por se sentir inserido na heteronormatividade e é aí que pode ser gerado o preconceito que permeia toda nossa sociedade, pois em grande parcela, esse “alívio” diz da questão de que ele não passaria pelos mesmos problemas que a comunidade LGBT e as mulheres.

Infelizmente o preconceito já está instaurado em nosso meio, justamente pela forma de criação que vem sempre se perpetuando através dos séculos, mais especificamente após a expansão do cristianismo que defende uma sociedade patriarcal e machista.

Freud já dizia em seu texto *O mal-estar na civilização*, de 1930, que o sofrimento nos aflige a partir de três direções, sendo a mais penosa a relação com os outros homens. Desta forma, pode-se analisar o seguinte trecho retirado de uma das rodas de conversa: “na escola em que eu estudava, eu estudei a vida inteira com as *maria homem*” (R2-P7). Obviamente, não é possível negar o caráter pejorativo no discurso do/a adolescente ao se referir a meninas que, na sua concepção, apresentam uma performance masculina. Talvez, o/a adolescente esteja apenas reproduzindo um discurso que ouviu desde criança, no âmbito familiar, em que seus responsáveis já apresentavam essa fala engessada em sua subjetividade. Jaqueline de Jesus traz uma questão histórica que vale a pena salientar:

Mulheres de países nórdicos têm características que, para nossa cultura, são tidas como masculinas. Ser masculino no Brasil é diferente do que é ser masculino no Japão ou mesmo na Argentina. Há culturas para as quais não é o órgão genital que define o sexo. Ser masculino ou feminino, homem ou mulher, é uma questão de gênero. Logo, o conceito básico para entendermos homens e mulheres é o de gênero. [...] Se adotamos ou não determinados modelos e papéis de gênero, isso pode depender de nossos órgãos genitais, dos cromossomos ou de alguns níveis hormonais. (JESUS, 2012, p.8).

Ela aponta claramente as diferenças que cada sociedade pode apresentar a respeito da questão de gênero. Apesar de já estar instaurado, esse preconceito na fala dos adolescentes não deixa de ser uma questão cultural, sendo assim, é possível uma mudança a longo prazo.

Ao decorrer das rodas de conversa fomos observando mais atentamente essas falas e percebemos a utilização da história como comparação com a atualidade, por exemplo, ao dizerem que “antigamente era o movimento feminista, antigamente elas lutavam pelo seu direito, hoje em dia é bagunça” (R5-P1), porém não há um fundamento teórico nessa afirmativa, visto que uma simples pesquisa sobre o movimento feminista pode nos apontar que:

Questões concernentes a gênero (e mais especificamente a mulheres) costumam ter um pouco mais de receptividade e têm obtido avanços relativamente mais expressivos. Isso, em grande medida, resultou do empenho dos movimentos feministas que, a partir da década de 1970, conseguiram promover ações pontuais dentro das escolas. Tal atuação se deu contemporaneamente à

realização de importantes estudos acerca da condição da mulher na sociedade brasileira. Nas décadas seguintes, as feministas lograram agir de modo mais integrado e realizar ações voltadas para a educação de mais ampla abrangência. (BRASIL., 2007, p. 11)

Dinis (2008) aponta em um de seus textos os estudos de Roland Barthes, os quais discutem o papel da linguagem como fator de exclusão e exercendo um papel fascista “cuja principal função não é comunicar, mas nos sujeitar, nos obrigar a dizer”. Além da crítica infundada ao movimento feminista, há também certa negação em aceitar que existem orientações sexuais, diferente do que é empregado pelo atual sistema heteronormativo (opção sexual), como podemos perceber nesse trecho de uma das rodas de conversa: “eu escutei sobre a opção sexual basicamente em tudo” (R4-P3).

Percebemos também que alguns/mas participantes demonstravam uma falsa aceitação, principalmente no quesito da demonstração do afeto homoerótico. Utilizavam da famosa afirmativa “eu não sou preconceituosa, tenho na família e tal” (R6-P5), porém logo em seguida apontavam que casais homo não deveriam demonstrar afeto em público.

Em 1997 foi proclamada, no 13º Congresso de Sexologia em Valencia, Espanha, a declaração de direitos sexuais da Associação Mundial para a Saúde Sexual (WAS), a qual:

AFIRMA que a igualdade e não discriminação são fundamentais à proteção e promoção de todos os direitos humanos e incluem a proibição de quaisquer distinções, exclusões ou restrições com base em raça, etnia, cor, sexo, linguagem, religião, opinião política ou outra qualquer, origem social ou regional, características, status de nascimento ou outro qualquer, inclusive deficiências, idade, nacionalidade, estado civil ou familiar, orientação sexual e identidade de gênero, estado de saúde, local de residência e situação econômica ou social. (World Association for Sexual Health, 1997)

Portanto, fica claro que casais homoeróticos gozam dos mesmos direitos que os demais, sobretudo em locais públicos.

Houve também um/a participante que defendia ferrenhamente a agressividade como característica masculina e que o homem é menos sensível. Podemos afirmar que tais comportamentos são construções sociais, visto que “o modelo de virilidade que imperou inquestionável até bem pouco tempo deu origem a um processo de socialização opressivo e estereotipado, através do qual o menino aprende a ignorar suas necessidades afetivas, desvalorizando aquilo que sente e ignorando seus desejos mais íntimos” (WANG et al., 2006, p. 56).

O ideário do patriarcalismo teve grande influência no modelo ocidental de masculinidade, sendo assim, os desempenhos profissional e sexual tornaram-se as principais referências para a construção do ideal de comportamento masculino. Em alguns casos, o baixo desempenho desses fatores pode levar o homem a fazer da violência a

principal alternativa de defesa contra o sentimento de frustração. Tal situação acaba por criar um ciclo vicioso hereditário que dificilmente vai ser quebrado em gerações futuras, porém vale salientar que a agressividade é uma qualidade inerente ao ser humano, independente de sexo ou idade, o que significa que não é exclusividade natural dos homens.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas neste texto são fruto da análise de conteúdo de seis rodas de conversa com adolescentes. Optou-se por identificar cada um(a) deles(as) com a letra P. Desta forma, R4-P3, por exemplo, refere-se à quarta roda de conversa realizada e ao/à adolescente número 3 desta mesma roda (cada um e cada uma recebia um número no início da rota, facilitando, assim, o trabalho de transcrição das falas para futura análise).

Buscar-se-á, agora, provocar, junto a unidades escolares que atendem adolescentes e espaços de formação docente o diálogo sobre a análise que se fez a partir do que disseram meninos e meninas acerca das relações de gênero e educação. Desta forma, cumpre-se o que salienta o título deste texto: na escuta dos adolescentes, um aprendizado!

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Soc. estado**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 449-469, Aug. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 de fevereiro de 2019.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BENTO, Berenice. Corpos e próteses: Dos limites discursivos do dimorfismo [Versão eletrônica]. SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO EM FLORIANÓPOLIS. Brasília, 2006. **Anais**. Universidade Nacional de Brasília, 2006, 7, 1-7. p. 2-3.. Disponível em: <http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/fg7/artigos/B/Berenice_Bento_16.pdf>. Acesso em 12 de novembro de 2019.

BERNARDI, M. **A deseducação sexual**. São Paulo: Summus, 1985.

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. [2016]. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 29 de maio de 2019.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 - **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso em 29 de maio de 2019.

BRASIL. Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014 - **Aprova o Plano Nacional de Educação –PNE e dá outras Providências**. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm/> Acesso em 29 de maio de 2019.

BRASIL. **Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual**. Conselho Nacional de Combate à Discriminação/Ministério da Saúde, 2004. Disponível em <https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf> Acesso em 29 de maio de 2019.

BRASIL. **Gênero e Diversidade Sexual na Escola: Reconhecer diferenças e superar preconceitos**. HENRIQUES et. al. (Org.). Cadernos Secad 4. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/Ministério da Educação, Brasília: 2007. 87 p. Disponível em: <http://blog.aai.ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2015/07/bib_cad4_gen_div_prec.pdf>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.

BRASIL. **Atlas da violência 2019**. Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. p. 35. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784&Itemid=432>. Acesso em 17 de fevereiro de 2019.

BUTLER Judith. **Problemas de Gênero**. Feminismo e Subversão da Identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, F.A. e LORENCINI JR, A. Ainda somos oitocentistas? Desafios feministas para a educação sexual e o ensino das ciências. V SIMPÓSIO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO SEXUAL – SIES 2017. **Anais**. Disponível em: <www.sies.uem.br/trabalhos/2017/3255.pdf> Acesso em 03 de maio de 2019.

_____. Os discursos biológicos para os gêneros, as sexualidades e as diferenças no Brasil: um panorama histórico. **Revista Valore**, Volta Redonda, 3 (Edição Especial): 575- 586, 2018. Disponível em: <https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/download/149/174+&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em 03 de março de 2019.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma epistemologia. **Educar**, Curitiba, n. 35, p. 37-51, 2009. Editora UFRPR.

CONNEL, Robert W. Políticas da Masculinidade. Revista **Educação e Realidade**, Porto Alegre: UFRGS/ FAGED, v.20, jul. dez, 1995, p. 190.

DINIS, Nilson Fernandes. Educação, Relações de Gênero e Diversidade Sexual. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 103, p.477-492, maio 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/praxis/387/Educa%C3%A7%C3%A3o,%20rela%C3%A7%C3%B5es%20de%20g%C3%AAnero%20e%20diversidade%20sexual.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2019.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade**. v. 1. 13ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999a.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 20ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999b.

FOUCAULT, M. **Estética, Ética e Hermenêutica**. Obras Essenciais. Vol.3. Trad. A. Gabilondo. Buenos Aires, Argentina: Paidós, 1999c.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

- FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização (1930 [1929])**. Tradução de: Joan Riviere. Londres: Hogarth Press e Psycho-Analysis, 1930.
- JESUS, Cassiano Celestino de; SOUZA, Elaine de Jesus.; SILVA, Joilson Pereira da. Diversidade Sexual na Escola: reflexões sobre as concepções de professores/as. Bagoas - **Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 9, n. 13, 18 jun. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/9659>>. Acesso em: 10 de novembro de 2019.
- JESUS, Jaqueline Gomes de. Orientações sobre identidade de gênero: Conceitos e Termos. 2. ed. Brasília: UFG, 2012. p 42. Disponível em: <<http://www.diversidadesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.
- LIMA, Rita de Lourdes. Diversidade, identidade de gênero e religião. **Em pauta Rio de Janeiro**, v.9, n.28 p.165- 182, 2011. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/2940/2104>. Acesso em 03 de março de 2019.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 25.
- LOURO, Guacira Lopes et al. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. LOURO, Guacira Lopes (Org.). Tradução: Tomaz Tadeu da Silva 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- PAZ, Octávio. **A dupla chama: amor e erotismo**. 2 ed. São Paulo: Siciliano, 1995. Não foi citado.
- POTTER, Roy. Histórias do Corpo. In: Burke, Peter (Org.). **Escrita da História: Novas Perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 335.
- REIS, Cássia Barbosa; SANTOS, Nayana Rosa dos. Relações desiguais de gênero no discurso de adolescentes. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 10, pág. 3979-3984, outubro de 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011001100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 de novembro de 2019.
- SANT`ANNA, Denise Barnuzi. Corpo e História. **Cadernos de Subjetividade**. PUC, SP, 2004.
- SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analyses. In: **Gender and the politics of history**. Trad. DABAT, C.R; ÁVILA, M. B. New York, Columbia University Press. 1989. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf>. Acesso em 03 de março de 2019.
- SILVA, Adriane Giugni da. A naturalização do bullying LGBTfóbico em escolas públicas do ensino médio. In: VII SEMINÁRIO CORPO E SEXUALIDADE, III SEMINÁRIO INTERNACIONAL CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE, III LUSO-BRASILEIRO EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE, GÊNERO, SAÚDE E SUSTENTABILIDADE, 7., 2018, Rio Grande; RIBEIRO, P.R.C. et al. (Org.). **Anais**. [recurso eletrônico]. Rio Grande, RS. FURG, 2018. Disponível em: <<https://7seminario.furg.br/images/arquivo/190.pdf>>. Acesso em: 10 de novembro de 2019.
- SPITZNER, Regina Henriqueta Lago. **Sexualidade e Adolescência: Reflexões acerca da Educação Sexual na escola**. 2005, 157 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp070540.pdf>>. Acesso em 07 de março de 2019.

WANG, May-lin et al. IDENTIDADES MASCULINAS: LIMITES E POSSIBILIDADES. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 12, n. 19, p.54-65, 2006. Disponível em: <<http://200.229.32.55/index.php/psicologiaemrevista/article/view/243>>. Acesso em: 07 de março de 2019.

WOOLF, Virginia. **Orlando**. São Paulo, Abril Cultural, 1972. p. 291.

WORLD ASSOCIATION FOR SEXUAL HEALTH. **DECLARAÇÃO DOS DIREITOS SEXUAIS**. 1997. Disponível em: <<http://www.worldsexology.org/wp-content/uploads/2013/08/DSR-Portugese.pdf>>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.

CAPÍTULO 7

SENTIDOS ATRIBUÍDOS À SEXUALIDADE E GÊNERO POR PROFESSORES DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DA CIDADE DO RECIFE

Data de submissão: 28/05/2021

Data de aceite: 17/06/2021

Marina Magalhães de Andrade Lima

Psicóloga pela Universidade Católica de
Pernambuco
Recife – PE

<http://lattes.cnpq.br/0739128550223320>

Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas

Doutora em Psicologia pela Universidade de
Deusto, Bilbao, Espanha
Professora da Graduação em Psicologia e
da Pós-graduação em Psicologia Clínica
Mestrado e Doutorado da
Universidade Católica de Pernambuco

Recife - PE
<http://lattes.cnpq.br/6789160662822616>

RESUMO: O objetivo geral da presente pesquisa foi investigar os sentidos atribuídos à sexualidade e gênero por professores de curso de graduação em Psicologia. Foram realizadas entrevistas com seis professores/as em uma instituição de ensino superior particular da cidade do Recife. Para instrumentalizar a análise, evocou-se teóricos pós-estruturalistas, tais quais Judith Butler (2015), Kathryn Woodward (2000) e Tomás Tadeu da Silva (2004), que permitiram analisar as relações de poder contidas nos

discursos dos entrevistados e assim pensar a temática por vieses diferentes em relação ao senso comum. Dentre as principais questões levantadas na discussão, está a constante presença de visões binaristas em relação ao gênero que, constantemente, o relacionam com uma visão essencialista em torno do sexo. Em relação a inserção do tema em sala de aula foi apontado que o tema é pouco debatido. Portanto, levando em consideração que há no psicólogo uma posição de autoridade ao proferir discursos sobre a temática, é importante que esta esteja presente na formação do psicólogo, pois, quando estas questões passam a ser vistas por perspectivas binárias e essencialistas, produz-se sofrimento aos que não pertencem à norma.

PALAVRAS-CHAVE: Formação em Psicologia. Gênero e sexualidade. Teoria Queer.

SENSES ASSIGNED TO SEXUALITY AND GENDER BY PSYCHOLOGY UNDERGRADUATE COURSE TEACHERS OF THE CITY OF RECIFE

ABSTRACT: The general objective of this research was to investigate the meanings attributed to sexuality and gender by professors of an undergraduate course of Psychology. Interviews were conducted with six teachers from a private higher education institution in the city of Recife. To instrumentalize the analysis, post-structuralist theorists were

evoked, such as Judith Butler (2015), Kathryn Woodward (2000) and Tomás Tadeu da Silva (2004), which helped to analyse the power relations contained in the interviewee speeches and to investigate the theme through theoretical bases different from common sense. Among the main issues pointed in the discussion, there is the frequent presence of binary views regarding gender that constantly relate it to an essentialist view around sex. Regarding the insertion of the theme in the classroom, it was pointed out that the theme is little debated. Therefore, considering that there is a position of authority in the psychologist when giving speeches on the theme, it is important that discussions about gender and sexuality become more present in the training of the psychology professional, for, when these issues come to be seen through binary and essentialist perspectives, it produces suffering for those who do not belong to the norm.

KEYWORDS: Formation in Psychology. Gender and sexuality. Queer theory.

1 INTRODUÇÃO

Por meio de uma análise histórica, Nardi, Garcia e Paiva (2013) apontam a Psicologia como uma ciência que contribuiu para estigmatizar orientações sexuais distintas das heterossexuais e as diversidades de gênero. Esses autores afirmam ainda que, durante o século XX, essa ciência, aliada à Psiquiatria, reforçou a patologização da homossexualidade, classificando-a como doença mental. Esta classificação se manteve nas duas primeiras edições do Manual Diagnóstico de Doenças e Distúrbios Mentais, da Associação Norte Americana de Psiquiatria, servindo de base para diagnóstico e adoção de práticas “terapêuticas” que, nos dias de hoje, seriam consideradas tortura, sempre visando a modificação do comportamento sexual desses indivíduos. Essas práticas, chamadas de “terapia de reversão” causavam intenso sofrimento psíquico e físico, chegando a levar, em diversos casos, a sequelas permanentes e ao suicídio.

A importância de se estudar os sentidos atribuídos à sexualidade e gênero por professores de cursos de graduação em Psicologia e como esta temática é tratada nas salas de aula, está ligada ao fato de que estes profissionais são responsáveis pela formação de futuros psicólogos e que, no momento atual, psicólogos têm participado, cada vez mais, em diversos contextos da saúde, da educação entre outros serviços públicos, nos quais esta diversidade se apresenta de forma bastante evidente. Além disto, tradicionalmente a ciência da Psicologia tem sido convocada a regular comportamentos e, ao longo de sua trajetória, tem produzido teorias que atendem aos desejos da sociedade de controlar, higienizar, diferenciar e categorizar os indivíduos (Gonçalves, 2010).

Rose (2011) defende que os modos de subjetivação constituídos no contexto das democracias modernas liberais foram definidos nos moldes de um saber psi. A Psicologia teria inventado as chamadas terapias da normalidade que oferecem modos de traduzir os desejos, explicar a si mesmo, alcançar ideais e atingir a autonomia. Adotamos formas

de liberdade nas quais os sujeitos não são apenas livres para escolher, mas praticamente obrigados a serem livres, compreendendo a si mesmo, interpretando seu passado e planejando seu futuro dentro da gama de possibilidades pensáveis. Rose (2011) diz,

A liberdade é exercida somente quando se paga o preço de confiar nos experts da alma. Nós fomos libertados das prescrições arbitrárias de autoridades religiosas e políticas (...). Mas fomos atados a um relacionamento com novas autoridades, que são mais profundamente subjetivadoras porque parecem emanar de nossos desejos individuais de nos realizarmos em nossa vida cotidiana, de esculpir nossas subjetividades, de descobrir quem realmente somos. Através destas transformações nós “inventamos a nós mesmos” com todos os ambíguos custos e benefícios que esta invenção tem implicado (p. 33).

Acerca da posição a ser assumida pelas Ciências Sociais e pela Psicologia e a necessidade de interpelarmos a todos que se encontram numa posição de legitimar o discurso do outro, Guatarri e Rolnik (1996) dizem:

Devemos interpelar todos aqueles que ocupam uma posição de ensino nas ciências sociais e psicológicas ou no campo do trabalho social – todos aqueles, enfim, cuja profissão consiste em se interessar pelo discurso do outro. Eles se encontram numa encruzilhada política e micropolítica fundamental. Ou vão fazer o jogo dessa reprodução de modelos que não nos permitem criar saídas para os processos de singularização, ou, ao contrário, vão estar trabalhando para o funcionamento desses processos na medida de suas possibilidades e dos agenciamentos que consigam pôr para funcionar (p. 29).

Considerando, pois, que a Psicologia está cada vez mais inserida nas políticas públicas de assistência social, saúde, justiça e educação (Gonçalves, 2010) e que a sexualidade é uma questão transversal e constituinte dos sujeitos (Gesser, Oltramari, Cord e Nuremberg, 2012), há uma necessidade de se estudar as posições assumidas pelos professores de psicologia diante da temática e gerar discussões em torno das perspectivas teóricas utilizadas em sala de aula e o modo de pensar a constituição da noção de sujeito e as identidades diferentes daquelas ditas heteronormativas. Este estudo poderá contribuir para a proposição de ações voltadas à formação do psicólogo que incorpore uma perspectiva política voltada à despatologização das sexualidades periféricas, aquelas que fogem à norma instituída socialmente.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que se caracteriza pela compreensão de fenômenos ao invés de se fundamentar nas mensurações destes. Portanto, a utilização da abordagem qualitativa permitiu captar sentidos presentes nas narrativas dos professores. Participaram da pesquisa seis professores de graduação em Psicologia em uma instituição de ensino superior particular da cidade do Recife. A escolha da instituição

e dos professores se deu por conveniência. Inicialmente a pesquisadora se apresentou aos professores de graduação de psicologia e perguntou a eles se havia interesse em participar de uma pesquisa científica, relacionada à formação em Psicologia, gênero e sexualidade. Os que se interessaram, foram entrevistados individualmente, em espaços reservados na instituição, de modo a assegurar privacidade e evitar interrupções externas.

Por se tratar de pesquisa com seres humanos, o projeto do qual este trabalho faz parte foi aprovado pelo comitê de ética. Foram utilizados nomes fictícios e outros cuidados éticos para com os participantes de modo a assegurar o anonimato. Solicitou-se aos que se interessaram em participar da pesquisa, que assinassem um termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), através do qual declararam ciência dos riscos e benefícios da pesquisa. Antes de iniciar a entrevista, mostrou-se um teaser do documentário “Sou Trans e R(e)xisto”, que traz a narrativa de três pessoas Trans sobre suas dificuldades e sofrimentos enfrentados nos períodos de infância e adolescência por se perceberem fora do padrão heteronormativo.

A apresentação do vídeo teve a finalidade de servir como estímulo para disparar as narrativas dos participantes sobre a temática em questão. Após assistirem ao vídeo, deu-se início à entrevista, na qual se utilizou algumas questões centrais, tais como: “O que você achou do vídeo?”, “O que você pensa acerca da formação do Psicólogo em relação às questões ligadas a gênero e sexualidade?”, “O que você pensa dos projetos didáticos adotado dos cursos de Psicologia do Brasil?”. Vale salientar que outras perguntas eram feitas, quando necessário, a partir das respostas dos participantes, sempre no sentido de esclarecer ou ampliar a compreensão das narrativas dos entrevistados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A leitura das entrevistas permitiu agrupar alguns recortes de falas em dois eixos que assim foram denominados: Eixo 1 – Posições-de-sujeito assumidas por professores diante das questões de sexualidade e gênero; Eixo 2 – Como esses temas são tratados no curso de graduação de Psicologia.

3.1 EIXO 1 – POSIÇÕES-DE-SUJEITO ASSUMIDAS POR PROFESSORES DIANTE DAS QUESTÕES DE SEXUALIDADE E GÊNERO

Para dar início a este eixo, será feita a definição de posição-de-sujeito que se mostrou condizente com a posição teórica adotada neste projeto e com o material apreendido a partir das entrevistas realizadas com os professores do curso de graduação

de Psicologia. Para tal é importante que evoquemos alguns teóricos que nos ajudem a pensar a noção em questão para que possamos seguir para análise.

De acordo com Kathryn Woodward (2000, P.17): “Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar”. Assim, a partir de Woodward, pode-se pensar que os sistemas representacionais e os discursos são construtos culturais e por fazerem parte do meio social estão, também, atravessados por relações de poder e conseqüentemente implicados na formação da desigualdade, pois o poder age de maneira a limitar a forma como os sujeitos podem se representar no contexto cultural e, também, produz identidades culturais específicas (LOURO, 2001). Com este atravessamento, podemos refletir que todas as entrevistas realizadas trazem posicionamentos de sujeito específicos e fazem parte de um panorama permeado de discursos que carregam relações de poder e, portanto, sistemas de desigualdade.

É necessário levar em consideração, também, que os discursos atravessam os sujeitos ao mesmo tempo em que produzem os seus modos de subjetivação, ressoando, portanto, nas formas como cada um se desdobrará, considerando as contingências, ou as possibilidades dentro de cada momento histórico. No que se refere ao contexto atual das democracias modernas liberais, Rose (2011) enfatiza que os processos de subjetivações estão sendo constituídos dentro dos moldes do saber psi que fornece liberdade aos indivíduos quando se associam aos sujeitos em posição de autoridade já estabelecidos; entretanto, ao mesmo tempo que proporciona mecanismos para estes inventarem a si mesmos, também, limitam-se as possibilidades de ser para além do que cabe na norma.

Com a finalidade de uma maior compreensão a respeito do sentido de poder que está sendo colocado, torna-se necessário dizer que este conceito será abordado a partir de uma concepção *Foucaultiana*, trabalhada aqui a partir de Judith Butler (2015). Essa escolha foi feita porque na obra dele é possível compreender os mecanismos de saber/poder que agem de forma a influenciar o pensamento e as práticas sociais da cultura. Dessa maneira, ao referir-se a poder estamos afirmando que esse não parte especificamente de um indivíduo ou instituições, mas circula em todas as relações sociais compreendendo desde o campo macropolítico ao micropolítico. Vale ressaltar que para Foucault o poder age de maneira a censurar, interditar, silenciar as possibilidades de ser que não condizem com os padrões normativos estabelecidos a partir dos interesses dos grupos dominantes e que ao longo da história ocidental esses grupos foram representados por homens, brancos, héteros e cis gêneros. Dessa maneira, tudo o que foge a essa norma está mais suscetível a ser recriminado dentro do meio social. A noção de Foucault de poder se

mostra, então, como um eficiente instrumento de análise das entrevistas por nos permitir criar densidade nas análises das relações de poder que inevitavelmente aparecem nos discursos dos professores entrevistados e nas referências que fazem às suas vivências com práticas e ensinamentos de gênero.

A primeira entrevistada que citamos aqui se chama Ana e é professora de Psicologia, tendo sua formação em psicologia cognitiva. Trazemos primeiramente o exemplo de Ana, por percebermos que apesar da sua formação na perspectiva da Psicologia Cognitiva, no seu discurso há um posicionamento em consonância com a Psicanálise Freudiana em que coloca o desejo como sendo o centro do sujeito, o que difere de muitas teorias de gênero. Tomando como referência a teoria de Judith Butler (2015), pode-se pensar que a noção de centro como foi colocado remete a uma visão metafísica implicando a uma noção de universalidade entre os sujeitos. Ao discorrer em suas falas, Ana, diversas vezes, gerou uma discriminação entre *nós* e *eles* que foi bastante comum também entre os outros entrevistados, como no trecho a seguir:

Agora eu compreendo perfeitamente, respeito, incentivo e apoio a luta deles por tomarem um caminho, não é? Que condiga... que seja mais condizente com o desejo deles. Entendeu? Eu acho que hoje têm surgido muitas identidades que eu acho que a gente precisa refletir também, sabe? Que algumas até me assustam porque tipo, ora eu nem sou homem nem mulher, ora me sinto homem ora me sinto mulher [...].

Silva (2004) argumenta que a identidade é ordenada em oposições binárias e que não se trata de uma divisão de mundo em duas classes simétricas, mas que há sempre uma atribuição de valores entre essas classes. Assim, se considerarmos que a identidade está sendo distinguida no discurso de Ana entre “nós” e “eles”, neste caso específico, classificar significa, também, hierarquizar, pois fica subentendido que um dos termos é sempre privilegiado, recebendo um valor positivo, enquanto o outro recebe um valor negativo. Ao usar o termo “eles” para referir-se as pessoas que estão fora do padrão normativo heterossexual, ela ocupa uma posição-de-sujeito que é fortemente marcada por relações de poder. Isso se acentua ao final do trecho em que mostra um desconforto com essas pessoas e, mesmo com uma boa vontade de aceitação, os coloca dentro de um campo que passa pela ininteligibilidade, ou seja, não são compreendidos socialmente e tachados de uma forma generalista ao lugar de desviante.

Assim, podemos entender que Ana, apesar de fazer uma tentativa de se abrir à compreensão das pessoas que se desviam da norma, assinala o seu não pertencimento a este mesmo sistema de gênero que essas pessoas e afirma o seu estranhamento.

Ao contrário, José, outro entrevistado, parte do princípio de que os gêneros pertencentes à norma e os que não pertencem são parte de um mesmo sistema e a

formação discursiva dita o que as pessoas podem ser e o que não podem. Como se pode perceber em sua fala a seguir:

Enquanto hétero... não precisa haver luta para ser hétero, porque as pessoas agora acreditam, não agora, mas acho que desde sempre, que essa é a forma correta de ser e, na verdade, não existe a forma correta de ser. O que existe é a forma como as pessoas podem ser, né? A dificuldade da gente de poder acolher o outro da forma como o outro pode ser. Eu acho que o que existe é isso e o hétero é o que todo mundo entende como o normal, que é o aceitável.... Tem a ver com a cultura, eu acho, com a religião, também e muitas coisas que passam nesse discurso em que o hétero é o normal e o resto é o que as pessoas não poderiam ser.

Acreditamos que o uso “da gente” é mais uma ferramenta discursiva, mas que, no geral, o trecho aqui recortado mostra que José entende que a forma como ele é, que é tida como a norma, é apenas mais uma entre outras possíveis.

Isto nos leva a pensar outro ponto importante e recorrente percebido nas entrevistas, que é a questão de ver o mundo e as pessoas a partir de binarismos, restringindo as pessoas a duas categorias: homem e mulher; isto se relaciona também com a cisão que os entrevistados constantemente fizeram entre o que chamam de “sexo biológico” e “gênero”, como se o que entendessem por biológico tivesse algum tipo de essencialidade, que, quando não sintonizada com o gênero, culminaria numa disforia. Isso pode ser percebido tanto na fala de Ana, posta acima, como de outros entrevistados, como é o caso de Carla colocado a seguir:

Olha só, é a questão de você olhar seu corpo e ver que não está batendo. Você sente e percebe seus desejos, suas inclinações e eu sei que tem relatos de pessoas tem essa estranheza muito precocemente e como se estivessem habitando um corpo estranho. [...] A gente entende que existe essa, não seria um erro né. A natureza é cruel, mas, existe essa falta de sintonia que gera sofrimento.

Assim, na fala de Carla é possível perceber que seu posicionamento tende a uma visão naturalista e biologizante em relação à identidade de gênero; na qual supõe-se haver uma coerência natural entre o sexo e identidade. Para Carla, o sofrimento das pessoas transgênero se situa na não aceitação do próprio corpo, e não por existirem dentro de um sistema que nega outras possibilidades de existência. Isto nos leva a pensar na afirmação de Butler (2015) de que a noção de verdade sobre o sexo é produto de práticas reguladoras que geram identidades de gênero coerentes, aos objetivos de atender a um sistema heteronormativo e, assim, defende que a heterossexualidade é institucionalizada e compulsória.

Provavelmente por se posicionar num lugar de poder em relação à transgressão de sexualidade e gênero, Carla entende que a classificação de transgeneridade como transtorno é uma forma de tirar a “culpa” do sujeito de ser desviante, como se pode ver no recorte a seguir:

Cabe aí na verdade o nome transtorno, porque na hora que você faz uma delimitação, você ajuda a fazer uma pesquisa a respeito. Ajuda, eleva a um patamar. Assim, você ver como uma doença tira um pouco a culpa do sujeito, a responsabilidade dele.

Assim, percebemos que Carla entende que a transgressão à norma de gênero quando vista como intencional, acarreta uma responsabilidade a qual seria vinculada uma noção de culpabilidade. Já se não fosse intencional, não haveria culpa. Em ambos os casos, Carla entende que a transgressão de gênero é algo que habita, de alguma forma, um status marginal.

Apesar de a possível culpabilização colocada por Carla não ser tão comum entre os outros entrevistados, a questão da intencionalidade na transgressão de gênero foi recorrente em outra entrevista, como foi o caso de Roberto. Ao discorrer sobre a prática do psicólogo em relação a uma pessoa que está fora dos padrões de gênero, ele se referiu que: *“Ele (o psicólogo) não pode dizer que isso (o padrão) é melhor que aquilo (o desvio). Tem que escutar o que o sujeito quer”*. Assim, se opondo à presunção de Carla, ele situa o padrão e a transgressão como sendo, de alguma forma, uma questão de escolha, mas não cria, em torno delas, um sistema de valoração.

Em relação à patologização, José, que já foi citado anteriormente, colocou uma questão que dialoga diretamente com Carla, mas também nos ajuda a pensar a posição dos outros entrevistados. Segundo ele:

Entender a transgressão como patológica] é só uma forma de dizer para o outro que a gente não aceita a forma como o outro pode ser, achar o outro como anormal. Aonde está a dificuldade? Acho que a dificuldade está em quem olha para isso como uma patologia e não em quem está vivendo isso. Acho que não deveria existir esse tipo de classificação; não acho que é doença; não acho que é patologia.

Assim, percebemos que José desloca a discussão em torno da intencionalidade de transgredir ou não, assim como não vê na biologia um elemento que seria essencial, mas coloca no centro da discussão a forma como a sociedade em que nos inserimos enxerga e se posiciona diante dos padrões e da patologização, que ele vê como sendo um elemento taxativo de anormalidade, das pessoas que, por qualquer motivo, divergem da norma. Isto nos leva a pensar, que um posicionamento importante que os entrevistados tomam é o de se colocar como parte de uma sociedade que, por motivos e crenças diversas, mas afins, enxergam esse outro como sendo marginalizado. Em alguns discursos, percebemos que a visão discriminatória e a posição de autoridade enfatizam a posição do psicólogo de falar com propriedade sobre os sujeitos a partir dos seus valores e crenças, que muitas vezes correspondem a visões excludentes da sociedade que eles se referem ora na terceira pessoa, ora na primeira do plural.

3.2 EIXO 2 – COMO ESSES TEMAS SÃO TRATADOS NO CURSO DE GRADUAÇÃO DE PSICOLOGIA

Como o título já sugere, neste eixo partiremos para uma compreensão do modo como esses temas são tratados nos cursos de graduação de Psicologia. Assim, a partir das narrativas dos professores foi possível perceber que o tema aparece de forma esporádica ao longo do curso e no geral adota-se uma abordagem patologizante, como é possível perceber na fala de Ana a seguir:

Já tive situação em que a gente conversou um pouco sobre as situações de gênero, o que é ser homem e o que é ser mulher, mas são aparatos de comportamento a serem desempenhados. [...] já houve uma ocasião que eu dei, em 2014, um curso de teorias Psicanalíticas e aí se discutiu mais. [...] Partiu inclusive deles (alunos) o interesse de trazer essa discussão falando de sexualidade. De ver se na Psicanálise seria perversão, o que é que Freud pensava de perversão. E aí, a gente trouxe textos de Freud para ver o que ele colocava como possibilidades. Falava de inversão aí não era necessariamente o mesmo que perversão, não era no sentido perverso “aquele que ignora a lei”. Bom e foi isso.

A partir da fala de Ana, pudemos perceber que o tema não é muito discutido, o que depende também do interesse dos alunos, como foi relatado no caso acima. A discussão girou em torno da visão Freudiana a qual predomina uma ideia de inversão em relação aos gêneros e sexualidades consideradas normais. Carla, outra entrevistada, demonstrou, assim como Ana, uma abordagem patologizante, mas, ao invés de adotar um viés psicanalítico, adota o tema a partir da Psiquiatria:

Atualmente nas minhas aulas eu toco um pouco sobre esse assunto nos assuntos de desenvolvimento e identidade sexual. Eu não sei o resto do curso, mas na minha parte eu tento mostrar o foco que é na verdade não uma questão de escolha, de opções, mas de um determinismo que a gente não sabe até que ponto é genético. Um determinismo biológico sem dúvidas. Não é uma que... A questão do ambiente tem um papel desprezível em relação à identidade sexual e orientação sexual. Uma coisa é desmistificar isso para que as pessoas olhem para isso como... Não como uma questão de desejo, de opção, mas uma coisa que é assim e que cabe a gente reconhecer que é assim. E as pessoas que estão assim, que são assim não têm culpa disso. É um pouco de abrir a cabeça assim, mas eu não chego a tratar especificamente dessas questões no dia-a-dia.

Desse modo, é possível confirmar a partir da fala de Carla que essa temática não tem sido muito enfatizada nos cursos de Psicologia e o modo como é tratado essas questões vai depender do professor. Além disso, ambas as falas citadas acima tenderam a tratar o tema a partir do viés da patologia, de modo a recair no determinismo de ordem ora biológico, perceptível no discurso de Carla e, de ordem do psiquismo e do desejo no discurso de Ana. Quando esse tema é visto a partir de binarismos (ex: homem, mulher; normal, desviante) há assimetrias entre as categorias e reforça discursos excludentes e que deslegitimam outras possibilidades de subjetividades que não fazem parte da norma

hétero. Roberto, outro professor entrevistado, considerou que identidade e orientação devem ser questões transversais e, portanto, abordadas em todas as disciplinas e não apenas em uma. Tal colocação nos leva a pensar que ele concorda que as questões de gênero devem ser abordadas a partir de vários vieses e teorias. No caso específico dele, ele aborda a partir do viés Psicanalítico, como é possível perceber no trecho a seguir:

Olha a Psicanálise tem se aberto muito a essas questões. Antes ela era muito refratária a isso e tem se aberto muito, por exemplo, você tem uma maneira de utilizar as teorias Psicanalíticas de uma forma, também, transversal. É, examinando as questões também do social, do ser na cidade e do ser em grupo; do ter ou não uma sexualidade, de ter ou não um gênero definido. [...] Então, são coisas muito transversais que vão acontecendo e a Psicanálise tem se interessado.

Assim, podemos pensar que tratar o gênero a partir de várias teorias como foi sugerido por Roberto pode ser enriquecedor a medida que não se põe em evidência apenas uma única forma de se pensar o gênero. Uma outra questão importante é pensar a educação como um ambiente que historicamente serviu como legitimador de discursos e que tendeu a normalizar e produzir a forma como as pessoas se generificam e se apresentam como seres sexuados. Louro (2001) indicou que várias instâncias sociais realizam uma pedagogia da sexualidade de modo a naturalizar a heterossexualidade criando para isso tecnologias de autogoverno que levam os sujeitos a exercerem um investimento continuado sobre si mesmos. Tal concepção difere daquelas abordadas pelos professores acima. Então, a partir da perspectiva colocada por Louro, podemos pensar que a sexualidade e gênero tal como pensada por Ana e Roberto tendem a afastar a sua dimensão social e política, e a naturalizar discursos essencialistas responsáveis por sustentar a noção de coerência entre sexo, gênero e desejo, cujo efeito é a exclusão de outras formas de subjetividades que não a heterossexual. No entanto, tratar as questões por vieses diferentes, como sugerido por Roberto, traz a possibilidade de se construir novos sentidos para essas questões e de aproveitar o espaço legitimador das instituições de ensino, que por tanto tempo ajudaram a construir a visão essencialista do sexo, para, finalmente, refletir sobre e repensar as atribuições científicas discorridas sobre gênero, evidenciando seus impactos éticos e políticos.

4 CONCLUSÃO

De acordo com a análise das entrevistas desenvolvida neste relatório, na qual buscamos compreender os sentidos atribuídos à sexualidade e gênero pelos professores de cursos de graduação em Psicologia, foi possível perceber uma tendência desses professores, principalmente nas falas de Ana, Carla e Roberto, a evocar discursos

fortemente atravessados por paradigmas essencialistas, universais e binários. Compreendemos que estes discursos são calcados nas relações de poder e que ao longo da história produziram noções de verdades sobre gênero e sexualidade de modo a delimitarem territórios de existência. É importante frisar que embora nas falas de Ana, Carla e Roberto seja evidente posições que condizem com os modelos binários fabricados dentro do meio social, há, também, especificidades diferentes na forma como as relações de poder aparecem em seus discursos, pois, adotam abordagens teóricas diferentes entre si.

Além disso, pudemos observar que as narrativas destes professores se voltaram majoritariamente para a noção de indivíduo, de modo a continuamente classificá-los por suas diferenças, evidenciando uma cisão entre as pessoas que estão na norma e as que não fazem parte dela. Por outro lado, José tendeu a considerar o sistema político identitário que fabrica e hierarquiza as diferenças como principal objeto do seu discurso.

Em relação a inserção das discussões sobre o tema em sala de aula os professores apontaram em suas falas que o tema é pouco debatido apesar de todos concordarem sobre a importância desse debate.

Desse modo, podemos concluir que é importante trazer esta discussão para as salas de aula dos cursos de Psicologia, enfocando diferentes vieses para repensar a forma como os discursos sobre a sexualidade e gênero têm se infiltrado nas práticas educacionais e delimitado territórios de existência. Há, pois, uma tendência na formação em Psicologia a fabricar e legitimar verdades que têm servido para naturalizar os padrões heteronormativos, levando em consideração que há no psicólogo uma posição de autoridade ao proferir discursos sobre o tema. Portanto, é importante que o tema esteja presente na formação do psicólogo para que futuramente sejam implementadas às teorias da psicologia discussões sobre a não coerência e não linearidade necessária entre sexo-gênero e desejo. Essa discussão é importante para a não exclusão das pessoas que estão fora da norma hétero de modo a serem tratadas não em um lugar de desvio ou patologização, mas como pertencentes e agentes de um sistema que é produzido e reproduzido por todos nós, dado que o lugar de exclusão que lhes é reservado gera sofrimento e limita as suas possibilidades de existência.

REFERÊNCIAS

BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. 8. ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

GONÇALVES, M. G. M. (2010). Psicologia, subjetividade e políticas públicas. São Paulo: Cortez.

GESSE, M., OLTRAMARI, L., CORD, D., NUERNBERG, A. Psicologia escolar e formação continuada de professores em gênero e sexualidade. *Psicol. Esc. Educ.* [online]. 2012, vol.16, n.2, pp.229-236. ISSN 2175-3539.

NARDI, H. C., GARCIA, M. R. V., & PAIVA, V. S. (2013). In: *Anais do XVII Encontro Nacional da Abrapso: práticas sociais, políticas públicas e direitos humanos*. Florianópolis.

ROSE, N. *Inventando nossos selfs: psicologia, poder e subjetividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In SILVA, T.T. (Org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, 7-72.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

BRUNA BEJARANO - Bacharel em Ciências da Comunicação - Jornalismo (2012) e Bacharel em História da Arte (2018), ambos pela Florida International University (Miami) e Mestre em Educação para as Artes pela Florida University (Gainesville). Tem mais de 10 anos de experiência profissional como comunicadora de massa, apoiando e coordenando uma ampla variedade de atividades relacionadas à mídia e marketing em empresas como Baptist Health South Florida, Grupo KSG, GMG Marketing Company, Museu Rubell e Borboleta Music. É Diretora de Criação da Coffee Table Productions e Editora de Arte da Editora Artemis.

VIVIANE CARVALHO MOCELLIN - Mestre em Engenharia da Produção com ênfase em Recursos Humanos e Psicologia Organizacional pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Especialista em Gestão Industrial (UTFPR). Graduada em Psicologia (Universidade Internacional da Flórida), Direito (PUC-PR) e Letras Português-Inglês (UTPR). Atualmente, é sócia-administradora da empresa Mocellin Assessoria Pedagógica Ltda. e Editora Executiva da Editora Artemis.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescência 68, 70, 72, 91, 96

Arte 1, 8, 22

Autoritarismo médico 39, 43

D

Direito e saúde 39

Discriminação 29, 31, 35, 37, 48, 49, 52, 54, 55, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 72, 74, 77, 84, 90, 98

E

Educação 50, 52, 53, 65, 67, 68, 71, 75, 80, 83, 84, 88, 89, 90, 91, 94, 95, 102

F

Feminismo 1, 23, 29, 37, 66, 90, 103

Formação em Psicologia 93, 96, 98, 103

G

Gênero 1, 2, 8, 9, 10

Gênero 12, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 41, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104

Gênero e sexualidade 74, 91, 93, 96, 103, 104

I

Identidade 1, 2, 5

Identidade de gênero 12, 14, 17, 20, 21, 30, 37, 79, 83, 88, 91, 99

M

Mulheres líderes 48, 49, 53, 58, 63, 65

P

Práxis social 12, 14, 15, 22

Prisões 25, 29, 30, 31, 34, 37

Q

Queers 1

R

Raça 27, 48, 49, 51, 52, 55, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 82, 88

T

Teoria Queer 91, 93

Trajetória profissional 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 59, 60, 61

Transexualidade feminina 25, 33

Transfobia 12, 14, 15, 16, 18, 22, 23

Transgênero 12, 16, 17, 23, 99

V

Violência obstétrica 39, 40, 42, 41, 44, 46, 47



**EDITORA
ARTEMIS**